

EVANDRO SANTOS

**Ensaio sobre a constituição de uma *ética historiográfica* no
Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o
historiador no tempo**

PORTO ALEGRE

2014

EVANDRO SANTOS

**Ensaio sobre a constituição de uma *ética historiográfica* no
Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o
historiador no tempo**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito
parcial à obtenção do título de
Doutor em História.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Temístocles Cezar (Orientador)
Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP)
Prof. Dr. Rodrigo Turin (UNIRIO)
Prof. Dr. Fernando Nicolazzi (UFRGS)
Prof. Dr. Arthur Ávila (UFRGS)

PORTO ALEGRE

2014

Aos meus pais, pelo constante apoio.

Tem mais presença em mim o que me falta.

Manoel de Barros, *O livro sobre o nada*

Quando fazemos juízos morais, não estamos apenas dizendo que isso é melhor do que aquilo. De um modo até mais fundamental, estamos dizendo que *isso* é mais *importante* do que *aquilo*. É ordenar a avassaladora dispersão e simultaneidade de tudo, ao preço de ignorar ou dar as costas para a maior parte daquilo que acontece no mundo. A natureza dos juízos morais depende da nossa capacidade de prestar atenção – uma capacidade que, inevitavelmente, tem seus limites, mas que podem ser estendidos.

Susan Sontag, *Ao mesmo tempo*

Agradecimentos

Foi no inverno de 2009 que falei pela primeira vez com o professor Temístocles Cezar sobre a ideia de trabalhar com o tema da ética na escrita da história. Orientando-me desde minha graduação, ele está no grupo seletivo de pessoas que conseguem ser determinantes na vida daqueles que têm oportunidade de privar da sua competência profissional e generosa amizade. Apoio e compreensão na medida, aos quais sou muito agradecido. O tema desta tese também possui significado especial para mim em razão da orientação que recebi ao longo desta década de convívio.

Na defesa de minha dissertação de mestrado, uma sugestão da professora Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ) forneceu subsídios para o que viria a ser o projeto que resultou neste texto. Expresso meu agradecimento e imensa admiração.

Na mesma época, o professor Benito Schmidt cedeu, gentilmente, seu texto preparado para uma conferência sobre o tema da ética na escrita da história. Deixo aqui minha gratidão. À professora Sílvia Petersen, por ter feito uma arguta leitura do projeto e contribuído ao trabalho ainda na ocasião do processo seletivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História dessa Universidade, agradeço pela formação de excelência que recebi no mestrado e, agora, no doutorado. Um agradecimento especial a Gabriel Focking, secretário do PPG em História, pela eficiência e atenção de sempre.

Iлга Schauen, com quem tive privilégio de trabalhar e aprender, secretária do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, relembro aqui. Às bibliotecárias e demais funcionários da UFRGS, tenho muito a agradecer.

Às professoras Priscilla Spinelli e Sílvia Altmann, do Departamento de Filosofia da Universidade, agradeço pelas aulas de Ética a que tive oportunidade de assistir durante o ano de 2010.

À professora Mara Cristina Rodrigues, pela oportunidade de discutir o projeto na Anpuh-RS daquele ano, assim como na Anpuh-Rio, em simpósio organizado pelas professoras Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo.

Em 2011, tive a chance de assistir a eventos do GT Teoria da História e Historiografia da Anpuh-RS e de organizá-los ao lado dos professores Temístocles Cezar e Fernando Nicolazzi. Na primeira ocasião, trabalhei em conjunto com a sempre prestativa Eliete Tiburski. Na segunda, Marina Araujo estava ao meu lado (como agora, na preciosa ajuda com o *abstract*). É mesmo um privilégio ter colegas que sabem ser amigos. Minha gratidão expande-se

por diversos momentos desta década que já ultrapassamos juntos, e vocês sabem disso. O mesmo posso seguramente dizer a respeito de Álvaro Klafke, Carlos Dias, Cássia Silveira, Cris Bahy, Débora Gomes, Eduardo Guerra, Felipe Leal, Gabriel Langie, Gustavo Coelho, Ivânia Valin, Luciana Boeira, Marília Marques, Marisângela Martins, Priscilla Reque, Rodrigo Bonaldo, Sandro Fiorini, Vitor Batalhone, que me ajudaram em ocasiões diversas.

O professor Eduardo Sinkevisque ofereceu, ainda em 2011, disciplina na pós-graduação, o que criou oportunidade para convívio e aprendizado, a que faço registro agradecido.

Aos professores que participaram do exame de qualificação, em 2012, Rodrigo Turin e Fernando Nicolazzi, agradeço pelas importantes críticas e sugestões. No simpósio de História da Historiografia daquele ano, da Anpuh-RS, coordenado pelo último, tive mais uma chance de discutir a pesquisa.

No segundo semestre, com financiamento da bolsa PDSE da CAPES, tive oportunidade de realizar estágio na Universidade de Coimbra, sob orientação do professor Fernando Catroga, por quem fui recebido com grande atenção e gentileza. Os ganhos à investigação advindos de suas indicações, measurei no trabalho que se seguiu nos arquivos e bibliotecas. Sou muito agradecido.

Nesse sentido, aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, da Academia das Ciências de Lisboa, da Torre do Tombo, da Biblioteca Real da Ajuda e do Arquivo Histórico do Museu Militar, em Lisboa, devo meus agradecimentos.

Menção especial faço ao professor Sérgio Campos Matos, da Universidade de Lisboa, pela acolhida ímpar que tive de sua parte. Foi seguramente importante a participação como aluno convidado em seu seminário e em todas as outras ocasiões nas quais pude contar com sua generosa atenção. Ana Catarina Necho, colega no seminário, tornou-se amiga: obrigado pela companhia!

Desse tempo em Lisboa, não posso deixar de agradecer à Maria Manuel Marques Rodrigues pela recepção e amizade. Foi graças a ela que, entre outras coisas, tive encontros especiais – muitos portugueses, outros brasileiros. Todos estão em minhas memórias. Cito alguns entre os que viveram a experiência da viagem e da pesquisa ao meu lado: Yllan de Mattos, Anderson Silva, Luísa Vianna e Luciana Costa. Flávia Varella também foi uma companhia em Portugal, assim como Vanessa Dagostim. A convivência com os professores Tânia de Luca e Durval Muniz está ainda entre as boas lembranças do estágio de pesquisa de 2012 e 2013.

Aos professores que são meus colegas nas escolas onde leciono, agradeço pela compreensão nesta fase conclusiva e pelo apoio que recebi de todos. Um agradecimento muito especial à Eliane Paz e à Claudiane Rodrigues. Minha gratidão aos colegas da Área de Humanas, que entenderam o momento e as necessidades. Aos meus alunos, por também compreenderem um professor que constantemente falava sobre uma “tese”. Reconheço que tive a estrutura que precisava para encerrar esta fase e devo isso a vocês.

Registro a colaboração de Lene Belon, que fez a revisão do texto.

Aos professores Valdeci Araujo, Rodrigo Turin, Fernando Nicolazzi e Arthur Ávila, agradeço por aceitarem participar da banca examinadora, o que muito me orgulha.

À CAPES, devo um agradecimento extra pela bolsa de doutorado que recebi ao longo de todo o período do curso, condição fundamental para o seu pleno desenvolvimento.

Por fim, aos meus velhos amigos Bianca Custódio e Cristiano Biansini, agradeço por tudo e muito mais e, aos meus familiares, em especial, meus pais, irmãos e sobrinhos, por estarem sempre ali – e isso não é pouco.

Porto Alegre, novembro de 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a constituição de princípios éticos na escrita da história no Brasil do século XIX a partir do exame de parte da obra do mais importante historiador brasileiro daquele período: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Após formação e atuação militar, Varnhagen ingressou na carreira diplomática. Este transcurso como funcionário da burocracia imperial permitiu-lhe o acesso aos arquivos europeus e a possibilidade de produzir importantes obras de síntese sobre a história política e literária brasileira, além de diversos outros estudos, cujo resultado mais conhecido foi a *História geral do Brasil* (1854-1857). Esta investigação circunscreve suas atividades, sobretudo, entre meados da década de 1830 e meados de 1850, período imediatamente anterior à publicação de seus grandes projetos. Interesses pessoais motivaram sua inserção em diversos espaços letrados, com destaque para a filiação à Academia das Ciências de Lisboa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além disso, tal época foi marcada por suas colaborações de caráter tanto históricos quanto ficcionais em periódicos literários portugueses, tais como *O Panorama* e *Revista Universal Lisbonense*. A exposição a seguir está dividida em duas partes principais. Na primeira, a operação historiográfica conduzida no IHGB, sediado no Rio de Janeiro, é retomada mediante uma leitura focada na presença e nas apropriações de autores antigos nos textos dos sócios que compunham a primeira geração da referida associação, seguida do exame de duas polêmicas eruditas protagonizadas por Varnhagen. A reconstituição dessas querelas permite o aprofundamento da análise das definições referentes à escrita da história, suas formas e funções, e às competências e compromissos do historiador naquele momento. Na segunda etapa, o foco recai sobre textos esparsos e pouco estudados de Varnhagen, avulsos ou impressos em jornais para divulgação e instrução pública em Portugal. A estratégia utilizada para abordagem e sistematização desse material consistiu na leitura de parte da obra do jornalista, escritor e historiador português Alexandre Herculano (1810-1877). Contemporâneo de Varnhagen, ambos dividiram espaços na vida letrada da Lisboa oitocentista. A indiscutível importância da atuação de Herculano na imprensa e na pesquisa histórica da época autoriza a ampliação da análise no que diz respeito às ligações entre história e ficção e, mais especificamente, ao novo estatuto do conhecimento produzido por meio do estudo do passado e das responsabilidades do historiador após os movimentos liberais que alteraram a política em Portugal. De maneira geral, a tese preocupa-se em argumentar que, a despeito das imprecisões disciplinares do ofício historiográfico ao longo do século XIX, do papel social assumido pela história, das experiências letradas advindas da assunção política desse saber e das temporalidades justapostas naquele contexto, se pode verificar a consecução de uma *ética historiográfica*, culturalmente construída e delimitada no tempo.

Palavras-chave: Francisco Adolfo de Varnhagen; História da Historiografia; História e Ética.

ABSTRACT

This work aims to analyze the constitution of ethical principles in Brazil's History writing during the 19th century, stemming from the work of the most important Brazilian historian from the period: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). After his studies and military service, Varnhagen started a diplomatic career. This path as a servant of the Imperial bureaucracy allowed his access to European archives and gave him the possibility to produce important synthetic work on the political and literary history of Brasil, as well as several other studies; among these works, the most famous result was *Historia Geral do Brasil* (1854-1857). The present investigation circumscribes his activities, especially from the mid 1830s to the mid 1850s, the immediate period before his greatest projects. Personal interests caused his insertion in various intellectual spaces, especially his admission to the Academia das Ciências de Lisboa (Science Academy of Lisbon) and to the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (Brazilian Historic and Geographic Institute). Besides, during this time he collaborated to Portuguese journals such as *O Panorama* and *Revista Universal Lisboense* with fictional and historical pieces. This thesis is divided into two main parts: In the first one, the historiographical operation performed at IHGB, the institution headquartered in Rio de Janeiro, is analyzed through a detailed reading of the presence and appropriation of ancient authors by members of the first generation of this association, followed by an examination of two erudite controversies led by Varnhagen. The reconstitution of these disputes allows the expansion of the analysis about the definitions of the writing of History, its forms and functions, and of the competences and compromises of the historian during this period. In the second part, the focus concentrates in the scattered and relatively unknown texts by Varnhagen, published in Portugal alone or in newspapers about public instruction. The strategy used here to approach and to classify this material is organized from the reading of the work of Portuguese journalist, writer and historian Alexandre Herculano (1810-1877). Coexisting with Varnhagen, they shared common spaces in the intellectual life of the 19th century Lisbon. The unquestionable weight of Herculano's writing in the press and historical research during this period allows the broadening of the analysis to the connections between history and fiction. Specifically, it allows the analysis of the status of the study of the past and of the responsibility of the Historian before the liberal movements that changed the politics in Portugal. Generally, this thesis argues that we can verify the achievement of a *historiographical ethics*, build culturally and bound in time, even taking into consideration the disciplinary imprecision of the historiographical craft, the intellectual experiences based on the political weight of this knowledge and the juxtaposed temporalities of this context.

Key words: Francisco Adolfo de Varnhagen, History of Historiography, History and Ethics.

Sumário

Introdução

1. Olhando para trás	11
2. Como se faz um historiador	17
3. O pôr-do-sol	22
4. “História e ética” como problema historiográfico	25
5. O uso controlado do anacronismo	29

Parte I – Política e Retórica: IHGB e a abertura aos tempos

Capítulo 1 – Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX

37

1.1 O IHGB e os deveres da história: a historicidade do regime	38
1.2 Da tradição: Paris, Portugal e as bases políticas da história	49
1.3 A história que serve é uma história serva?	58

Capítulo 2 – Da ética à moral: Francisco Adolfo de Varnhagen em legítima defesa

71

2.1 A dimensão deontológica da erudição no Oitocentos	73
2.2 A dimensão teleológica da crítica varnhagueniana	85

Parte II – Poética e Ética: Herculano e Varnhagen em novos espaços

Capítulo 3 – História e ficção: os princípios da representação em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen

103

3.1 O controle do imaginário	105
3.2 De que há lembrança? De quem é a memória? Ficção e imprensa literária: reduto ou acordo moral?	112
3.3 Para uma noção alargada de história	126

Capítulo 4 – Fragmentos de ética: breve reconstituição de uma polêmica ético-moral e os domínios da história em Varnhagen

138

4.1 Herculano e a instrução pública	139
4.2 A verdade histórica define o historiador	143
4.3 Convergências de uma <i>ética historiográfica</i>	154

Considerações finais

168

Referências bibliográficas

172

Introdução

1. Olhando para trás

Entretanto as minhas aplicações e afeições eram de tal modo para o Brasil que em princípio de 1840, sabendo que se discutia nas Câmaras a Lei para chamar novamente ao Brasil todos os filhos dele, deixei Portugal, tomando sucessivamente licenças por mais de ano e meio (registradas) para nessa Corte, onde logo me apresentei, me poder sem demora aproveitar das suas disposições benéficas, sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social, porém sucedendo não passar ainda tal lei, aproveitei o tempo para uma viagem ao interior do Império, a qual não só me prestou muitos conhecimentos naturais, como de novo me arraigou sentimentos de patriotismo ao ver os meus lares e amigos de infância.

Francisco Adolfo de Varnhagen.¹

Em *Tristes Trópicos*, o antropólogo Claude Lévi-Strauss comenta a forma inusitada como acabara por fazer parte do corpo docente estrangeiro que auxiliou na fundação da Universidade de São Paulo (USP) em meados dos anos 1930. De acordo com o antropólogo, foi com o seguinte diálogo que, naquele ano, sua carreira se decidira: “‘Você continua com vontade de fazer etnografia?’ ‘Sem dúvida!’ ‘Então, apresente sua candidatura para professor de sociologia da Universidade de São Paulo. Os arredores estão repletos de índios, a quem você dedicará os seus fins de semana. Mas é preciso dar sua resposta definitiva a Georges Dumas antes do meio-dia’”.² Como afirma logo a seguir Lévi-Strauss, tanto o Brasil quanto a América do Sul pouco ou nada significavam para ele, sendo este o fator fundamental para que acreditasse na ideia de seu interlocutor – Célestin Bouglé – de encontrar, com facilidade,

¹ Carta ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Lisboa, 17 de fevereiro de 1843. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961, p. 100-101. Em todas as citações de fontes oitocentistas presentes nesta tese, a grafia foi atualizada.

² LÉVIS-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 45. Os subtítulos atribuídos aos três primeiros itens desta Introdução são, em grande medida, inspirados naqueles que organizam a segunda parte – “Anotações de viagem” – da obra aqui referida, cuja primeira edição, em francês, data do ano de 1955.

indígenas em algumas regiões da cidade de São Paulo. “De onde ele tirara essa crença de que São Paulo era uma cidade indígena, pelo menos em seus subúrbios? Com certeza, de uma confusão com a Cidade do México ou Tegucigalpa”.³ Qual não seria sua surpresa, ao conversar com um diplomata brasileiro em Paris e verificar o equívoco: a dizimação era patente em 1935, ano em que o pesquisador chegaria à cidade. “Felizmente, embora não nos arrabaldes de São Paulo, os índios ainda estavam lá, a 3 mil quilômetros, no interior”.⁴ O francês contava 26 anos de vida quando chegou a fim de ocupar o cargo de professor de sociologia na USP, em um país quase desconhecido.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), mais importante historiador brasileiro de sua época, tinha a mesma idade quando redigiu a missiva, de caráter profundamente autobiográfico, cujo excerto abre esta tese. Embora nascido em Sorocaba, tendo lá vivido seus primeiros anos, não constituiria um engano dizer que a sua efetiva “experiência brasileira” ocorrera no começo de 1840, quando retornou ao seu lugar de nascimento e buscou ingressar no serviço diplomático, estabelecendo, assim, sua nacionalidade.⁵ Antes disso, a parte significativa de sua formação – aquela de nível médio – foi realizada em Portugal, no Colégio Militar da Luz, bem como sua primeira inserção letrada, junto à Academia Real de Ciência de Lisboa.⁶ A estada no Brasil não duraria muito. No ano seguinte, o então recém-diplomata já estava de volta a Portugal. Como se poderia, portanto, definir o “patriotismo” varnhageniano, aquele que brotara ao reencontrar o ambiente da infância? Talvez com o mesmo sentido que o historiador, no futuro, quando da escrita de sua *História das lutas com os holandeses no Brasil* (1871), atribuiria aos conjurados de Pernambuco que, no século XVII – supostamente com similar sentimento –, teriam reagido ao

³ *Idem*, p. 46.

⁴ *Idem*, p. 47.

⁵ Acerca do delicado processo de cidadania de Varnhagen, citado em diversos dos pequenos artigos biográficos a ele dedicados, ver, por exemplo: RODRIGUES, José Honório. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira (1816-1878). *História combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, pp. 191-225 (em especial, pp. 193-195).

⁶ Para um estudo recente sobre a formação portuguesa do historiador, ver: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1877) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica in GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 114-136.

domínio holandês?⁷ Uma noção de pátria que se desloca tanto no espaço quanto no tempo, que não admite incongruências entre o nacional e o regional e, sobretudo, cujo estudo de seu passado, no mais das vezes, não anula os posicionamentos políticos do presente.⁸ “Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclama por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral”.⁹

De fato, no caso aqui examinado, não havia a possibilidade de transpor este aspecto, pois os postos ocupados por Varnhagen e seus avanços na carreira tornavam impossível seu distanciamento ou ignorância dos assuntos de sua época. Ele era o historiador do “Tempo Saquarema” – lembrando-se da definição de Ilmar Mattos; seu olhar acerca do passado guardava esta especificidade fundamental, qual seja, os horizontes nacionais como guia, paradoxalmente, por meio de mapas a serem desenhados.¹⁰ “Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação”.¹¹ Assim, conquanto a escolha deliberada por pesquisar a história pelo viés da “nação brasileira” (a ser verificada no pretérito

⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Cidade do Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955 [1871]. Conforme verifica Arno Wehling: “Varnhagen foi o primeiro historiador a chamar a atenção para o fato de que a palavra ‘pátria’ foi utilizada pelos líderes da insurreição Pernambucana, em seu Manifesto, sem entrar em considerações sobre sua precisão semântica, associando-a implicitamente ao sentido nacionalista moderno”, cf. WEHLING, Arno. Varnhagen, história e diplomacia, in SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, p. 45, nota 15. Para uma leitura mais geral da questão, focada no século XIX, ver também: JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 129-175.

⁸ Nesse sentido, pode-se ir além e observar, no exemplo citado acerca do protótipo patriotismo setecentista na obra sobre as invasões holandesas no Brasil, que, tanto do ponto de vista político quanto epistemológico, o fato de o trabalho ter sido assumidamente elaborado em função da guerra que então opunha Brasil e Paraguai evidencia a necessidade contínua de se mapearem as noções de história e seus usos no século XIX. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. Francisco Adolfo de Varnhagen: diplomata, patriot, historian. *The Hispanic American Historical Review*, vol. XLVII, nº 2, may, 1967, pp. 185-202 (especialmente p. 190).

⁹ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil tarefa: o *ethos* do historiador oitocentista, *História da historiografia*, número 02, março, 2009, p. 12-28 (citação p. 14).

¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 298.

¹¹ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil tarefa: o *ethos* do historiador oitocentista, *op. cit.*, p.14.

e aprimorada no presente) não encontrasse justificativas mais óbvias em alguém que passou boa parte de sua existência em outro continente, seria um exagero qualificar o olhar do historiador como *estrangeiro*, o que certamente caracteriza, em outro contexto e por outras particularidades, as percepções de Levis-Strauss, no século XX. No mesmo sentido, é possível que resida neste ponto um excesso retrospectivo da leitura, já que as ligações entre Brasil e Portugal, à época de Varnhagen, seguramente eram percebidas de maneiras diversas das atuais. A sedutora ideia de nação leva a equívocos dessa ordem.¹²

Entretanto, se não correspondia a um ponto de vista estrangeiro, seguramente tratava-se de um olhar *viajante* aquele lançado pelo historiador e diplomata. Tal qual as diferenças nas sensações temporais e espaciais (e era nestes âmbitos que se pensava quando mencionadas as dimensões distintas apreendidas pelos que transitaram, no século XIX, de terras portuguesas às brasileiras, e vice-versa), a viagem, em si, significava algo diverso do que se costuma hoje conceber. Em artigo onde analisa a escrita da história em François-René Chateaubriand, Temístocles Cezar retoma a análise do coeficiente heurístico do relato de viagem para os homens de letras em outras épocas. Segundo o historiador, “para os românticos da virada do século XVIII e início do século XIX, viajar é uma experiência intelectual imprescindível. O deslocamento no espaço os auxilia a pensar sobre um conjunto de materiais novos e, principalmente, diferentes”.¹³ Para Cezar, Varnhagen, como os românticos europeus, tem nas viagens fator determinante de sua produção. “O tipo de conhecimento que emana dessas experiências não incide apenas nos

¹² Refiro-me à moderna ideia de nação, produto de um esforço, repito, moderno de operar um conceito genealógico, cuja crítica antigenealógica remonta já ao século XIX, conflito que Elías Palti busca historicizar, cf. PALTÍ, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la “cuestion nacional”. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2006. Cabe comentar que, ao longo do Oitocentos, o “estrangeiro” poderia ser considerado simplesmente o morador de uma província distante, apesar de politicamente pertencente ao Brasil. A identidade nacional, no espaço e no tempo, ainda estava por ser construída. Nação e região não são dados evidentes e tampouco idênticos às noções contemporâneas.

¹³ CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem, *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, maio, 2010, p. 29.

gêneros ficcionais da escrita, mas afetam também os saberes que buscam a descrição exata ou verdadeira, mesmo nos ficcionistas”.¹⁴

Ter em mente estes importantes aspectos prévios que caracterizam a figura varnhagueniana no que diz respeito ao seu duplo ofício, diplomata e historiador, é de relevância capital à compreensão de seu vasto conjunto de estudos e, sobretudo, das passagens que serão analisadas nesta introdução. Um Varnhagen patriota e viajante, entre a política e a ciência, parafraseando o conflito investigado por Max Weber:

Os cientistas podem – e devem – mostrar que tal ou qual posição adotada deriva, logicamente e com toda certeza, quanto ao *significado* de tal ou qual visão última e básica do mundo. Uma tomada de posição pode derivar de uma visão única do mundo ou de várias, diferentes entre si. Dessa forma, o cientista pode esclarecer que determinada posição deriva de uma e não de outra concepção.¹⁵

A princípio, as considerações do intelectual não colocariam em xeque o que, em parte do século XIX, não criava qualquer estranhamento, isto é, o cargo público de Varnhagen, sua atitude política e seus estudos históricos. Todavia, quando Weber define mais detalhadamente as suas concepções que aproximam os exames da racionalidade e da administração burocrática estatal, o acordo prévio entre os dois discursos, político e científico, não se apresenta de maneira tão tranquila:

Impõe-se que nos demos claramente conta do fato seguinte: toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irreduzivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade [do político] ou segundo a ética da convicção [do cientista]. Isso não quer dizer que a ética da convicção

¹⁴ CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem, op. cit., p. 29.

¹⁵ WEBER, Max. *Ciência e Política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008, p. 46 (itálicos no original).

equivalha a ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção. [...] Não obstante, há oposição profunda entre quem se conforma às máximas da ética da convicção [...] e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade [...].¹⁶

Antes de avançar na leitura de Varnhagen buscando atentar à questão ética, tema amplamente investigado por Max Weber e tantos outros estudiosos em diversas áreas das humanidades (e fora delas), cabe um último esclarecimento. Utiliza-se aqui o termo “ciência” em sentido, reforço, de paráfrase, em função de apresentar-se, por ora, o problema ético mediante a perspectiva da sociologia weberiana, devendo ficar claro que a noção de ciência, evidentemente, sofreu e sofre mutações conceituais ao longo do tempo. A história, no Brasil, enquanto Varnhagen escrevia, passava por movimentos significativos, que diziam respeito tanto mais a esforços de disciplinarização, e não exatamente antevia um enquadramento sob as rígidas definições científicas que, por caminhos variados, foram propostas ao longo dos últimos séculos. Assim como o conceito de história mudou, e o historiador Reinhart Koselleck contribui significativamente na compreensão dos processos modernos de suas mutações, as noções éticas também variaram.¹⁷ É seguro apontar que a pesquisa minuciosa das primeiras tentativas rumo à disciplina histórica neste país – das quais Varnhagen participou ativamente – pode contribuir na compreensão das diferenças que marcam escritas, historiográficas ou não, em épocas distintas.¹⁸

¹⁶ *Idem*, p. 113.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

¹⁸ Recentemente, na introdução de uma importante coletânea de textos teóricos e metodológicos oitocentistas, publicada no Brasil, Estevão de Rezende Martins reforçou tal argumento: “No século XIX, as concepções de História e historiografia passaram por uma mudança notável e decisiva. Esse século tornou-se conhecido como ‘o século da história’. Sem dúvida foi ainda mais decisivo – embora essa perspectiva nem sempre tenha estado presente – o salto dado no segundo terço do século XX e seus prolongamentos até os anos 1970. Não obstante, a análise dos progressos da historiografia em nosso tempo deve ser feita mediante o contraste com o século XIX, sem o qual não se pode perceber o alcance das mudanças ocorridas no século XX”, cf. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p.10-11.

2. Como se faz um historiador

Um projeto com proposições políticas para o Brasil. Disso trata o *Memorial organico* (1849-1850) escrito por Varnhagen. O manifesto é assim introduzido:

O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território em fim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedente ainda no fundo (na beira-mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, há mais de três séculos, pelos reis portugueses.¹⁹

O conjunto do texto apresenta, por meio de seis tópicos propositivos, um plano de ação dirigido aos governantes do império, baseado em notável conhecimento geográfico e histórico do país. Em diversas leituras considerado um texto eminentemente político do diplomata, o discurso histórico tem espaço privilegiado nos argumentos estratégicos ali expostos.²⁰ Ao falar diretamente a D. Pedro II, Varnhagen expressa certa ansiedade que, por meio da persuasão muito calcada na revisão histórica, pretende incentivar a ação política:

Se chega hoje o momento oportuno há que aproveitá-lo pois acaso não voltará amanhã. Haja convicções profundas, amor de pátria, caráter firme e enérgico, coragem e dedicação, que o país será salvo. Retardar sua execução quando julgada mais útil é opor-se ao adiantamento, e é desprezar uma ocasião de corresponder à confiança do Monarca, ilustrando seu reinado com uma grande providência salvadora. O primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à

¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial organico, que a consideraçam das assembleias geral e provinciaes do imperio*. Apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil, 1849, p. 1. Para um estudo específico deste texto de Varnhagen, ver o trabalho de Janke. Cf. JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do império do Brasil como uma nação compacta*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. Dissertação de Mestrado. Ver também: WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político in GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp. 160-199.

²⁰ Ver: WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 94-100.

categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deve ser a missão do terceiro? ... Do primeiro soberano nascido no novo mundo?²¹

Em contrapartida à figura do soberano – convocada pelo “amante do Brasil” –, o historiador, como lembra Armelle Anders, ocupava-se da população do país, na tentativa de expor sua opinião a respeito da proibição do tráfico de escravos africanos (no contexto da promulgação da lei Eusébio de Queirós), posição pela qual Varnhagen guardava pleno acordo.²² Ademais, o foco crítico do historiador não recairia com mais força do que aquela resguardada aos autóctones. Os indígenas são, de fato, um caso particular em qualquer reunião de trabalhos varnhagenianos, ainda que não fosse uma preocupação individual, pois os homens de letras do século XIX, como um todo, não tinham como ignorar a composição étnica do império, feita do encontro do europeu e do negro, mas também dos índios. A *retórica da nacionalidade*, “discurso destinado a convencer os brasileiros de que compartilhavam um passado em comum assim como de um presente com uma mesma identidade”, da qual se ocupavam aqueles homens, perderia um elo determinante, impossível de ser esquecido, exceto por meio de uma gradual dominação em nível epistemológico, o que demandaria algum tempo.²³ Tratava-se de uma imposição política e científica.

²¹ *Idem*, p. 3. A ideia de aceleração do tempo presente no texto lembra a tese proposta por Valdeci Lopes de Araujo. Ao analisar as transformações nos conceitos de história e de literatura, ao longo da década de 1830, o historiador aponta uma mutação na experiência do tempo, que demarcará uma descontinuidade dessa experiência, particular à geração de fundadores do império. De acordo com Araujo: “O passado perdia seu caráter normativo e deveria ser recuperado pela experiência através de novos procedimentos discursivos e conceituais. Os eventos do passado, como partes de uma totalidade em movimento, deveriam ser interpretados e compreendidos para se tornarem disponíveis enquanto realidade substantiva e mediada”, cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2008, p. 186.

²² ENDERS, Armelle, *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2014, p. 158.

²³ Cf. CEZAR, Temístocles. *Anciens, modernes et sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis, Anabases 8*, 2008, p. 43-65 (citação p. 47). Tradução de minha responsabilidade. Cezar aponta a especificidade do caso brasileiro e das concepções de Varnhagen no que diz respeito ao assunto. Para o historiador, ao longo de sua vida como pesquisador (e especialmente em sua polêmica obra sobre as origens antigas dos indígenas americanos, publicada em 1876), Varnhagen converteu os silvícolas em um “documento de arquivo”, “objeto de ciência”, deslocando-os do presente (*idem*, p. 65).

Como se pode perceber, os argumentos presentes no texto supracitado mesclam elementos políticos, históricos e geográficos, tornando-se delicada a tentativa de diferenciá-los. O conhecimento histórico, sobretudo, é apropriado tal qual um instrumento que orienta as diretrizes da ação. O passado não mais ensina, como em uma concepção antiga à *magistra vitae*, mas precisa ser apreendido; ele interessa ao presente, pois dele emerge. O *Memorial organico* comprova essa ideia. Outras propostas bastante conhecidas nele explicitadas poderiam ser citadas, como a transferência da capital para o interior – plano que voltaria anos mais tarde em outro artigo com caráter próximo ao *Memorial*, intitulado *A questão da capital*, publicado em Viena, um ano antes da morte do autor –, uma nova subdivisão territorial para o Brasil e o incentivo das artes e da literatura como ferramentas ao sentimento patriótico (cabe lembrar que Varnhagen realizou pesquisas literárias ao longo de toda a década de 1840).²⁴ Por não estarem deslocadas da agenda política, estas discussões não são abandonadas pelo historiador, mesmo com sua vida diplomática e distanciamento do país. Na segunda parte do *Memorial*, editada um ano após a primeira, ele expande suas análises, sem perder a oportunidade de comentar os resultados de suas reflexões:

Porventura conseguiu [refere-se à primeira parte do *Memorial*], ao menos em parte, seus fins? Regozijando-nos ao ver como nas sessões parlamentares deste ano foram tratadas com seriedade as questões do tráfico africano, da necessidade de uma nova divisão de províncias, da segurança de nossas fronteiras, da reforma das nossas academias, e como nestes e outros assuntos governativos a opinião melhorou do ano passado para cá, nos daríamos por muito felizes se aquele nosso escrito houvesse de algum modo contribuído para a nova época de reformas administrativas, que vemos inaugurada no país. Seriam porém rejeitadas como utópicas outras das nossas ideias? Vivendo longe dos negócios, e havendo-nos coberto com o véu do anônimo para que nossas ideias fossem analisadas segundo sua valia, e não pela mínima do autor, e não nos sendo possível haver com regularidade à

²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?*, Vienna d'Austria. Imp. do Filho de Carlos Gerold, Edição por conta do Autor, 1877.

mão os periódicos do país, ignoramos até se apareceu do escrito alguma censura.²⁵

É interessante observar que, se a história aparece constantemente no discurso do homem público, o contrário também é verdadeiro. Como já observado por outros pesquisadores, as preocupações políticas “invadem” os textos de história em Varnhagen. Um exemplo, trazido por Laura Nogueira Oliveira, justamente relativo ao *Memorial*, tange a determinada passagem da primeira edição da *Historia geral do Brazil* (1854-19857) – mais conhecida e estudada obra do historiador –, onde este, ao tratar do movimento de 1789, em Minas Gerais, comenta o seguinte:

Assim a esta conjuração se deve a primeira proposta dos dois grandes pensamentos, que ainda porventura algum dia realizará o império brasileiro: – a de uma capital no seu interior, em Minas; e a de uma universidade central (...). Parece em verdade que estes dois grandes pensamentos ainda não maduraram entre nós (...).²⁶

Como lembra Oliveira, ideias semelhantes àquelas que Varnhagen ressalta no acontecimento do século XVIII haviam sido por ele defendidas, poucos anos antes, para o presente do país.

Além disso, como percebido em diversas leituras, nos prefácios, prólogos, posfácios ou explicações que abrem suas obras, Varnhagen revela muito do processo de elaboração destas e, em especial, de suas preocupações no momento. Deve ser mencionado que a proposta de uma universidade em

²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial organico*. Segunda parte. Em que se insiste sobre a adopção de medidas de maior transcendencia para o Brasil, acerca: 1º Da abertura de estradas geraes; 2º De uma nova circumscripção provincial; 3º Da posição da capital; 4º Dos escravos africanos; 5º Da civilização dos indios por tutela; 6º Da colonisaçameuropea por grupos, etc. Madri, na Imprensa da viuva de D. R. J. Dominguez, R. de Hortaleza, Núm. 67, 1850, p. 3.

²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*. Madrid: Imp. de J. del Rio, 1857, Tomo II, p. 269, *apud*. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Tese de doutorado em Letras, p. 222.

solo mineiro aparece ainda no prefácio à primeira edição da *Historia geral*, agregado ao segundo volume da obra, em 1857.²⁷ Dessa maneira, presente e passado, política e história, interpenetram-se, obrigando, por vezes, que o historiador diplomata explique sua perspectiva. Um exemplo, entre muitos, pode ser extraído do extenso prefácio à *História das lutas com os holandeses no Brasil*:

Escusado julgamos dizer que procuramos sempre fazer justiça a todos, sem excetuar os próprios invasores. Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título deste trabalho, como escreveria um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós o mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé. (...) A respeito de uns e de outros, procuraremos, sempre que nos seja possível, não emitir juízos, sem ouvir ambas as partes; convencidos de que é nesta pontualidade que essencialmente consiste o preceito da imparcialidade imposto aos que escreveram a história pátria, e não de narrar com indiferença, como descritos.²⁸

Não há dúvidas: o ponto de vista político, patriótico, está explicado. A sustentação de seus argumentos, de maneira geral, baseia-se no princípio exposto acima.

Esta capacidade – e tentativa – de sustentar suas posições por um longo período caracteriza o legado de Varnhagen. Plausíveis ou não, aos nossos olhos ou aos de seus contemporâneos, trata-se de uma constante a operação de defesa de suas argumentações, como se fosse ele mesmo uma testemunha que, nas palavras de Paul Ricoeur, exigisse uma “atestação biográfica”.²⁹ De todo modo, o lugar por ele ocupado e sua noção de imparcialidade colocam-no efetivamente como um testemunho que depõe a favor da pátria. Ele atesta, no

²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a sua magestade imperial o senhor D. Pedro II.* No Rio de Janeiro, em caza de E. e H. Laemmert, Madrid: Imprensa de J. del Rio, Tomo segundo, 1857, p.. XI.

²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654, op. cit.*, p. 31-32.

²⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 175.

passado e no presente, em seu nome e por seus interesses, uma experiência, enfim, composta de todos os elementos que “ligam o testemunho pontual a toda a história de uma vida”.³⁰ Esta constatação está demarcada na conhecida série de polêmicas nas quais esteve envolvido, algumas delas analisadas ao longo deste trabalho.³¹

3. O pôr-do-sol

História e política: com esta relação, Hannah Arendt encerra sua averiguação dos conceitos antigo e moderno no que diz respeito à primeira. Arendt comenta a não-obviedade da opção pela noção de processo histórico como o caminho para atribuir sentido às vidas dos homens na Terra na modernidade. Diz ela:

E de fato, no início da época moderna tudo apontava para uma elevação da ação e da vida política, e os séculos XVI e XVII, tão ricos de novas filosofias políticas, eram ainda inteiramente inconscientes de qualquer ênfase especial na História como tal. Sua preocupação, ao contrário, era mais desvencilhar-se do passado que reabilitar o processo histórico.³²

Esta consideração permite, e mesmo impõe, uma revisão (no sentido de ordenar) os argumentos levantados ao longo do presente trabalho. O tipo peculiar de historiador que emerge em meados do século XIX pode ganhar uma definição mais nítida se pensarmos na longa duração e no fator decisivo que foi a escolha pela história como sentido para a vida em sociedade. Perceber Varnhagen como um historiador comprometido com a política passa, então, a ser mais que um truísmo e menos que um exotismo que supostamente nos afastaria dele. “A convicção da época moderna de que o homem somente pode conhecer o que ele mesmo fez parece estar mais de acordo com uma

³⁰ *Idem*, p. 173.

³¹ Para um levantamento das polêmicas envolvendo Varnhagen, ver: LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e obra de Varnhagen, Revista do IHGB*, vol. 226, janeiro-março, 1955, p. 3-168.

³² ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno, *in Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 110.

glorificação da ação do que com a atitude basicamente contemplativa do historiador e da consciência histórica em geral”.³³

A escrita da história em Varnhagen, como se pode perceber, não era nada contemplativa. Ele assumia o seu lugar, equilibrava-se entre a ética de convicção e a ética de responsabilidade, sem supostamente submeter uma ou outra. Tanto a figura do historiador patriota quanto a do diplomata viajante arranjavam-se em seu discurso no caminho mesmo do acordo, da complementaridade. Havia problemas no meio desse trajeto? Certamente. Ter lutado pela nacionalidade brasileira, que será defendida ao longo de sua vida, e, sobretudo, ter tido a possibilidade de viajar, atividade diplomática e letrada, de ter “visto com os próprios olhos” e vasculhado os arquivos, colocavam-no em uma posição privilegiada perante os homens de sua época.³⁴ Porém, não se tratava apenas de uma questão de autoridade. Era um problema sobre a concepção de história, sobre o papel do historiador.

A ética, no campo do conhecimento histórico, envolve indagações epistemológicas deveras pertinentes, pois exige um repensar das noções de realidade e representação, verdade e ficção, entre outras que serão tratadas ao longo deste trabalho. Sabe-se que nem o historiador antigo mais comumente associado à história como ciência, na modernidade, escapou à crítica da imparcialidade, tal como a concebemos em sentido lato, o que comenta Luiz Costa Lima: “ora, a análise da obra de Tucídides mostrou não só que ele não libertara seu juízo da posição que ocupava na sociedade ateniense como, afinal, que não respondera cabalmente à questão que lhe fora primária: por que houve a Guerra do Peloponeso? [...] Mas aqui está o ponto capital: isso nega sua veracidade?”.³⁵ Conforme avalia Paulo Knauss,

³³ *Idem*, p. 110-111.

³⁴ Pode-se lembrar François Hartog: “Assim, não nos importa a viagem em si mesma, em sua materialidade, mas a viagem como operador discursivo e esquema narrativo: a viagem como olhar e como resolução de um problema – ou resposta a uma questão”, cf. HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 18.

³⁵ LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 157. Ver também: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 40-45.

Cabe notar também que essa ética do civismo em torno da História é contemporânea, ainda, do desenvolvimento da ética revolucionária militante na historiografia contraposta a uma ética da neutralidade científica. Em grande medida, estas vertentes demarcam, ainda hoje, o debate sobre o papel do conhecimento histórico. A divisão coloca também sob interrogação as formas de participação do profissional de História na esfera pública, entre o distanciamento e o engajamento.³⁶

Estas colocações auxiliam no sentido de entender o exame ético na história como uma frente a ser aberta pelos estudos de historiografia que se ampliaram nas últimas décadas. Tratar dos dilemas éticos corresponde, sobremaneira, a indagar sobre os usos da história. Manoel Salgado Guimarães perguntou-se a respeito disso em muitos de seus textos. Diante dos diagnósticos de crise do saber histórico, sugeriu:

Assumir a dimensão positiva desta crise pode e deve significar para nós que nos dedicamos ao ofício de historiador, um caminho para uma reflexão acerca do nosso próprio campo, retrazando sua história, não para diagnosticar seus erros e aprender com seus acertos, mas, sobretudo, para a partir desse movimento inventarmos novas possibilidades do “fazer histórico” como forma, também, de conseguirmos inventar um mundo melhor.³⁷

Enfim, encontrar nos historiadores do passado e em nós mesmos “essa capacidade propriamente ética, a imputabilidade, capacidade de se reconhecer como autor verdadeiro dos próprios atos”.³⁸ Esta capacidade de “afirmar-se como agente”, trazida por Ricoeur (a partir de Kant), é a definição mais geral de ética a partir da qual se dá a condução deste trabalho.

³⁶ KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral, *História Unisinos*, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008, p. 144.

³⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S.. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina, *Revista Catarinense de História*, número 5, 1998, p. 6. Ver também: GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido, *História em Revista*, vol. 6, dezembro, 2000, pp. 21-36; GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar, in PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.

³⁸ RICOEUR, Paul. Ética. Da moral à ética e às éticas, in *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo, Ed. da Unisinos, 2003, pp. 591-595.

4. “História e ética” como problema historiográfico

Este estudo partiu de uma constatação contemporânea que, por argumentos diversos – os quais comentarei a seguir –, foi ao encontro das investigações dedicadas à história da historiografia do Brasil no século XIX, tema a que venho me dedicando ao longo de minha formação como pesquisador. Pode-se partir de registros próximos. Em 2004, o periódico *History and Theory*, direcionado aos estudos de teoria e filosofia da história, publicou um dossiê intitulado “Historiadores e Ética”.³⁹ Trata-se de uma coleção com nove artigos, além de um texto introdutório assinado por Brian Fay, cujo objetivo geral é problematizar a referida relação. Cinco anos depois, no Brasil, o tema do XXV Simpósio Nacional de História (promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH), mais importante evento da área no país, teve por tema geral “História e Ética”.⁴⁰ Para o caso francês, cuja questão é significativamente anterior, por razões políticas e historiográficas, um dossiê sobre a temática data de 1994.⁴¹

Existem motivações variadas que podem ser elencadas no sentido de se tentar explicar o interesse recente pela dimensão ética no ofício do historiador e elas, com certeza, ultrapassam as divisões nacionais e os exemplos supracitados. De fato, o movimento no interior da historiografia vem encaminhando a discussão, ainda que de modo disperso, há algumas décadas. No que diz respeito a questões propriamente epistemológicas, a década de 1970 reserva importantes registros. As primeiras edições das obras *Como se escreve a história* (1971), de Paul Veyne, *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (1973), de Hayden White, e *A escrita da história* (1975), de Michel de Certeau, poderiam demarcar o que François Hartog chamou de um “momento reflexivo” da disciplina histórica.⁴² Ainda que o debate entre White e seus colegas franceses não tenha ocorrido à época, estavam lançados os questionamentos.

³⁹ *History and Theory*, Dec. 24, vol. 43, Issue 4, 2004.

⁴⁰ Informações disponíveis em: <http://www.snh2009.anpuh.org/>

⁴¹ *Diogène*, Oct.-Déc. 168, La responsabilité sociale de l'historien, 1994.

⁴² HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 251.

Os problemas que envolvem os aspectos retóricos do discurso produzido pela história seriam desenvolvidos ao longo das décadas seguintes, sobretudo a partir de *Tempo e narrativa* (1983-1985), de Paul Ricoeur. Contudo, antes desse caminho, Carlo Ginzburg já havia dado parte de sua longa resposta à leitura que realizara do livro de Hayden White, indagando acerca do suposto comprometimento da verdade produzida pelo trabalho do historiador. Na sequência, os textos escritos por Pierre Vidal-Naquet entre 1980 e 1987, denúncias contrárias às teses revisionistas que pretendiam colocar em dúvida o horror dos genocídios que marcaram o século XX, trariam à tona um lado mais grave do tema aqui tratado.⁴³ Então emergem os dilemas da memória. Pierre Nora chamará a atenção para as trocas entre esta e a história.⁴⁴ Assim, a reunião de questões epistemológicas e demandas sociais – em poucas palavras, de um lado, a chamada “crise” do conhecimento histórico e, de outro, as exigências morais de uma resposta às negações do Holocausto – faz do contexto até agora brevemente descrito um ambiente propício para meditações sobre uma nova caracterização do papel do historiador.⁴⁵

Entretanto, este mal-estar na história pode ser mapeado ainda em um momento anterior a todos os eventos que alimentaram o desenrolar ora mapeado. O começo do século passado, de vozes como Nietzsche, Paul Valéry e Walter Benjamin, revelou não somente perguntas sobre a pertinência da história, mas, sobretudo, uma desilusão com ela.⁴⁶ Cem anos depois, debates em revistas acadêmicas e eventos promovem a ética como um tema para a história. Evidentemente, existem outros elementos que poderiam ser associados a essas manifestações que abrem o presente estudo e que, em maior ou menor medida, estão vinculados também ao que já foi dito, como, por exemplo, o interesse pelo relato testemunhal, fonte privilegiada da chamada história do tempo presente, hoje muito praticada. Aliás, na mesma medida em

⁴³ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

⁴⁴ NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux in *Leslieux de mémoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1984, pp. 23-43.

⁴⁵ NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia*. Madrid: Cátedra, 1997.

⁴⁶ NIETZSCHE, F. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Nietzsche. Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 58-70; VALÉRY, Paul. Discurso sobre a história. In: *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1991, pp. 115-121.

que os historiadores avançaram em direção ao seu tempo, os dilemas éticos igualmente ganharam vulto.

Para a ampliação destas discussões, criou-se, nos últimos anos, um espaço privilegiado no Brasil. São numerosos os indicadores relativos ao interesse e ampliação do campo de pesquisa em história da historiografia. A fundação de um Grupo de Trabalho Nacional de Teoria da História e Historiografia, em 2003 (relacionado ao grupo regional, iniciado um ano antes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ambos vinculados à Anpuh), demarcou certo início das movimentações institucionais cercando o tema. Na sequência, a realização anual, desde 2007, do Seminário Nacional de História da Historiografia, concebido pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), sediado na Universidade Federal de Ouro Preto, merece referência. O I Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira, ocorrido no ano de 2008, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, constituiu outra iniciativa similar. Nomes como o do professor Manoel Salgado Guimarães, da professora Lúcia Paschoal Guimarães e do professor Valdeci Lopes de Araujo destacam-se nestes esforços de aglutinação de pesquisadores. A criação do periódico *História da Historiografia* (2008) é outro fato digno de registro, bem como a fundação, em 2009, da Sociedade Brasileira de Teoria da História e Historiografia (SBTHH). Publicações coletivas comprovam os desdobramentos que tais aproximações têm propiciado.⁴⁷

Tendo em vista este contexto propício para a investigação historiográfica, o tema multidisciplinar da ética (igualmente favorecido pelo campo dos historiadores atual) e os dilemas do século passado que ainda lançam indagações, a proposta de retornar ao século XIX, marcado pelo esforço de disciplinarização da história, mostrou-se pertinente. Os rumos

⁴⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006; ARAUJO, Valdeci Lopes de et. al. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: argumentvm, 2008; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et. al. (Org.) *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (Orgs.). *Aprender com a história? : o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013.

tomados pelas pesquisas historiográficas, em sentido geral e, sobretudo, no caso brasileiro, justificam esta pesquisa, considerando-se a relevância de questões dessa natureza para o desenvolvimento do campo. Embora o Oitocentos tenha sido um recorte temporal frequentemente revisitado pela história da historiografia brasileira nestes últimos movimentos, em especial pelos trabalhos de Manoel Salgado Guimarães, Lúcia Paschoal Guimarães, Temístocles Cezar e Arno Wehling – como aponta a historiadora Angela de Castro Gomes –, as fontes evidenciam que ainda há boa margem para indagações originais diante do vasto e rico material.⁴⁸

O exame de preceitos deontológicos no ofício do historiador e, em contrapartida, das relações entre a representação do passado e da moral no século XIX brasileiro ainda carece de uma inquirição mais sistemática. As disputas entre preceitos das filosofias da história e padrões redefinidos da pesquisa na época, as apropriações de autores antigos por modernos (ou mesmo a incorporação destes últimos, forjando diálogos) e as trocas entre erudição e crítica são algumas das visadas passíveis de análise. Compreender o que significava e dava sentido ao *ser historiador* naquele século pode lançar novo conhecimento sobre ele, mas também sobre o tempo em que hoje vivemos. Nesse sentido, o legado de Francisco Adolfo de Varnhagen ainda reserva manancial considerável. Este trabalho buscou investigar alguns detalhes de sua formação, as inserções institucionais e, sobretudo, a produção escrita menos discutida deste diplomata e historiador, no intuito de demarcar os mencionados aspectos deontológicos e morais verificáveis em sua operação historiográfica.

Embora nascido no Brasil, a maior parte de sua vida transcorreu na Europa, sobretudo em Portugal, país onde deu início ao trabalho erudito mais exatamente direcionado à pesquisa histórica. Já na segunda metade da década de 1830, o jovem Varnhagen tornara-se sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa. Desde 1840, viria a estabelecer vínculos também com o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão fomentado pelo Estado imperial e, nesse sentido, autorizado – sob o esforço de

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p. 12.

seus letrados – a ocupar-se dos problemas colocados pelo projeto de uma escrita da história submetida ao ponto de vista nacional no Brasil⁴⁹. Os arquivos da “nação” há pouco independente foram vasculhados por Varnhagen, preâmbulo para um trabalho de maior fôlego em bibliotecas e acervos documentais europeus ao longo das décadas de 1840 e 1850. No mesmo período, a diplomacia, tal como nas décadas subsequentes, seria o esteio no qual este fiel súdito de D. Pedro II encontraria possibilidades para manifestar suas posições acerca do pretérito, presente e futuro próximo do Brasil⁵⁰.

O exame detalhado de seu legado, reconhecidamente vasto, guarda dois escopos gerais. Por um lado, mapear o impreciso estabelecimento de características que, à medida que passaram a ser compartilhadas ou disputadas pelos sábios do século XIX, acabaram por delinear certo *ethos* do historiador, profissional pouco definido – porém destacado – naquele século em parte significativa do mundo ocidental. Atuantes em maior ou menor grau no campo político, os mencionados sábios acumulavam atribuições diversas, o que permite o estudo sistemático tanto da constituição da história como disciplina quanto de seus usos ou funções à época. Por outro lado, a constante presença de preceitos morais na escrita da história não será ignorada. Considerando-se que essa escrita, entre antigos e modernos, ontem e hoje, se encontra clivada por preceitos de ordem moral, à revelia das quebras da filosofia política e do complexo de crenças que sustenta a ideia de ciência moderna, a obra de Varnhagen sugere pertinentes questões ao tema apresentado nesta tese.

5. O uso controlado do anacronismo

“Histórias implicam *presença* duradoura de determinado presente”.⁵¹ É o que destaca o historiador Sérgio da Mata ao examinar a questão do substrato moral do conhecimento histórico. Acredito que este seja um ponto de partida

⁴⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

⁵⁰ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, 8, n. 15, 2007, pp. 159-207.

⁵¹ MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico in NICOLAZZI, Fernando (et al.). *Aprender com a história? : o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 69.

razoável para pensarmos a ética como um possível tema na agenda da história da historiografia. Matéria específica daquilo que varia, do que (para os antigos) não se faz ciência, não por acaso parte do grande projeto aristotélico, que se relaciona diretamente com a *Política* e a *Retórica*, a ética (no caso, *Ética*) parece condicionada pelo tempo presente e, com limites, ao futuro. Afinal, não há deliberação sobre aquilo que é passado. Não há como projetar aquilo que já ocorreu. Todavia, o moderno conceito de história – assim como o espaço por ele ocupado na ordem discursiva em que se insere – acabou criando condições para uma quase inevitável temporalização da moralidade. O século XIX, recorte temporal desta pesquisa, escolheu contar histórias, e não há como construir narrativas e evitar por completo juízos morais.

As indicações pontuadas até aqui estão relacionadas, ainda que por caminhos difusos, ao informe de Hannah Arendt: “em qualquer consideração do conceito moderno de História um dos problemas cruciais é explicar seu súbito aparecimento durante o último terço do século XVIII e o concomitante declínio de interesse no pensamento puramente político”.⁵² Em seu estudo justamente sobre o referido conceito, Reinhart Koselleck formaliza: “a moral da história se temporalizou na história como processo”.⁵³ Desse modo, a história parece ter congregado, além da moral, também a política segundo os modernos e, ao passo que a disciplinarização em curso no Oitocentos “se processou” rumo à cientificação, os equívocos filosóficos tenderam a confundir ainda mais o conhecimento produzido pelos historiadores. Parece pertinente, por exemplo, a crítica feita a certa concepção historicista que, quando incorporada aos métodos das ciências sociais oitocentistas, costumava confundir leis (não universais) da natureza com supostas leis históricas.⁵⁴ Se o “progresso científico” era, cada vez mais, um processo, a história, como conceito fundamental, igualmente o era, e, desde antes, “se a ciência moderna convidou a ler a natureza como se um novo Livro se tratasse (escrito em linguagem matemática), o mesmo símile foi aplicado à história (Lessing, Herder), embora com esta diferença: as partes escritas seriam uma ínfima

⁵² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 111.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart et. al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁵⁴ POPPER, Karl Raimund. Textos escolhidos David Miller (org.). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010, pp. 283-296.

parte em relação às que ainda estavam em branco, à espera que o futuro lhes imprimisse os passos do seu infinito percurso”.⁵⁵

Entretanto, tais definições não eram nítidas nem sequer uniformemente apreendidas pelos homens que se lançavam à escrita da história em meados do século XIX no Brasil. A história, antes de qualquer outra atribuição, era pensada como parte de um projeto nacional, como ficou caracterizada no período. O elemento regulador que a ideia de nação ocupa naquele contexto é tema bastante discutido, destacando o papel da história neste movimento político de consolidação do Estado imperial no Brasil, o que se alinha ao que foi dito acima no tocante ao conceito de história.⁵⁶ Assim, como já foi demonstrado pelos estudos até aqui citados, entre outros que serão trazidos ao longo das discussões que permeiam os capítulos, a obra de Varnhagen constitui *corpus* privilegiado para investigações de caráter historiográfico interessadas nos contatos entre política e a disciplina histórica. Por isso, contando ainda com as contribuições de François Hartog – acerca do trabalho com os diferentes *regimes de historicidade* – e de Paul Ricoeur – no que tange à *hermenêutica do discurso historiográfico* –, acredito ser possível contribuir com tais discussões.⁵⁷ Esta contribuição pode ser efetivada por meio de uma leitura atenta que permita “desenvolver um inventário moral da história, considerando que as diferenças morais demarcam os contextos históricos da historiografia”.⁵⁸

Por este caminho, talvez seja possível deslocarmos a ética que se impõe como um elemento presente para outros “presentes duradouros” possibilitados pelas histórias. Se nem mesmo as noções de história e ciência eram precisas, é necessário destacar que a ideia de uma *ética historiográfica* também não compunha o campo discursivo que esta pesquisa pretende investigar. Portanto, esta experiência de leitura leva em consideração a noção de *descontinuidade*, tal como pensada por Michel Foucault.⁵⁹ Optei por abrir esta introdução tratando da vida de Varnhagen, em geral, posterior ao ano de 1845, isto é,

⁵⁵ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Lisboa: Quarteto, 2003, p. 56.

⁵⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh, p. 55.

⁵⁷ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

⁵⁸ KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral, *História Unisinos*, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008, p. 146.

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

momento em que sua carreira diplomática e sua dedicação à pesquisa histórica já estavam definidas, justamente porque a investigação que se segue aborda a época anterior, aquela na qual não havia trajetória definida, obras de síntese ou reconhecimento. Um Varnhagen com alguma experiência, mas ainda aberto às possibilidades comuns aos letrados de sua época, que acaba por ser um condutor entre as dispersões de instituições, de métodos de trabalho, de gêneros narrativos para, afinal, alinhar, dentro dos limites do descontínuo, alguns acordos éticos. Enfim, seguir Foucault e conceber a descontinuidade como conceito operatório que, em geral, contradiz explicações excessivamente gerais ou, no mais das vezes, as problematiza.

A descontinuidade tanto da trajetória profissional varnhagueniana quanto da escrita da história nos recortes apresentados ao longo dos capítulos acaba por ser, na prática, aquilo que determina o objeto e busca validar a análise.⁶⁰ Nesse sentido, não é raro a interferência de comentários e comparações anacrônicos que, por vezes, têm o objetivo claro de evidenciar a perspectiva operada na construção dos argumentos. Tornando-se incontornável, enquanto fio condutor da leitura, Varnhagen garante certa ligação entre as décadas de 1830, 1840 e 1850, ao mesmo tempo em que esse espaço temporal é ocupado por indagações que passaram a ser formuladas, sobremaneira, nas décadas de 1980, 1990 e 2000. A interação entre o presente e o passado não é cindida. É própria do objeto a ser investigado neste trabalho a preponderância da agenda historiográfica dos últimos trinta anos. Sendo assim, a pauta contemporânea é projetada em alguns lugares do passado e, como sugere Nicole Loraux, “ao trabalhar em regime de anacronismo, há ainda mais a tirar da caminhada que consiste em voltar para o presente, com o lastro de problemas antigos”.⁶¹ Definido está o itinerário.⁶²

⁶⁰ *Idem*, pp. 9-10.

⁶¹ LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo in NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 64.

⁶² Esta proposta, cuja chave está na atenção ao sincrônico e ao diacrônico, tem inspiração nas reflexões de Cezar sobre o trabalho com o tempo histórico. Cf. CEZAR, Temístocles. Tempo e escrita da história. Ensaio sobre apropriação historiográfica do presente in FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 71-89.

A proposta central desta tese é investigar as relações entre escrita da história e preocupações deontológicas na produção historiográfica de meados do século XIX, tendo por orientação os percursos profissionais de Varnhagen. Em algumas partes do trabalho, é possível perceber que seus textos não constituem as fontes principais, mas suas inserções nos ambientes letrados português e brasileiro garantem que determinadas indagações ou temáticas sejam exploradas por meio de recursos mais adequados sem, contudo, abrir mão do exame que se justifica a partir dos limites e diálogos da obra do historiador. Nesta perspectiva, ainda que, em linhas gerais, o recorte temporal da leitura corresponda a meados da década de 1830 e alcance a década de 1850, a organização das etapas da exposição é tanto mais temática.

Considerando esta estratégia de análise, é igualmente possível considerar que um rearranjo dos capítulos poderia ser pensado. Na medida em que não se trata de um ponto de vista cronológico acerca das fontes – nem sequer faria sentido dentro da abordagem anteriormente especificada –, o que se quer ressaltar é a transversalidade da maioria das questões que aparecem em cada uma das partes desta tese. Determinados eixos, como as remissões a Cícero e a discussão da verdade em história, os pressupostos debatidos a partir e por meio de polêmicas eruditas, as ligações entre escrita histórica e religião no Oitocentos, as definições do texto historiográfico e o papel pedagógico deste e também da ficção são assuntos propositalmente explorados nas fontes nos diferentes capítulos.

Ao esclarecer os pontos acima, meu intuito é reafirmar a atenção à descontinuidade dos discursos como meio de acesso aos problemas do passado que, apesar de não estarem efetivamente formulados, fizeram a história disciplinar. Assim, na primeira parte, busquei articular, dentro de uma chave de leitura mais geral – política e retórica – duas discussões que têm incentivado importantes indagações a respeito da formulação e do diálogo sobre as diversas temporalidades coetâneas no século XIX. Para tanto, no primeiro capítulo, a presença de autores antigos na operação historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 no Rio de Janeiro, é retomada a partir das discussões atuais entre os historiadores da historiografia e, ainda, pelo retorno a alguns dos textos fundadores da

agremiação. Argumento no sentido de que, sem anular algumas consequências epistemológicas para a disciplina histórica em formação, a permanência de nomes como Cícero, Plutarco e Tácito nas manifestações dos letrados reunidos no IHGB mantém forte ligação com o ambiente politizado daquele órgão. Tanto neste quanto em seus congêneres europeus, o compromisso com a criação (no caso brasileiro) ou restauração (no casos europeus) da identidade nacional forçavam o estabelecimento de padrões do tempo histórico e, inclusive, do comprometimento dos historiadores em relação ao passado e ao presente.

No Capítulo 2, duas polêmicas que envolveram Varnhagen são analisadas. A leitura aponta para o gradual deslizamento de procedimentos retóricos à crítica propriamente historiográfica, dentro dos pressupostos pensados no século XIX. Ao mesmo tempo, tais celeumas parecem reforçar o argumento sobre a importância política da história no período, situação que tem seus reflexos na forma como o historiador fabrica seus textos e congrega temporalidades diversas, com pesos que variam de acordo com as circunstâncias, territórios ainda abertos a investigações mais aprofundadas. Tanto a polêmica entre Varnhagen e o general Abreu e Lima quanto daquela em relação ao jornalista João Francisco Lisboa circunscrevem debates sobre a forma de produção do conhecimento histórico, mas, principalmente, sobre sua utilidade. O peso do debate que se refere ao problema do plágio subentende temas mais amplos que dizem respeito à função dos letrados oitocentistas e sua ação no espaço público.

Na segunda parte, os termos aproximados são “poética” e “ética”. Neste ponto da exposição, houve um deslocamento da investigação de uma perspectiva institucional e focada na escrita da história para outros lugares onde era possível vislumbrar o trabalho com o passado. A passagem de Varnhagen pelos periódicos literários lisboetas, entre as décadas de 1830 e 1840, tem seu exame a partir da exploração de três dos mais importantes jornais de instrução pública portugueses da época: *O Panorama*, o *Arquivo Pitoresco* e a *Revista Universal Lisbonense*. No fundamental, se, na primeira parte deste estudo, o conhecimento sobre o universo letrado brasileiro unificado em torno do IHGB construiu as bases para o debate mais centrado

em Varnhagen, na sequência, fizeram-se igualmente necessários alguns preâmbulos. O aprofundamento nas concepções do importante letrado português Alexandre Herculano (1810-1877) é condição incontornável à apreensão dos textos varnhaguenianos incorporados à análise. Cabe mencionar, de antemão, a experiência política impactante vivida por Herculano, motivo para situações de exílio e, posteriormente, já como jornalista e autor de romances, um aprofundamento filosófico e teórico cuja aplicabilidade subjaz à situação de Portugal à época, tal como é apresentado no capítulo.

O quarto e último capítulo, a exemplo do anterior, tem como ponto de partida assuntos que se referem à atuação de Herculano para, a seguir, retornar ao período formativo de Varnhagen. No intuito de congregiar e circunscrever suas experiências e práticas ao arcabouço de informações obtidas sobre a vida letrada portuguesa, após a verificação de uma relevante polêmica envolvendo Herculano, fontes biográficas e trabalhos pouco examinados de Varnhagen são inquiridos com o escopo de construir elementos passíveis de ordenar minimamente suas concepções da história e as vinculações desta com textos ficcionais e, por conseguinte, sintetizar determinados preceitos deontológicos, ultrapassando, assim, a perspectiva particular e individual. Importa dizer que a vasta obra de Herculano, embora muito estudada, ainda não recebeu averiguações de caráter historiográfico. Destacando-se os trabalhos de Fernando Catroga e Sérgio Campos Matos, em termos mais gerais, os exames dedicados ao legado do historiador português em questão tendem a incluí-lo no âmbito do contexto político de reforma liberal em seu país, com pouca atenção às questões de natureza teórica. Além disso, no que toca aos textos de Varnhagen analisados ao longo desta segunda parte, vale dizer que se priorizaram textos pouco conhecidos ou investigados. A chave de leitura incentivou essa proposta de trabalho. Ao final, argumento que, ao longo do percurso historiográfico analisado, o legado varnhagueniano, construído no correr dos episódios analisados, permite a verificação de preceitos éticos, em meados do século XIX, à revelia das precoces movimentações disciplinares, comprovados tanto pelas condições de possibilidade da emergência e domínio do discurso histórico quanto pelas experiências dos letrados e pelas temporalidades justapostas no período.

Parte I

Política e Retórica: IHGB e a abertura aos tempos

Capítulo 1 – Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX

A presença de autores antigos na escrita da história do Brasil, esta concebida conceitualmente em seu sentido moderno, tornou-se objeto de análise privilegiado há poucos anos pelos historiadores.¹ Tendo por escopo a apropriação ou a adaptação de formulações de filosofia política, das características e da própria abrangência social da religião ou de formas narrativas que resistiram à passagem dos séculos e às mudanças culturais, é incontornável a constatação a seguir: o conhecimento e o interesse por determinados modelos oriundos da antiguidade fundamentaram as principais tentativas de explicação ao paradoxo da modernidade no que se refere ao particular e ao geral, ou ainda, à identidade e ao universal.²

Discussão ampla e de interesse perene para as mais diversas áreas dos saberes humanos, a primeira hipótese passível de ser apontada no sentido de orientar a reflexão introdutória definida para este momento necessita ser de imediato exposta, considerando-se o que foi dito acima. Sugere-se aqui o seguinte: a escolha da permanência do diálogo com os antigos permite verificar

¹ É importante dizer que o tema da presença dos antigos na historiografia foi mapeado em algumas frentes de análise graças à dinâmica do próprio campo de pesquisa histórica nos últimos anos. Como exemplo, pode ser mencionado o interesse pelo gênero biográfico e suas ligações com a escrita da história, assunto que se manifestou na Europa (especialmente na França) em meados dos anos 1980, sendo convertido em problema para pesquisas em âmbito brasileiro alguns anos depois. Assim, figuras como Plutarco e Suetônio, autores de “vidas” no mundo antigo, passaram a participar das reflexões sobre o suposto “retorno” da biografia histórica no final do século XX. Para um estudo detalhado sobre algumas das principais chaves de leitura do tema, ver: LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Remeto também aos diversos e importantes artigos escritos pelo historiador Benito Schmidt, entre eles: SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia e regimes de historicidade”. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.3, jan.-jun. 2003, pp. 57-72. Para um estudo historiográfico do caso brasileiro oitocentista, recomenda-se, em especial: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Para uma leitura geral, ver: DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Cito, ainda, por considerar sintomática da forma como o assunto tem sido problematizado nos últimos anos, a publicação que reuniu alguns dos textos apresentados por ocasião do III Seminário Nacional de História da Historiografia, ocorrido em 2009 em Mariana (UFOP). NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

² PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, pp. 103-122.

que, seguindo a apreensão comum da história vista como processo, a disciplina histórica não buscou estabelecer seu estatuto a partir de um rompimento com os domínios então definidos na modernidade (a política, a estética, a ciência, a moralidade, etc.), mas pretendeu ocupar os diferentes espaços porquanto conquistava a autoridade que lhe era atribuída, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XIX.³ Assim, a história espalhou-se especialmente pelo presente em simultâneo ao seu alargamento em espectro temporal, ora em direção ao passado, ora rumo ao futuro, variantes dos discursos abertos em torno daquele saber no Oitocentos.⁴ Antes, porém, que aquelas filosofias da história com feições próprias da intervenção política e social estivessem em pleno domínio nos debates eruditos internacionais (remete-se aqui, principalmente, ao positivismo e ao marxismo), parte considerável do pensamento tido como adequado à vaga liberal (ou à crítica desta) e à narrativa dos passados nacionais resguardava o diálogo com os antigos nos dois lados do Atlântico.⁵

1.1 O IHGB e os deveres da história: a historicidade do regime

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde os méritos e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e

³ Armelle Enders, entre outros, destaca esta abrangência da disciplina histórica em meados do século XIX. ENDERS, Armelle, *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2014, p. 77.

⁴ É oportuno lembrar a fala de Hegel sobre a permanência do valor dos antigos para a ciência, a arte e a própria história da filosofia, em contraposição à superação no tocante às experiências políticas. Cf. HEGEL, Georg W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 98.

⁵ Sobre tais ideias, a melhor síntese a que tive acesso é a seguinte: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 119-184.

geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros.⁶

Se o diálogo com os antigos foi um assunto algo relevante para a construção do Estado imperial no Brasil pós-independência, a importância tornou-se mais marcante quando do investimento para a fundação do IHGB, esforço da então recente instituição no ano de 1838. Sem esquecer registros acadêmicos emergentes ainda no período em que o Brasil era a mais importante colônia portuguesa e todas as produções esparsas, contemporâneas ou não ao IHGB, o que se processou a partir da fundação desse órgão foi um projeto sistemático e resistente, de caráter propriamente nacionalista e centralizador, que atravessou o Oitocentos. O fato de o órgão dedicado à pesquisa histórica e geográfica ter surgido no seio de uma associação de caráter industrial não é fortuito, sabendo-se do ponto de vista pragmático que o desenvolvimento de tais saberes representava na época no mundo ocidental. Nesse sentido, é importante ter como fator em destaque as decisões políticas que fizeram do segundo reinado ambiente propício para a implementação do órgão dedicado à história e à memória nacionais.

É preciso que se diga de imediato: mais que um espaço dedicado à cultura da lembrança, o IHGB fora concebido como um lugar de estudo e trabalho político, constatação em nada antagônica à sua importância como objeto de pesquisa para uma história da historiografia tal como esta é hoje concebida. Os homens que se dedicavam ao levantamento de nomes, eventos, objetos, obras de arte e de ciência que resistiram ao tempo eram figuras plenamente ligadas à diminuta burocracia da empresa imperial brasileira do final dos anos 1830.⁷ Do mesmo modo que as chamadas academias letradas da Europa no século XVIII encontravam suas bases na subvenção das monarquias, o cuidado e o controle do acervo do passado estavam

⁶ BREVE NOTÍCIA sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 5.

⁷ WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico in *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, pp. 151-168.

paralelamente submetidos à dimensão político-administrativa de cada Coroa.⁸ Entretanto, é interessante observar que, a despeito da sobreposição da política no controle do órgão, a variedade de temas e assuntos que foram explorados desde o início das atividades confirma a força e o dinamismo de um conceito de história caracterizado por um sentido alargado. Nesse prisma, a conjunção entre uma ideia de história moderna, isto é, imperante em seu caráter processual e aberto, não entrava em conflito com o investimento acadêmico que vinha de séculos anteriores e auxiliava na manutenção das monarquias tradicionais e absolutistas na Europa.

Igualmente, também à revelia da predominância burocrática do próprio perfil formativo dos sócios que compunham a primeira geração do IHGB, no quesito epistemológico, os problemas em ascensão também não se resumiam à simples perspectiva política e administrativa. A culminância da chegada de uma geração marcada pela Independência às vagas públicas e a série de mudanças ocorridas na primeira metade do século XIX – no Brasil, mas também na Europa – incentivaram a prática da discussão e do registro escrito de todos os temas de interesse e das rotinas letradas. Em um prisma comparativo, seria como se o conjunto de reviravoltas ligado às alterações da ordem política no espaço de experiência dos homens atuantes na elite educada do Brasil que, em maior ou menor medida, transitavam junto ao universo letrado europeu vivenciassem o oposto daquilo que Walter Benjamin descreveu, um século depois, em “Experiência e pobreza”.⁹ Enquanto aqueles que eram coetâneos à Primeira Guerra Mundial faziam de suas vidas silêncios resultantes da carência de experiências comunicáveis – na época do escrito de Benjamin, ainda solapados pela crise econômica –, os letrados da Corte imperial do final dos anos 1830 pareciam urgidos a registrar e narrar.¹⁰

⁸Valdeí Araujo observou a frequente remissão às academias letradas nos primeiros textos do Instituto como, justamente, o “Programa Histórico” assinado por José Feliciano Fernandes Pinheiro. Cf. ARAUJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 148.

⁹BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza in Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 114-119.

¹⁰ Neste ponto, considero, ainda, o que Arno Wehling diz, em linhas gerais, sobre os dois pontos em comum existentes em boa parte das historiografias europeias (francesa, inglesa, alemã e portuguesa, sobretudo) e, por associação, no emergente projeto do IHGB, isto é: de um lado, a perspectiva teórica que a historiografia alemã define como *historista* e, de outro, a

A historiografia produzida pelo IHGB nasceria, por assim dizer, sob um clima dominado pelos ditames do presente, cuja novidade residia muito mais nas justificativas dadas para o interesse pelo passado. Diversas características comprovam essa afirmação. Não apenas pelo fato de ser uma empresa financiada pelo Estado imperial e pela formação e atuação de seus membros, o Instituto nasceu imbuído da ideia de que, segundo Manoel Salgado Guimarães, “era preciso ver na História um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo”.¹¹ Este registro do presente, estrutural e estruturante do Estado moderno, é elemento que merece ser analisado, pois aí se encontra boa parte das explicações para a presença de autores antigos nos escritos do século XIX. Os antigos estavam nas falas da maioria dos primeiros sócios do IHGB. Conforme sublinha Rodrigo Turin: “a constatação dessa presença, concretizada de modo abundante na forma de epílogos, citações e comparações, indica, entre outras coisas, a familiaridade desses autores com a tradição clássica e, como ressaltou Roberto Acízelo de Souza, o importante papel que a eloquência continuava a desempenhar no Império”.¹²

O alargamento do presente favoreceu, ao passo que a dimensão retórica, em movimento centrífugo, parecia atrair todo o passado no sentido do contemporâneo, a valorização de um passado selecionado. A escolha de boa parte dos letrados foi aquela que dizia algo sobre o estado da “ideia de nação” em meados do século XIX. Ao Brasil, faltava uma origem distante e conhecida, algum elemento que pudesse ligar os dilemas políticos e sociais do presente. Mesmo que não fossem portadores de uma lição moral plena e acabada, os indígenas, por exemplo, na visão de Domingos José Gonçalves de Magalhães, poderiam aprender:

metodologia documentalista, esteiras eruditas às histórias nacionais. WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 29.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topói*, Rio de Janeiro, dez. 2002, pp. 196-197.

¹² TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010, pp. 131-146.

O elemento europeu que constitui uma parte da população do Brasil, e ao qual devemos o incremento da nossa civilização, tem por si a história gloriosa dos seus antepassados, desde que herdeiros dos remanescentes da civilização grega e romana que combateram, deixaram por este mesmo combate o estado selvagem em que viviam.¹³

O passado mostrava que experiências ensinavam. Alinhar diferentes culturas em uma mesma trajetória é forma eficiente de converter fragmentos de passado, que nada têm em comum, em tradição. Quando se pensa na chamada globalização dos últimos 30 anos, pode-se ter ideia aproximada desse efeito. É permitido frisar, tratava-se de um esforço de uniformização do presente a partir do passado. Ainda sobre as considerações de Magalhães, sublinha Turin: “essa posição de origem, convém ressaltar, longe de indicar qualquer condição primitiva dos antigos, qualifica-se antes pelo caráter de fundação daquilo que se entende como uma tradição europeia, à qual o Brasil se vincula pela colonização portuguesa”.¹⁴

Dentro da lógica das monarquias europeias do período, a visão temporalmente deslocada dos autóctones americanos parece algo evidente. Dessa maneira, não significa ser fruto de grande elucubração a comparação verificada entre antigos (gregos e romanos) e índios do Brasil, sem desconsiderar, contudo, suas consequências. O movimento de “regeneração” que tomava conta das emergentes nações da Europa buscava justamente no período medieval as bases dos seus dias então atuais.¹⁵ O que se discutia como sendo o passado remoto da civilização europeia (antiguidade greco-romana) passava a situar a distância entre os europeus que dominavam politicamente a recente ex-colônia e os povos conquistados. A relação com os antigos era, por vezes, uma relação de controle temporal: “a posse de um passado histórico, tão extenso e 'grandioso' como o das civilizações mais

¹³ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1860, p. 6.

¹⁴ TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010, p. 138.

¹⁵ Elaborei, em artigo escrito com a historiadora Cássia Silveira, breve reflexão sobre o conceito de regeneração na cultura historiográfica portuguesa do século XIX. Cf. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da; SANTOS, Evandro. Regeneração e decadência: história, literatura e os usos do passado e do presente no Portugal oitocentista. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v. 3, n. 1, 2014, p. 90-104.

antigas, garantiria às sociedades americanas um critério de identificação caro à cultura histórica oitocentista através de sua inserção paralela a uma tradição (re)conhecida”.¹⁶ Na leitura de Magalhães, de 1860, a comparação e proximidade entre o caráter dos indígenas e os homens do mundo antigo construíam uma temporalidade então emprestada aos indígenas.

Tais injunções já estavam presentes desde a fundação do IHGB, como comprova o importante “Discurso” do cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo daquela agremiação. A presença dos antigos não serviria apenas como parâmetro de comparação que ajudava a explicar o mundo indígena americano e seu papel na grande história nacional, mas operaria no próprio fazer historiográfico em diferentes níveis. A cultura letrada deslocava muitos dos seus princípios fundamentais de nomes como Cícero, Plutarco e Tácito. Dessa maneira, era bastante evidente a face política do projeto historiográfico do novo órgão imperial:

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance das nossas vistas, porque apenas dezesseis anos se têm passado dessa época memorável da nossa moderna história, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso império ao catálogo das nações constituídas, e muitos já vão se obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque têm sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.¹⁷

Encravado em um continente onde diversos processos de independência ocorriam por meio da força, rumo ao republicanismo, o Império do Brasil, por sua peculiaridade, ligado ao contexto português, fazia do investimento na história um diálogo legitimador da política do presente e também de sua composição geográfica, a outra face do IHGB. O critério de imparcialidade também estava condicionado ao componente nacional. Este

¹⁶ TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010, p. 140.

¹⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 10.

espírito protecionista e dominante mostrava-se presente em todas as diretrizes do referido projeto historiográfico.

O clima político do Regresso apenas favorecia o que já era a estrutura do saber histórico que passaria a ser produzido a partir da fundação do IHGB, qual seja, a carga nacionalista da fundação do Estado. Conforme Armelle Enders, “de fato, esperavam-se dos historiadores não apenas grandes diretrizes capazes de unir o passado e o futuro dos povos, mas também resultados práticos, imediatamente aplicáveis à política nacional, aos interesses econômicos e aos litígios fronteiriços”.¹⁸ O pragmatismo do trabalho de investigação histórica não seria resolvido senão por meio de uma solução eficiente tanto no sentido de apresentar planos de ação política quanto no de efetivamente orientar, na esteira do discurso letrado da época, os mecanismos de legitimidade do saber que advinha daquela investigação. Cláudia Callari considera, no que chamou de momento singular da historiografia brasileira, a situação das concepções no âmbito do IHGB como uma confusão entre a tradição e a memória coletiva e a história propriamente dita. Ainda de acordo com a historiadora, a permanência do topos *historia magistra vitae*, forte nos primeiros anos que se seguiram à fundação, mas ainda presentes nas décadas posteriores e mesmo no início do século XX, apenas reforça os interesses na definição do Estado nacional.¹⁹

Não exatamente um quadro no qual se confundia tradição e história, mas a premência do político talvez ajude a explicar a longevidade da marca clássica na historiografia do IHGB. Esta preponderância acabava por constituir certo alargamento da concepção de história, que não se conformava em inventariar os registros do passado, mas deveria ainda atribuir o sentido àquilo que se encontrava livre em suas ações pretéritas. Era o que concluía Cunha Barbosa em outro trecho de seu “Discurso”:

¹⁸ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2014, p. 86.

¹⁹ CALLARI, Cláudia. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 74.

A prossecução do meu discurso me faz chegar a um ponto que, designando bem claramente a grande utilidade que se pode colher dos estudos históricos e geográficos, marca por isso mesmo uma época gloriosa em nossa pátria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória literária. Eles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espíritos de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos. Da combinação dessas ideias, assim adquiridas, nascerão princípios de que produzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira da sua vida, tornando mais profícuos os seus serviços em benefício da pátria. Não duvidamos, senhores, que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história.²⁰

As lições dadas pela história tinham o nítido papel de valorizar, em simultâneo, o saber sobre o passado pátrio e o esforço daqueles que ora se dedicavam à pesquisa do conhecimento histórico. As oportunidades criadas pela fundação do IHGB são argumento reafirmado em diversas passagens do texto supracitado. A dimensão disciplinar está marcada, evidentemente, por condições que surgiam ao ofício do historiador. Como se pode observar, sem comprometer a importância da tradição erudita que circunscreve a historiografia do século XIX, a atenção aos ditames do presente oitocentista pode auxiliar na compreensão da presença dos antigos nos textos dos sócios da academia imperial fundada em 1838.

Aparentemente, menor era o carácter de confusão entre memória e história. Tratava-se tanto mais de opção adequada ao projeto nacional a manutenção de elementos clássicos, há muito circulantes nas academias de história e, posteriormente, na imprensa periódica e literária europeia. Além de Cícero, podemos observar a marca de Plutarco na proposta biográfica registrada no texto de Cunha Barbosa:

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior glória. O livro de

²⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 13.

Plutarco (diz o barão de Morogues), é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; aí se encontra descoberta toda a antiguidade; cada homem célebre aí aparece com seu gênio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influência que exercera sobre seu século; aí se aprende como o gênio dá movimento a povos inteiros por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquência, aí se conhece a sabedoria dos desígnios, umas vezes profundamente concebidos e amadurados pelos anos, outras vezes como inspirados, admitidos e executados a um só tempo com a energia que domina os maiores obstáculos; aí vidas brilhantes e mortes ilustres ensinam a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prever seus resultados, e a acautelarmo-nos daqueles perigos que a seguem como sombras, porque (diz M. Thomaz) os homens que pesam sobre o universo também lutam com o seu próprio peso; logo após a glória acham-se frequentemente ocultos o desterro, o ferro e o veneno.²¹

A leitura do excerto acima evidencia o caráter pedagógico do projeto aberto pelo IHGB. Entretanto, não exclusivamente indicador de matiz moral, mas cívico. Especificamente, pode-se dizer que a história – ao abarcar componentes particulares como as narrativas de vidas – seguia a aglutinar a multiplicidade de aspectos do mundo político. “Escola do homem”, as biografias poderiam servir para a educação dos brasileiros, nesse momento inicial da investida historiográfica. As etapas da vida humana, do nascimento à morte, quando permeadas por contribuições para a imagem da nação, poderiam compor relatos que, mais que meros apontamentos particulares, “encontra[riam] descoberta toda a antiguidade”. Considerando a apropriação plutarqueana demarcada no texto de Cunha Barbosa, uma vez mais se evidencia uma aporia do discurso histórico sobre a nação então posto em andamento: ao mesmo tempo em que pretendiam dar características específicas ao Brasil, muitas vezes sofisticadas quando se consideram as diversas exigências e impedimentos à narrativa do passado nacional, os envolvidos nessa tarefa não prescindiam da inclusão da história brasileira em uma perspectiva mais ampla e, por isso, mais apreensível.

²¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 14-15.

Maria da Glória de Oliveira sintetizou de maneira bastante eficaz a convocação da biografia no espaço letrado oitocentista, com destaque para a vasta produção desse gênero ligada ao IHGB. Segundo a historiadora,

No longo processo de sutura do mosaico de identidades coletivas que marcou a cultura histórica do Brasil no século XIX, historiografia e biografia compartilharam não apenas os propósitos de fixação dos fatos e nomes memoráveis, de modo que eles espelhassem os valores políticos e morais da nação, mas também sustentaram as ambições de verdade e fidedignidade na representação do seu passado.²²

O retorno às páginas do periódico do IHGB, sem dúvida, reforça a conclusão apresentada no trecho acima. Ao lado disso, é importante lembrar que esse órgão surge e é posto em funcionamento dentro do modelo monárquico, este ligado por laços efetivos aos parâmetros de antigo regime. Esse tipo de exigência nobiliárquica não seria preterida, o que reforça a hipótese do uso político e retórico da menção a Plutarco. Contudo, tal como também evidencia o trabalho de Oliveira, o predomínio de agendas políticas não impediu que a presença de autores e de modelos antigos atingisse a escrita da história em seus trâmites epistemológicos. Ao contrário, boa parte dos princípios e das regras apresentadas a partir de remissões a Cícero, Plutarco e suas obras indicava, de fato, não somente o pragmatismo do conhecimento histórico então em elaboração, mas seu estatuto e sua legitimidade.

Neste sentido, Temístocles Cezar encaminha sua análise sobre a valorização do saber histórico e da construção do passado nacional no Oitocentos a partir da hipótese de certo câmbio de autoridade entre os modelos antigos e a historiografia moderna.²³ Cezar traz por premissa a perspectiva de que os historiadores oitocentistas vinculados ao IHGB optaram por seus pontos

²² OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 172.

²³ CEZAR, Temístocles. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. *Historiografias*, 2 (Julio-Diciembre), 2011, pp. 45-65.

de partida dentre as possibilidades legadas pela tradição.²⁴ A partir disso, a referência aos antigos “não exerce apenas um papel de fundamento retórico – um ideal a imitar ou a evitar –, mas também um papel de figura de autoridade que, em última instância, atribuirá à cultura histórica nacional uma configuração com base científica e/ou erudita e literária, ou ao contrário, uma base pseudocientífica e/ou pura e simplesmente eloquente”.²⁵ Como já foi lembrado pelo mesmo historiador em outro texto, apesar desse aspecto de normatização do discurso histórico, textos como o de Januário da Cunha Barbosa, entre outros, reafirmavam as limitações e dificuldades da escrita da história na operação com as categorias de antigo e de moderno.²⁶

Valdei Araujo, por sua vez, ressaltou as alterações conceituais ocorridas entre a geração da Independência e os letrados ocupados do projeto de historiografia nacional a partir da década de 1830. Segundo o historiador, a permanência das menções aos antigos teria a ver com a resistência da formação retórica de boa parte desses homens. Ao contrário do conceito de literatura advindo do movimento romântico, que pretendeu uma separação direta com a tradição clássica, “a revista do IHGB e a historiografia brasileira da época parecem demonstrar que o rompimento com essas imagens não foi condição determinante para o estabelecimento de nova historiografia [...]”.²⁷ Posteriormente, Araujo enfatizou a hipótese de que teria havido uma adaptação do *topos historia magistral vitae* ciceroniano. Buscando diferenciar a concepção de história dominante entre as histórias filosóficas do século XVIII e as filosofias da história oitocentistas e seus respectivos ajustes, destaca:

Ao mesmo tempo, o etapismo das filosofias da história permitiu tirar lições do passado, já que pela sua análise é possível vislumbrar o futuro, mesmo que esse já não fosse concebido em termos de repetição do passado. Assim, o *topos* pode ser adaptado a esse novo tipo de lição histórica: é possível aprender com o passado, mas não imitá-lo, como é

²⁴ *Idem*, p. 50.

²⁵ *Idem*, p. 50-51.

²⁶ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos in NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (et. al.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 94.

²⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 150.

fundamental na concepção ciceroniana. Em resumo, o simples uso retórico dos *topoi* ciceronianos não qualifica uma concepção de história como pré-moderna, pois o fundamental seria entender quais os procedimentos necessários para aprender com a história.²⁸

Reunidas, as diversas abordagens expostas até aqui fornecem importantes elementos para a compreensão da resistência de modelos antigos na escrita histórica fabricada no IHGB. Sem exceção, as leituras evidenciam, em maior ou menor grau, o inarredável peso do político, confirmado inclusive pelos conceitos que sustentam os argumentos sobre o tema (identidade, autoridade, filosofias da história). Como e se ocorrem dissociações mais nítidas entre o sentido do diálogo com os antigos para a história sob o prisma disciplinar e o uso dos antigos direcionado ao caráter pedagógico e cívico é algo a ser verificado. Para além de propor uma diferenciação entre condicionamentos epistemológicos e fins de divulgação do saber histórico, será possível avançar no que diz respeito às concepções temporais desses letrados. Levar em consideração a historicidade do modelo monárquico e sua chancela neste processo é algo pertinente. Restará, além disso, elucidar até que ponto “seguir Cícero” e buscar a verdade poderia corresponder, na prática, a eliminar perspectivas alternativas acerca do presente e incentivar a manutenção de um determinado passado e também seu monopólio.

1.2 Da tradição: Paris, Portugal e as bases políticas da história

A constatação da convivência da tradição das academias e concepções de história com elementos substancialmente modernos, longe de cindir passado e presente, funcionava como outra forma de se compreender o “novo tempo” que se tentava instituir no Brasil no final da Regência por parte do poder imperial e de seus funcionários. As renovações epistemológicas geradas pelos sócios durante as sessões no IHGB, debates que justificam ainda hoje

²⁸ ARAUJO, Valdeci Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008, p. 55.

seu interesse para pesquisas historiográficas, evidenciam aquele órgão como uma espécie de laboratório que permite a investigação dos relacionamentos entre diferentes ordens do tempo e de seus mecanismos de controle e de autoridade. Este tema tem sido acionado por François Hartog nos últimos anos.²⁹ Ainda que as histórias antiga e moderna das academias não se confundam, o propósito escolar e formador dessas instituições é algo relativamente perene, seja no sentido de instrumentalizar conhecimentos de valor para o governo régio, seja como ferramenta pedagógica em grandes ou pequenas sociedades.

Neste sentido, a movimentação em torno das academias e institutos históricos nas décadas de meados do século XIX deve ser enfocada sob as linhas que definem os períodos da chamada restauração em países com os quais o Brasil, como nação emergente, mantinha maior contato, ou seja, França e Portugal. O caso francês é emblemático e prescinde de maiores referências, bastando destacar a particularidade das invasões francesas do período napoleônico em Portugal e em outros países. Além disso, conforme Manoel Guimarães:

A orientação do Brasil em direção à cultura francesa existia antes mesmo da fundação do Estado Nacional. Em 1816, d. João VI convocou para a Corte no Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses, que constituíram a chamada Missão Artística Francesa e receberam a tarefa de estabelecer uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.³⁰

A dimensão política que demarcou a fundação das diversas academias históricas, ao longo do século XVIII, deve ser observada. Trabalhos como os de Íris Kantor, Taíse Silva e Pedro Silveira são alguns dos exemplos que devem ser destacados neste sentido.³¹ Para o século XIX e o recorte que ora

²⁹ HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história *in* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 15-25.

³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, Edições Anpuh, p. 101.

³¹ Cabe fazer referência ao trabalho de Iris Kantor dedicado ao exame da produção das academias brasileiras em meados do século XVIII, na Bahia. Na medida em que se assinala

interessa, as sinalizações de Manoel Salgado acerca do peso da fundação do Instituto Histórico de Paris (IHP) para o caráter do IHGB têm sido aos poucos retomadas e aprofundadas. Se, com os estudos de Kantor, Silva e Silveira, é possível relativizarmos determinado discurso de origem para os institutos históricos oitocentistas e, sobretudo, levar em consideração as trocas discursivas que condicionaram concepções críticas e retóricas em períodos e espaços diferenciados posteriormente, as indicações de Salgado têm auxiliado na leitura do impacto dos contextos de agitação política e suas relações com as fundações de instituições de letrados e mesmo de suas produções no Oitocentos.³²

A escrita da história naquele período carregava um aparente paradoxo. Ao mesmo tempo em que a produção dos historiadores passava gradativamente a ocupar espaço primordial e a subjugar outros saberes, em contrapartida, as exigências de sua organização disciplinar e, por caminhos difusos, científica, solicitava a definição das particularidades e dos limites de seu discurso.³³ Estava colocado o impasse: aquilo que pouco a pouco garantiria autoridade e legitimidade ao conhecimento histórico, por outro lado, seria seu principal mecanismo de interdição. “Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de

aqui a fundação do IHGB como um dos pontos de partida da análise, torna-se importante esta menção no intuito de evitar o estabelecimento de “marcos fundadores”, estes tão caros ao século XIX, para a escrita da história no Brasil, ainda que as concepções passíveis de investigação sejam diferentes entre os dois contextos. KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. Para uma investigação encaminhada recentemente sobre as primeiras décadas da Academia de Ciências de Lisboa, ver: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A operação historiográfica na classe de literatura portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814)* in HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 33-56. A dissertação de mestrado de Pedro Silveira constitui excelente exame da condição do letrado e dos procedimentos retóricos e críticos que se inter-relacionavam em dissertações produzidas no âmbito da Academia dos Esquecidos, fundada na primeira metade do século XVIII, na Bahia. Cf. SILVEIRA, Pedro Telles. *O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasília dos Esquecidos (1724-1725)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Dissertação de mestrado.

³² Ver, por exemplo, o recente estudo da historiadora Luciana Boeira. Cf. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil imperial*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, pp. 79-101.

³³ Efeito próprio do que Michel de Certeau chamou de operação historiográfica. CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65-119.

classificação, de ordenação, de distribuição [...]”, a partir do que disse Michel Foucault.³⁴

Entretanto, nem tudo poderia ser previsto pelos referidos procedimentos internos. Os trabalhos dos letrados que se ocuparam da história no Brasil em meados do século XIX indicam algo neste sentido. É verificável que os sócios aglutinados no IHGB, longe de responderem univocamente acerca do caminho apropriado à condução da pesquisa e da formulação narrativa em história, faziam de suas primeiras manifestações âmbito de variadas possibilidades. As tensões políticas por que passava o Estado imperial, características da década em que surgira o IHGB, entrecruzavam-se com o novo lugar ocupado pelas experiências do passado, agora reordenadas pela perspectiva nacional defendida no interior do mencionado órgão.³⁵

As implicações do presente seriam determinantes, igualmente, em diversos contextos nos quais se desenvolveu a supremacia do saber histórico no mesmo período, como, por exemplo, Alemanha, França, Bélgica, Itália e Portugal, entre outros.³⁶ Em linhas gerais, sobretudo na França, os ecos da Revolução de 1789 ainda se faziam ouvir. Aliás, apesar da marcante inspiração nas academias ilustradas do século XVIII (considerando a Academia Real de Ciências de Lisboa – ACL – fundada em 1779 – um dos modelos mais próximos), seria com o Instituto Histórico de Paris (IHP) e com a Sociedade dos Antiquários do Norte que o IHGB encontraria afinidades mais visíveis.³⁷ A associação francesa, fundada em 1834, pode ser conhecida em suas similaridades e diferenças em relação ao órgão fundado no Brasil nas páginas de seu *Journal de l'Institut Historique*, do mesmo modo que se podem encontrar, respectivamente, valiosas informações na *Revista do IHGB*.³⁸

³⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 21.

³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

³⁶ CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001 (especialmente p. 72).

³⁷ MONGLAVE, Eugène de. *Statuts Constitutifs de L'Institut Historique*. Lata 137, doc. 50, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Agradeço à Flávia Varella o acesso à fonte.

³⁸ Manoel Salgado Guimarães examinou as relações supracitadas. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 99-

O modelo civilizador promovido pela França interessava, naquele momento, aos letrados do Brasil. Tanto que muitos deles participaram do IHP, sendo um dos mais conhecidos Domingos José Gonçalves de Magalhães, autor do famoso ensaio histórico de manifesto romântico publicado na revista *Nitheroy*, de 1836.³⁹ Em contrapartida, questões políticas mobilizavam as atenções dos franceses por este país, antes da independência de Portugal, em 1822, mas também depois. Tratava-se da última monarquia na América e a proeminência do Brasil, após 1808, tornara-se patente; um bom aliado em potencial frente à ascensão inglesa na Europa⁴⁰. Todavia, discutir política, tanto no Instituto do Brasil quanto no da França, seria algo delicado durante o século XIX. As ressalvas ao tempo presente seriam constantemente reafirmadas, o que, contudo, não significa que tenha sido possível o bloqueio pleno do tema. Diante de frágeis noções de história e de historiador (no que diz respeito às suas identidades) e das próprias características de formação e ofício dos envolvidos nos trabalhos das associações, proposições de caráter político permeavam as discussões com regularidade.

Por outro lado, cabe destacar um dos elementos constituintes da ideia de história que desde o início foi difundida no IHGB, principalmente por conta do número significativo de sócios com alguma formação regular nos seus

114. Sobre a Sociedade dos Antiquários do Norte, ver também do mesmo autor: GUMARÃES, Manoel Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez., p. 184-200, 2002. Para um exame geral sobre o periódico do IHGB, ver: SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Mestrado em teoria e história literária. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

³⁹ GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história e a literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

⁴⁰ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, pp. 8-9. Dissertação de mestrado. Para uma atualizada revisão historiográfica e análise da chamada “interiorização da metrópole”, ver: SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 31-50. Ver também o interessante trabalho de Kirsten Schultz, no qual se examinam as alterações na cultura política no Rio de Janeiro a partir da vinda da família real, em 1808, convertendo a cidade em sede do poder monárquico, onde a presença do rei intensificou as interações entre “os imperativos da sociedade colonial e os imperativos de uma corte real” em mútuo processo de reconfiguração. SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 254. Ver ainda: URICOCHA, Fernando. *O minotauro imperial. A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 83-88.

primeiros quadros: a presença da religião.⁴¹ Esta mesma ideia seria ainda mais determinante para os acadêmicos do IHP.⁴² Não por acaso, tal marca já estava assinalada no primeiro “Discurso” do cônego Januário da Cunha Barbosa, fundador e secretário perpétuo daquele órgão, enquanto que neste o suporte da moral cristã, elevado pela chamada Monarquia de Julho de 1830, foi decisivo para configurar as diretrizes do que seria realizado na agremiação de Paris a partir de sua instauração⁴³. Tanto no primeiro quanto no segundo, mesmo que com particularidades que merecem observações posteriores, uma concepção atenta à utilidade da história estava colocada. O projeto de regeneração moral da sociedade andava lado a lado com o objetivo de contribuir para a pesquisa histórica a que se lançavam os letrados do IHP. Assim, esta dimensão moral, se não era enfática e exclusivamente católica – para o caso do IHGB –, configurava-se também por meio do diálogo com autores antigos, reunindo aqueles usos do passado aos legados da erudição. No mesmo sentido, cumprir a tarefa de tornar nacional e ordenada a história do Brasil era promessa conjunta ao serviço que os letrados oriundos da burocracia imperial buscavam prestar ao Estado a partir do Instituto. Pode-se falar, expressamente, em uma necessidade generalizada de história, como registram os escritos do período, ainda que com motivações particulares a cada contexto historiográfico.

⁴¹ Para uma exposição e análise dos quadros de fundadores IHGB, bem como de seus efetivos e honorários no ano da proclamação da República, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set., 1995, p. 459-506. Um estudo recente demonstra a força da presença religiosa no Instituto, em especial na figura do cônego Januário da Cunha Barbosa. Tal dimensão foi determinante a ponto de intervir na questão jesuítica e nas propostas para a escrita da história nos primeiros anos após a fundação do órgão. DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009, p. 45-50.

⁴² Conto, neste ponto, além do já citado estudo de Manoel Guimarães (2011), com o trabalho de Elaine Cristina Carraro, dedicado ao IHP e justamente centrado na investigação da força da moral e da religião nos debates desenvolvidos naquele órgão em seus primeiros anos (1834-1846). CARRARO, Eliane Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Mestrado em sociologia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

⁴³ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 9-17, 1839. E o tema não parece ter sido abandonado, tendo em conta a seguinte publicação, em meados do século XX: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fontes da história da Igreja católica no Brasil*. Separata da *Revista do IHGB* (jul./set., 1953), Rio de Janeiro, 1954. Para o caso do Brasil, no recorte compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o estudo de Hugo Hruby traz informações relevantes: HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Mestrado em história. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 127-137.

Neste horizonte, a figura do historiador, ainda pouco definida, ganhava autoridade. Dito de outra forma, o desenvolvimento do trabalho com a história entre os letrados adquiria uma legitimidade oriunda, sobremaneira, de sua capacidade de conceber novas relações com o passado – por assim dizer, outra ordenação temporal – que os projetos nacionais pautavam desde o final do século XVIII, sem perder de vista as exigências do presente. “Se, de um lado, a história nos fornece uma ligação afetiva com um passado que nos formou, de outro, ela não deixa de oferecer, a quem quiser usá-la, preciosas indicações de como agir na realização daquilo que o próprio processo histórico já prometia”⁴⁴. O primeiro a aprender com a história, naquele momento, seria o historiador.

A década que se seguiu às revoltas liberais em Portugal, especialmente a do Porto em 1820, alimentou um projeto político restaurador que em muito ultrapassava as possibilidades de uma academia histórica. Não é fortuito que um nome emblemático como o de Alexandre Herculano tenha estado muito mais ligado aos periódicos ilustrados e instrutivos que ao âmbito da Academia das Ciências de Lisboa.⁴⁵ Neste ponto, é pertinente notar a particularidade de cada contexto historiográfico. O histórico das academias régias na Europa autorizava este salto que a história, entendida como formação básica do cidadão, daria em boa parte das sociedades daquele continente. O legado das invasões francesas em Portugal, no que diz respeito à imprensa, é fator conhecido no crescimento do número de jornais e semanários nas décadas de ocupação e também no período posterior.⁴⁶ A ACL, que surge com a prerrogativa de “restaurar” a partir de novos conhecimentos apresentados de maneira atraente, acaba sendo ultrapassada pelos jornais de instrução na década de 1830: “assim, na sessão de 30 de janeiro de 1780, deliberou a

⁴⁴ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 02, março, 2009, p. 19.

⁴⁵ Há registro em atas da ACL com pedidos do historiador para que retirem seu nome das listas. Para informações gerais do contexto de fundação da agremiação, ver: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 31-35.

⁴⁶ Este tema será aprofundado no capítulo terceiro.

Academia que, nas suas Memórias, só deviam incluir-se ‘coisas novas ou aperfeiçoadas de maneira que interessassem ao público...’.⁴⁷

A década de 1830 foi importante para a ACL. Em 1833, finalmente, após sete mudanças, a agremiação assentou-se no prédio do Convento de Jesus da Ordem Terceira de S. Francisco. De acordo com Rómulo Carvalho: “o ano de 1834 em que a Academia toma posse efetiva dos bens do convento de Jesus é um marco na história de sua existência, considerado pelos próprios académicos como o renascimento da instituição, agora já ultrapassando os cinquenta anos de vida”.⁴⁸ Seria neste mesmo ano que os estatutos da ACL passariam por uma revisão. Acerca da organização em classes da instituição, a Classe de Belas Letras passou a intitular-se Classe de Ciências Morais e Belas Letras.⁴⁹ Ficava definida também a regra relativa aos graus para nomeação como correspondente do órgão:

Art. 13º Para ser nomeado Correspondente da Academia é indispensável que o Candidato lhe apresente uma Memória que se julgue digna de ser impressa na Coleção das Memórias da Academia, ou uma obra que mereça ser impressa à custa da Academia, ou que se tenha feito conhecido por obras impressas que tenham obtido a aprovação dos Sábios, segundo o juízo da Classe respectiva; e que mostre ao mesmo tempo desejo de pertencer à Academia.⁵⁰

No que se referia às sessões acadêmicas, definiu-se que: “Art. 3º Haverá um livro de Atas rubricado pelo Vice-Presidente, em que se lance tudo o que se fizer em cada Sessão, e as Atas serão assinadas por todos os Sócios e Correspondentes que estiverem presentes”.⁵¹ Esse documento manuscrito, preservado junto ao acervo da ACL, permite acompanhar a intensidade e as características dos temas tratados naquele ambiente ao longo dos anos 1830 e

⁴⁷ IRIA, Alberto. A fundação da Academia das Ciências de Lisboa. *História e desenvolvimento das ciências em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, v. 2, 1986, p. 1289.

⁴⁸ CARVALHO, Rómulo. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981, p. 60.

⁴⁹ ESTATUTOS da Academia Real das Ciências de Lisboa. Aprovados por Sua Magestade Fidelíssima em 15 de Outubro de 1834. Lisboa: na Typpographia da mesma Academia, 1834. Com Licença de Sua Magestade.

⁵⁰ *Idem*, pp. 9-10.

⁵¹ *Idem*, pp. 20-21.

1840. É possível verificar, por exemplo, a frequência de Varnhagen e de seu pai, bem como parte de suas intervenções. Na ata da sessão de 13 de abril de 1836, aparece a assinatura de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, o pai. No mesmo registro, encontra-se a anotação de um ofício enviado pelo ministro da repartição da Marinha que acusava o envio de uma memória elaborada por Frederico de Varnhagen dedicada ao cultivo e à exploração de pinheiros.⁵² Confirma-se a assídua participação de Varnhagen, o filho, em meados do ano de 1839, após seu primeiro trabalho, a descrição crítica do diário de Gabriel Soares de Sousa.⁵³ Em 20 de novembro daquele mesmo ano, marcava o documento: “o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen ofereceu à Academia um exemplar do = Diário de Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530, por Pero Lopes de Sousa = e publicado pelo Sr. Varnhagen, que estando presente recebeu os agradecimentos da Academia”.⁵⁴

Assim, é possível mapear os trânsitos do historiador por meio das atas da ACL. Quando seu nome desaparece dos registros, confirma-se alguma de suas viagens. No mesmo sentido, a marcante interação com o IHGB pode ser rastreada por inúmeras marcações de recebimento de exemplares do periódico daquele órgão. Na ata do dia 30 de junho de 1840, vê-se a anotação do recebimento “da Revista Trimensal da História e Geografia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro”.⁵⁵ As trocas com o IHP, igualmente, apareciam nas páginas do livro de controle:

Receberam-se as seguintes obras: da Sociedade História de Paris, o jornal de junho de 1834, que faltava. Os jornais de 1839, desde abril até o fim do ano. Os jornais completos do ano de 1840. Aceitos completos de 1841, aceitos de janeiro a

⁵² ACADEMIA das Ciências de Lisboa. Arquivo Histórico. Livro de secretaria 39B, 1834-1844. Manuscrito, p. 63.

⁵³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França e acrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolfo de Varnhagen. Terceira edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

⁵⁴ ACADEMIA das Ciências de Lisboa. Arquivo Histórico. Livro de secretaria 39B, 1834-1844. Manuscrito, p. 174. Gostaria de registrar aqui minha gratidão à bibliotecária da Academia das Ciências de Lisboa, Maria Leonor Pinto, por muito gentilmente ter auxiliado na interpretação de excertos quase ilegíveis deste documento.

⁵⁵ *Idem*, p. 216.

outubro de 1842, faltando novembro de dezembro. Aceitos de janeiro e fevereiro de 1843.⁵⁶

Há diversas remissões ao IHP, além da acusação de documentos recebidos da Sociedade dos Antiquários do Norte e do Instituto Histórico de Londres, entre outros.⁵⁷ Essas associações interagem com grande intenção, e um estudo mais sistemático e em conjunto sobre elas poderá trazer informações relevantes sobre as práticas e as diferenças relativas à intervenção política sobre os cotidianos letrados do século XIX. Além disso, a permanência dos *topoi* antigos, em diferentes contextos historiográficos, poderia ser apurada, o que auxiliaria na compreensão dessa persistência tipicamente acadêmica.⁵⁸

1.3 A história que serve é uma história serva?

O papel pedagógico que se exigia da história produzida no IHGB é ideia constantemente retomada em praticamente todos os estudos historiográficos cujos objetos consistem nos textos vinculados direta ou indiretamente àquele órgão. Tanto no “Discurso” de fundação, proferido por Januário da Cunha Barbosa, como nos registros mais amplos de interação com academias europeias, esta dimensão do conhecimento histórico em meados do século XIX pode ser considerada determinante para a constituição disciplinar e para a definição de seu executor de ofício. Como destaca Valdei Lopes de Araujo, “essa opção pelo ensino e pela divulgação guarda uma certa coerência com o movimento ilustrado luso-brasileiro, que, ao menos em teoria, privilegiava a

⁵⁶ *Idem*, p. 258. Ata da sessão literária de 31 de maio de 1843.

⁵⁷ Cabe mencionar que a criação da ACL motivou a fundação de agremiações congêneres em Londres, Paris, Berlim e São Petersburgo. É nesses ambientes que as discussões acerca da diferenciação entre erudição e história serão travadas. Cf. FERRÃO, António. *Os estudos históricos na Academia das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 9; p. 13.

⁵⁸ Chama a atenção a sobrevivência retórica dos *topoi* para além do período oitocentista. Cf. FIGUEIREDO, Fidelino de. *O que é a Academia das Ciências de Lisboa (1779-1915)*. Separata do n° 16 da Revista de História, vol. IV, 1915. Porto: Typographia da Empresa Literaria e Typographica, 1915.

divulgação do conhecimento”.⁵⁹ Tendo em conta este aspecto, é pertinente retomar outros escritos fundamentais que apareceram nos primeiros anos do Instituto e que encaminham, por outras frentes, o problema geral da permanência de concepções antigas na escrita histórica oitocentista.

Pode-se, de imediato, alternar a ideia até aqui desenvolvida acerca da sujeição da história às exigências do presente da época. Até que ponto a presença dos antigos, mais que apenas harmonizar a manutenção da ordem política por meio da sustentação de um conhecimento que se queria legitimador, também não conduziu à aceleração da crítica que promoveria o historiador a uma figura pública de relevância, para além das posições definidas no período regressista (no Brasil) e regenerador (em Portugal)? Nem serva do presente, nem serva do passado: o impreciso conceito de história ganhava itinerários que, em muitos sentidos, levam a percepções difusas acerca das consequências das escolhas dos homens que planejavam a história do Brasil no âmbito do IHGB.

A necessidade de se dar ordem à história do Brasil, presente no texto inaugural de Cunha Barbosa, motivou discussões que, é permitido dizer, circunscreviam basicamente a totalidade dos dilemas políticos e historiográficos comuns à década de 1830. Poucas semanas após a sessão de abertura, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos propusera uma “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil”.⁶⁰ Na verdade, uma primeira versão do texto de Cunha Mattos fora apresentada no dia 15 de dezembro de 1838, no IHGB, sob o título “Quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil?”, sendo outra exposta já com o título da referência aqui utilizada; como também se pode observar, ele só foi editado e publicado 25 anos depois.

A importância dos debates levantados pelo discurso do marechal apareceu indicada na apresentação do texto, pois, como observa Temístocles Cezar, o próprio autor fez questão de indicar que se tratava de versão revista

⁵⁹ ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 144.

⁶⁰ MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil”. *Revista do IHGB*, 1863, pp. 121-143.

após contribuições de outros sócios.⁶¹ Desde o início, Cunha Mattos expusera sua opinião negativa sobre a possibilidade de se escrever uma história geral do Brasil:

Pela parte que me toca declaro francamente que se a sorte ou a votação por escrutínio recair em mim para trabalhar *in solidum* ou como colaborador em uma empresa tão gigantesca, eu me ostentarei inabilitado, e recusarei aceitar essa honrosa comissão, para não ter de representar um papel desagradável e muito em desabono do Instituto Histórico.⁶²

Essa ideia seria constante à maioria dos sócios. A sensação presente entre os membros era realmente aquela que se dirigia para a inauguração de uma forma diferenciada de se construir o tempo histórico nacional. Efetivamente, Cunha Mattos ficaria fora da continuidade de debates relativos ao tema em função de sua morte, ocorrida poucos dias após a leitura do texto, como atesta a ata da sexta sessão do IHGB, datada de 2 de março de 1839.⁶³

De todo modo, a fala de Cunha Mattos deixava ditos alguns limites que impediam o início de um trabalho histórico mais geral. O propósito primário do IHGB estava definido em reunir documentação distribuída pelas províncias e mesmo fora do império. Desse modo, enfatizava:

Como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e raríssimas vezes no Brasil, aquilo que um governo desconfiado, uma inquisição intolerante, um Ordinário sem critério, uma mesa da comissão sobre a censura dos livros permitia que fosse publicado? Como será possível escrever a história filosófica do Brasil tomando

⁶¹ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos *in* NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (et. al.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 112.

⁶² MATTOS, Raimundo José da Cunha. "Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil". *Revista do IHGB*, 1863, p. 122.

⁶³ ATA da 6ª sessão em 2 de março de 1839. *Revista do IHGB*, 1839, p. 49-50.

por farol os livros estrangeiros impressos antes da declaração da independência do império?⁶⁴

É oportuno observar a dupla crítica presente no excerto acima. Por um lado, recriminavam-se as incorreções provocadas pelas impressões demarcadas à distância, vindas quase que exclusivamente de Portugal no longo período colonial; de outro, a condenação da instituição inquisitorial, que filtrava de forma inadequada as notícias sobre o Brasil. Nessa breve passagem, estavam redimensionadas duas ideias diretamente ligadas ao conceito de história na época, quais sejam, a defesa de um ponto de vista nacional, sem que este viesse a comprometer justamente a segunda ideia a ser ressaltada: o lugar da crítica que deveria vir da investigação acadêmica, ainda que esta estivesse diretamente ligada ao poder político e religioso. Tais premissas criavam alguma identidade ao mosaico de proposições que emergiam no IHGB.

No que diz respeito a dois dos pontos levantados, a saber, a visão estrangeira e a participação da religião do Estado imperial, o historiador inglês Robert Southey, autor de uma precoce *História do Brasil*, datada de 1810, torna-se alvo de elogios e críticas por parte de Cunha Mattos:

O melhor de todos aqueles escritores, o sábio Southey, a todo o instante nos lança em rosto a nossa incapacidade; e fere-nos na parte mais sensível das nossas opiniões, atacando sem reboço a crença religiosa, em que vivemos qualificando-nos de idólatras fanáticos, supersticiosos e de perpetradores de toda a espécie de maldade, por acreditarmos que a confissão e a absolvição purificam-nos perante Deus e os homens! Quantas reflexões poderemos nós fazer a respeito da crença e da moral desses estrangeiros que não têm a confissão nem absolvição *supersticiosa* dos brasileiros, e apesar disso cometem crimes de natureza tão atroz como os que praticam em todos os lugares do universo!⁶⁵

⁶⁴ MATTOS, Raimundo José da Cunha. "Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil". *Revista do IHGB*, 1863, pp. 122-123.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 123 (itálico no original).

Este tipo mais geral de posicionamento crítico que participava dos debates sobre os caminhos possíveis para a escrita de uma história brasileira evidencia as diretrizes anteriormente mencionadas no que se relaciona à questão nacional da investigação do passado e seu envolvimento direto com a defesa da política imperial. Como se pode observar desde já, mesmo em texto como este de Cunha Mattos, cuja remissão direta aos antigos não é uma marca (exceto em um ponto na parte final), a história faz as vezes de embate político, sem, contudo, negligenciar a centralidade das discussões disciplinares.⁶⁶ As consequências da história da monarquia portuguesa, sua sujeição à coroa castelhana e o controle administrado pela inquisição são justificativas trazidas para a explicação dos limites das ciências e das artes em Portugal e, por conseguinte, no Brasil.⁶⁷ É importante sublinhar que, se o império buscava contar a sua história em terras americanas, ao mesmo tempo, Portugal tinha pretensões de “regenerar” sua nação a partir do estudo do passado e da crítica a todo e qualquer aspecto que pudesse ser relacionado à decadência percebida na época. Tais reconstituições e argumentos corroboram a visão destes primeiros registros do IHGB como comprovados textos fundadores da disciplina histórica, sem negligenciar as outras formas da crítica histórica de períodos anteriores.

Chama atenção um ponto específico da fala de Cunha Mattos, excerto este a partir do qual o marechal expressa sua concepção geral da história e de seus meios de fabricação:

A história abrange todos os ramos do conhecimento humano: pode ser geral ou particular, e divide-se em seções principais, que são subdivididas em particulares ou especiais. Ela em a matéria, ordem e estilo deve ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro que for possível; e o fim principal da história política e civil, é encaminhar os homens à prática das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que daí resulte o bem-estar das sociedades.⁶⁸

⁶⁶ Para a passagem na qual Heródoto, Dionísio e Plutarco são referenciados por Cunha Mattos, ver pp. 138-139.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 125-126.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 137.

Essa ocupação generalizada da história, responsável por “todos os ramos do conhecimento”, se tornava impreciso o novo estatuto desse saber antigo (o mesmo ocorrendo com a definição de seu produtor), permitia, entretanto, que aspectos do presente dialogassem constantemente com as informações e opiniões sobre o passado. A exigência didática à historiografia, por sua vez, delimitava algo além da pertinência de sua aplicação pedagógica. Nessa perspectiva, pode-se pensar que o chamado uso político do passado, no que se refere ao seu momento de fundação como disciplina, participou também da definição da série de aspectos epistemológicos que vem sendo analisada em suas particularidades desde, no mínimo, os anos 1980 pela historiografia brasileira.

Cunha Mattos reservou ainda, em seu texto, espaço significativo para a apresentação de uma divisão cronológica para a história do Brasil. Declarando-se afinado com a proposta ensejada no discurso de Januário da Cunha Barbosa, defendeu a seguinte divisão tripartite: a história dos aborígenes e autóctones, o longo período de administração colonial e, por fim, os acontecimentos importantes do império desde a independência. O marechal já antecipava as dúvidas quanto à referida subdivisão, em especial às características da primeira e terceira partes.⁶⁹ Percebe-se na argumentação uma diferenciação que não prescinde de comparação entre antigos e modernos. Conforme Cunha Mattos, as dificuldades para a construção da história indígena tangiam à falta de documentos e informações secundárias realmente verificadas. Esta fase “fabulosa” da história brasileira seria própria de outra época, visto que os historiadores do passado não resguardavam o mesmo compromisso com a verdade dos modernos:

Se houvesse de escrever a história dos aborígenes do Brasil, ver-me-ia tão embaraçado como todos os que em épocas mais ou menos remotas têm dissertado a respeito deles. Muitos historiadores improvisaram, e quiseram mostrar como fatos certos e evidentes, aqueles que nasciam de símplices conjecturas. A ciência da linguística que agora começa a

⁶⁹ *Ibidem*, p. 129.

cultivar-se, é a que há de mostrar-nos a origem das tribos ou nações; nem esperemos que os homens que não possuem monumentos de séculos mais ou menos remotos, nos digam se se reputam autóctones, ou se vieram de terras longínquas estabelecerem-se nos lugares em que ora se acham.⁷⁰

Os trabalhos anteriormente citados de Temístocles Cezar e Rodrigo Turin evidenciam, ao enfatizarem questões complementares, aspectos destas injunções referentes à formação da população, com destaque para a presença indígena. Ambos avançam na análise das alternâncias na temporalidade da época a partir desta reorganização dos saberes e de suas finalidades em meados do Oitocentos.⁷¹ No fundamental, o que se deve observar é o parâmetro de que a conhecida sujeição da disciplina histórica ao grande sentido político exterior, qual seja, a nação, não eximia os letrados do século XIX de serem responsáveis por certa alternância epistemológica que resultava em efetivas mudanças sociais, à revelia da limitações variadas engendradas no contexto de fundação do IHGB. Dito de outra forma, a discussão geral deste primeiro capítulo, no tocante à presença de autores antigos na historiografia do Brasil oitocentista, entre outras ponderações, sugere que o espaço compartilhado por antigos e modernos pode ser visto como espaço político, ambiente onde determinados compartimentos seriam aos poucos estabelecidos, sem qualquer direção estrita. Ainda assim, a questão de fundo político não impedia formulações de conotação disciplinar.

Ainda na tentativa de evitar uma análise excessivamente esquemática daquela presença, retomar o concurso promovido pelo IHGB, em novembro de 1840, com intuito de incentivar seus sócios a apresentarem planos de escrita para a história do Brasil pode permitir encetar algumas observações sobre o debate relacionado ao tempo histórico pensado para a história nacional e o tema geral deste capítulo, dedicado à marca dos antigos no Instituto. O texto vencedor no referido concurso foi escrito pelo sábio bávaro Carl Friedrich Philip

⁷⁰ *Ibidem*, p. 133.

⁷¹ Remeto a dois trabalhos que também devem ser levados em consideração no que se apresenta neste capítulo e que retornarão no segundo capítulo. Cf. CEZAR, Temístocles. *Anciens, modernes et sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis*. *Anabases* 8, 2008, pp. 43-65; TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Doutorado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

von Martius, intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”.⁷² Apresentado em 1843, o plano historiográfico dividia-se em quatro partes, sendo a primeira chamada “ideias gerais sobre a história do Brasil” e as três subsequentes dedicadas, respectivamente, a indígenas, portugueses e africanos. Partidário de uma história filosófica, concepção em voga na Europa, Martius deixa nítida a finalidade pedagógica e política de sua proposta:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.⁷³

É interessante observar que, apesar de esta unidade entre as raças defendida por Martius ir ao encontro de uma concepção nacional, o ordenamento das seções, partindo do legado indígena, passando pelos portugueses até chegar aos escravos africanos, demonstra certa organização que atendia à cronologia, mas também ao tempo da história que se pretendia contar em termos, inclusive, metodológicos no que diz respeito à narrativa histórica. Tal detalhe foi observado por Cezar: “esta ordem é por si só reveladora. Ela sinaliza um tempo: os índios chegaram antes dos portugueses. Este dado, naquela época, não constituía uma evidência”.⁷⁴ Além disso, cada uma das partes dedicadas a um dos povos foi apresentada com as especificidades exigidas pela investigação de sua história. No que dizia respeito ao passado indígena, a ideia repisada da necessidade de se estudarem suas línguas foi lembrada por Martius, ao passo que a história dos portugueses seguiria o caminho dos documentos escritos e das viagens ou seus relatos. Embora aparentemente óbvias, tais sinalizações orientaram boa parte das investigações que sucederam os primeiros debates no IHGB. No

⁷² MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 381-403.

⁷³ *Ibidem*, p. 384.

⁷⁴ CEZAR, Temístocles. Como devia ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual in PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 182.

fundamental, muitos dos grandes temas que ocuparão os letrados dedicados à história ao longo dos séculos XIX – e também nas primeiras décadas do século XX – estão sugeridos explícita ou implicitamente neste projeto escrito por Martius.

Apesar de não ser uma característica muito presente no texto em questão, em sua parte final, a remissão aos antigos ingressa na argumentação de Martius. Em longa passagem na qual sublinha a importância das viagens para a boa descrição narrativa de diversos elementos do povo e da natureza brasileira, o autor do plano historiográfico menciona o exemplo de Heródoto. No mesmo trecho, destaca-se outro efeito previsto para as obras dedicadas à história do Brasil, isto é, o interesse dessas descrições para o leitor europeu.⁷⁵ Contudo, o que importa ressaltar diz respeito ao papel pedagógico e político da história, conforme as palavras do sábio:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor à pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeito em muitos membros de sua população de ideias política imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido.⁷⁶

Esse excerto, embora longo, merece destaque por encaminhar a hipótese com a qual trabalho ao longo de todo este capítulo. A participação de

⁷⁵ MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 1844, p. 401.

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 401-402.

autores antigos na historiografia produzida pelo IHGB pode ter diversas leituras, muitas vezes não necessariamente antagônicas ou divergentes. A prova disso são as hipóteses levantadas nos últimos anos pelos trabalhos citados anteriormente. Todavia, a proposta que gostaria de evidenciar tange ao papel de elo discursivo exercido pela menção aos modelos antigos, elo este entre política e discurso histórico. A história, como mestra do futuro, mas também do presente, opera como um dos instrumentos mais efetivos na tarefa de alimentar o civismo. Percebe-se a clareza do caráter propositivo de uma investida como a que conduziu à fundação do IHGB, ou seja, o plano de Martius não deixa dúvida acerca da consciência do caráter original de seu plano de escrita.

Cabe ponderar, neste ponto, que, apesar do demarcado princípio como tal empreitada era vista, o autor bávaro fala tanto em despertar quanto em reanimar as virtudes cívicas no país. Neste detalhe, parece haver sinal de uma diferença que trata da perspectiva pela qual a história do Brasil era examinada pelo autor estrangeiro. Podem-se perceber, no mínimo, três âmbitos políticos e dois contextos historiográficos: Brasil recém independente, Portugal do período pós-revoluções liberais e o espaço letrado alemão. A riqueza de um texto como o de Martius constitui, justamente, a possibilidade de se examinarem as relações entre regimes de historicidade e regimes políticos, considerando, evidentemente, espaços e tempos diversos.⁷⁷ Inclusive no tocante à expectativa de leitores, o texto fixa os objetivos de atingir e sensibilizar o leitor “brasileiro”, sem esquecer o atrativo do tema aos europeus. Não é despropositado notar aqui preocupações políticas e letradas em perfeito paralelo.

Merece ainda alguma atenção a presença, mesmo que mínima, de elementos concernentes ao *topos* história *magistral vitae*. Mais que um registro erudito, quase um agregador cosmopolita nas posições de muitos homens de

⁷⁷ Foi o texto de uma conferência proferida por François Hartog que conduziu minha leitura neste capítulo, mas principalmente neste ponto da análise. Essa possibilidade de apropriação do instrumento heurístico que se define, a partir do trabalho do historiador francês, como “regimes de historicidade” ainda foi pouco aprofundada. A historiografia americana, por sua própria condição de emergência, permite um vasto percurso investigativo nesse sentido. Cf. HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história in GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 21-23.

letras, como já foi visto anteriormente, uma resolução única ou definitiva para este fato parece-me pouco provável. Assim, importa levar em conta as diferenças entre os contextos políticos brasileiro e português, especialmente na tentativa de entender quais as possíveis prerrogativas dessas repetições. Em contrapartida, se o pragmatismo de Martius com relação ao assunto parece bastante evidente, o outro texto que foi apresentado para concorrer ao prêmio proposto pelo IHGB não se tratava de uma atualização da fórmula, mas de um simples empréstimo, como se fossem os registros antigos ferramentas a facilitarem o trabalho dos historiadores oitocentistas.

O texto em questão é o de Julio de Wallenstein, intitulado “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”.⁷⁸ Composto de apenas duas laudas, a sugestão era a seguinte: “o plano, que parece mais acertado, de se escrever a história do Brasil é seguramente o mesmo, que seguiu Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, pelo sistema das décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos”.⁷⁹ Dessa forma, o modelo de sistematização correspondia muito intimamente ao regime dos anais, encadeados cronologicamente, registros do que, no esparso do tempo, poderia ser ordenado. Não havia pretensão de esgotar os fatos do passado, uma vez que “sempre hão de existir na falha dos fatos, que se não memorarão, como de ordinário acontece, quando principia um tempo histórico, que se vai descrever séculos depois; porém, para clareza e percepção, parece que este método das décadas é o mais preferível”.⁸⁰ Nessa senda, o objetivo era, segundo Wallestein, garantir clareza à narração histórica.

Ainda que o autor do texto tenha proposto a aplicação direta da forma antiga, a narrativa por décadas não era capaz de dar conta das particularidades da história brasileira. “Neste sentido, antes que se principiem a narrar os fatos históricos, deve preceder uma introdução descritiva das nações indígenas, que habitavam as costas do Brasil na ocasião dos descobrimentos”.⁸¹ Esse modelo, eminentemente político, não contemplava as

⁷⁸ WALLENSTEIN, Julio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil *Revista do IHGB*, 1882, pp. 159-160.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 159.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

alterações pelas quais passara a própria história como conhecimento. A comprovação disso foi o parecer profundamente negativo ao texto, escrito, em 1847, por Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos e o monsenhor Joaquim da Silveira, como lembra Temístocles Cezar.⁸² Ainda conforme este historiador: “não se trata apenas de uma recusa de modelos antigos da historiografia, mas da afirmação de uma *nova* abordagem histórica, a *história filosófica*, perspectiva presente no IHGB desde a sua fundação [...] e que também orienta o plano vencedor de Martius”.⁸³ Havia, portanto, limites à participação dos antigos e ressalvas à sua utilidade na lida com o passado.

Pensar o regime imperial como um modelo passadista, o contexto regressista como de forte embate político e o ingresso da história como disciplina no âmbito da apropriação desse passado politizado como fatores a serem considerados nas reflexões sobre a permanência das menções aos antigos nos textos oitocentistas parece-me fundamental. A verdade ciceroniana com suas dimensões política e epistemológica: os antigos seriam a ponte perfeita entre as relações de poder do Estado e o emergente discurso disciplinar da História? A longa sobrevivência do IHGB e de outras academias – como, por exemplo, a ACL – não seria o motivo para a remissão aos antigos por força retórica e mitificação das origens: não mais da nação, mas da própria instituição? A forma como Valdeci Araujo tem encaminhado recentemente a questão informa alguns percursos possíveis:

Assim, gostaria de sugerir a hipótese de que a permanência e mesmo a expansão de certos fragmentos do *topos historiae magistral vitae* parecem fundamentais no processo de constituição dos Estados nacionais. Com a formação das grandes comunidades nacionais no século XIX, as exigências

⁸² CEZAR, Temístocles. Como devia ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual in PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 174.

⁸³ *Ibidem*, p. 175 (itálico no original).

da educação moral foram modificadas, pois era necessário atingir um contingente muito maior de pessoas em um contexto de relatividade crescente de valores e, ao mesmo tempo, também de uma homogeneização inédita da experiência, em função da universalização de procedimentos.⁸⁴

É possível crer que a generalização dos estudos sobre a permanência do diálogo com os antigos no século XIX, a partir da inquirição de outros registros como periódicos e publicações avulsas, poderia alimentar a apreensão no que tange aos significados de tais apropriações. Este esforço constante da história da historiografia em distinguir as fórmulas políticas das ferramentas letradas e disciplinares parece esbarrar constantemente no grande conceito organizador oitocentista: a nação. Uma das alternativas para o avanço nestas leituras tem sido o trabalho a partir das relações temporais perceptíveis nos textos da época. Daí o foco sobre a marca dos *topoi*. Neste ponto, retórica, erudição e crítica tornam-se categorias que, simultaneamente, reforçam e matizam as relações entre política e conhecimento histórico no momento histórico aqui investigado. O próximo capítulo pretende avançar nestes pontos.

⁸⁴ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro in NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). *Aprender com a história? : o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 140.

Capítulo 2: Da ética à moral: Francisco Adolfo de Varnhagen em legítima defesa

As questões trazidas por aqueles que se lançavam à pesquisa histórica no IHGB indicavam perspectivas diferenciadas do tempo, de métodos e de recursos narrativos pertinentes àquela investida. Todavia, é oportuno não alimentar o “discurso de origem” fomentado pelo próprio corpo de sócios do órgão que, se forjou uma diferenciação para tal ofício no Brasil, foi, de fato, a história submetida à ótica do nacional. Ainda que seja correto situar a centralidade da década de 1830, como apontam importantes pesquisas, no que diz respeito às tensões políticas e reformas legais no Brasil durante o contexto de fundação do Instituto, no que tange às práticas letradas de imediato tratadas pelos acadêmicos, percebem-se reflexões e propostas que lhe eram significativamente anteriores. Valdei Lopes de Araujo, ao iniciar sua reflexão a partir da obra de José Bonifácio de Andrada e Silva, expressa de maneira precisa a questão para as primeiras décadas do século XIX:

Prepara-se assim um tipo de interesse *no passado*, mas não *pelo passado*. Esse interesse no passado é parte do esforço de revisão crítica da tradição que ganha corpo no século XVIII. A descoberta do papel ativo do sujeito na produção do conhecimento encorajou e tornou possível não apenas herdar o saber deixado pelos Antigos, mas também corrigi-lo e restaurá-lo em sua verdade.¹

Foi no impreciso caminho para a realização de uma história nacional que as dúvidas sobre as maneiras mais apropriadas à crítica e ao ordenamento do passado aproximaram erudição e modelos das filosofias da história difundidos a partir do século XVIII. Ainda que o Oitocentos, nos textos de muitos historiadores da época, tenha sido marcado por uma recusa de ambos, conforme Manoel Salgado, “conceber a História como disciplina sem as formulações da Filosofia da História, seria, segundo entendemos, impossível

¹ ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 28 (itálicos do autor).

para a compreensão do que seria a moderna escrita da história”.² A erudição, por sua vez, estaria condenada, desde o Setecentos, a ser uma disciplina ligada à autoridade, sobretudo de caráter teológico, como aponta Chantal Grell, o que contraditaria a nova noção de tempo enfatizada pelo progresso do espírito humano.³ No entanto, tarefa difícil seria dissociar o saber histórico da tradição erudita, encaminhados lado a lado há séculos.⁴ No IHGB, como tratado no capítulo anterior, o diálogo com autores antigos foi uma das manifestações de certo princípio de autoridade que fundamentou o discurso histórico tal como ele se desenvolveu para além do século XIX.⁵

Em Francisco Adolfo de Varnhagen, este confronto entre a autonomia exigida pelo presente sob a perspectiva nacional e a formação erudita dos homens de letras – sobretudo portugueses – lançava o dilema ligado à utilidade da história. Esta deveria ter uma finalidade: tal teleologia, por certo, poderia vir a ser uma das liberações possíveis em relação à negativa das Luzes, xeque desenvolvido ao longo do século XVIII, sem, contudo, significar um abandono do saber histórico.⁶ O posterior questionamento de Nietzsche sobre a utilidade da história estaria já colocado? Um passado plenamente conhecido é, “para aquele que o conhece, morto”?⁷ Este controverso filósofo nos conduz a um Varnhagen polemista. Por meio de seu embate com o general Abreu e Lima, sócio do IHGB, talvez seja possível delinear alguns aspectos morais da erudição para os historiadores na década de 1840. O objetivo geral, enfim, é a

² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista *in Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 69.

³ GRELL, Chantal. *L’histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l’âge des Lumières*. Paris: Presses universitaires de France, 1993, p. 29.

⁴ O trabalho de Anthony Grafton é farto em remissões dessa ordem. Chama a atenção, como exemplo, o seguinte. “Muitos autores renascentistas, a partir de Petrarca, vieram a se considerar como quem escrevia para uma posteridade tão distante quanto eles estavam dos clássicos. Por conseguinte, começaram a registrar por escrito os tipos de informação histórica e biográfica que eles próprios valorizavam muito quando estudavam os romanos – como fez Petrarca em sua carta em prosa à posteridade e em outros escritos”. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 36.

⁵ Cf. CEZAR, Temístocles. L’écriture de l’histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur l’utilisation des modèles anciens et modernes de l’historiographie. *Historiografías*, 2, Julio-diciembre, p. 45-65, 2011. Disponível em: <http://www.unizar.es/historiografias/historiografias/numero/2/cezar.pdf>.

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo. Op. Cit.

⁷ NIETZSCHE, F. Da utilidade e desvantagem da história para a vida (1874) *in Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 58-70 (citação p. 60).

aproximação com os princípios de conduta que, entre idas e vindas, acabariam por dizer algo sobre o historiador nos movimentos disciplinares que hoje reconhecemos – ou não – como próximos. De qualquer maneira, tudo indica que a erudição fez da história um conhecimento vivo no século XIX, ainda que o questionamento das origens formulado pelo filósofo alemão continue válido.

2.1 A dimensão deontológica da erudição no Oitocentos

Para Varnhagen, o rigor no conhecimento e registro do passado era uma obrigação para todo letrado que se quisesse historiador. Seu ímpeto não se dirigia contra a ficção, mas contra a informação equivocada, como grafaria, no prefácio à primeira edição de sua *Historia geral*, em 1857, “quando em historia, o critério da verdade só se define e entende bem pela inversa, pelo erro”⁸. Entretanto, já no ano de 1844, em seu “Primeiro Juízo” acerca do *Compêndio de Historia do Brasil*, de autoria do general José Ignacio de Abreu e Lima, publicado no ano anterior, revela significativa intolerância com o que ingressasse na produção histórica sem a devida comprovação documental⁹. Ainda na abertura do texto, comenta, após elogios às qualidades tipográficas da obra:

Embora os retratos inventados, como o do chefe índio Camarão (aliás Poty), e o de Henrique Dias, que só desejáramos para nossa instrução saber onde o Sr. Abreu e Lima descobriu que fora comprovinciano natural de Pernambuco, como diz à pag. 142, desagradem a opinião dos mais severos, que, crendo com fé viva na importância do passado reduzido à escrita (que se chama História), assentam se não devem assim despoetizar a crença com tais fantasias,

⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo segundo, Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, p. XII.

⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submettido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do “Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 60-83.

preferindo antes o uso de bustos cegos, quando o fim que se pretende é o de substancializar ou materializar a memória dos homens célebres.¹⁰

De pronto, dados factuais foram questionados, cuja definição de história, para Varnhagen, certamente não abarcaria. Crença sem fundamento, segundo este, a naturalidade de Camarão foi seu objeto de estudo anos depois. Ele escreveria, em 1867, na conclusão de um de seus artigos sobre a naturalidade de Camarão, editado na *Revista do IHGB*: “Não seremos nós quem levará a mal os protestos que se apresentem por parte das províncias que se julguem deserdadas; mas, em abono da verdade histórica, restar-nos-á o recurso de apelar para os juízes imparciais”.¹¹ Neste percurso que foi de 1844 a 1867, mais de duas décadas, pode-se apreender um esforço pelo encontro do fato, do vestígio que indicasse a nascença de um célebre nacional, à custa, inclusive, dos interesses provinciais. Antes de mais, contudo, estava a verdade histórica. Uma “fé viva” na importância do passado com o fim de “materializar a memória” daqueles que mereciam tal deferência: contando com a escrita e com as afirmativas e vetos dos registros pretéritos, o historiador poderia tornar atual o que de verdadeiro estava mesclado entre “fantasias”. A forte crença na crítica andava em paralelo com o trabalho pela apreensão máxima do que a passagem do tempo legava. Além disso, avançando neste ponto, haveria a correção da excessiva fragmentação, aspecto criticado com frequência na erudição ao longo do século XVIII: os *philosophes* não perdoariam os eruditos por sua suposta incapacidade em dissociar o essencial do acessório.¹² Como

¹⁰ *Ibidem*, p. 60.

¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Biographia dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de D. Antonio Filippe Camarão. *Revista do IHGB*, 1867, p. 501-508 (Parte primeira); p. 419-428 (Parte segunda) (citação, p. 428). Apesar de apresentado no âmbito da seção biográfica do periódico do IHGB, trata-se, na realidade, de um estudo filológico e etnográfico sobre a naturalidade do personagem das lutas contras os holandeses. Varnhagen aproveita esta investigação e o espaço na *Revista* para corrigir, ainda, o seu próprio equívoco, ao lançar, na primeira edição de sua *Historia geral do Brazil*, o local de nascimento de Camarão como sendo no Ceará, quando, na verdade, este teria nascido no Rio Grande do Norte. Analisei brevemente esta questão em minha dissertação de mestrado. SANTOS, Evandro. *Tempos da pesquisa, tempos da escrita*. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, dissertação de mestrado, p. 31-34.

¹² GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières*. Paris: Presses universitaires de France, 1993, p. 32. Merece destaque a observação de Grell sobre a ideia de erudição associada à reflexão histórica já no

ratificaria Varnhagen, nas conclusões de 1867, verdade histórica e história nacional, perspectivas amplas e organizadas, falariam mais alto.

Ademais, de volta ao “Juízo” de 1844, o autor deu continuidade à resenha ao transcrever uma passagem do livro de Abreu e Lima na qual este enumera uma série de ideias comuns àquele momento no que tratava da necessidade de se averiguarem documentos para a devida elaboração de títulos de gênero histórico.¹³ Atento à aplicação pedagógica desses trabalhos, Varnhagen, em seguida, expõe o motivo de seu desgosto com o possível acesso dos estudantes ao *Compendio*: sua principal base fora elaborada por Alfonso de Beauchamp.

Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar; mas também ver a importância que essa mesma pessoa, também sem o querer, acaba de reivindicar para Beauchamp, que, como escritor público, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude, e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento. Diremos quem é este Beauchamp, e depois o público que avalie se o pungente da expressão *desprezo*, com que o tratamos, lhe cabe ou não com justiça.¹⁴

O julgamento, repassado ao público de forma retórica, iria ao encontro de Beauchamp, autor francês, segundo afirma Varnhagen, já conhecido por sua fama de plagiário mesmo antes da manipulação que efetuou a partir de *History of Brazil*, do inglês Robert Southey, cujo primeiro volume data de 1810. Do que segue o “Juízo”: “e por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom *critério*, de citarem à margem e em notas os fundamentos do seu juízo e discurso, procura meter a ridículo o *ser erudito*”.¹⁵ Lembrando, ainda, a resposta do autor plagiado, Varnhagen segue sublinhando seu texto

século XVIII: “ela [a erudição] seria um trabalho preliminar e necessário que deveria permitir elaborar uma narrativa digna de fé”. *Idem*.

¹³ Conforme Nelson Schapochnik, “[...] o *Compêndio da História do Brasil*, de José Ignácio de Abreu e Lima, também é fruto da experimentação inicial que procurava aliar o limitado equipamento erudito ao projeto de fundação de uma história nacional”. SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set. 1992/ago. 1993 (citação p. 70).

¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do “Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, p. 62-63.

¹⁵ *Ibidem*, p. 64 (itálico do autor).

com o discurso da justiça, cuja marca permeava a historiografia romana.¹⁶ “Agora os dois homens estão mortos [Southey e Beauchamp], são estrangeiros, nunca os conhecemos, e vamos ser seus jurados. É porventura preciso escrever veredicto?”.¹⁷

Antes de expor trechos que comprovariam o crime cometido pelo francês, ainda que com propositada sutileza, a avaliação varnhagueniana questionou a forma de apresentação proposta por Abreu e Lima:

Um Compêndio é, em qualquer ciência ou arte, o livro mais difícil de escrever, e que mais pertence aos abalizados grandes mestres. Se os Lalandes só escrevem os manuais depois dos grandes tratados em Astronomia, o que diremos de escrever Compêndios de Historia antes de estarem os fatos desta conhecidos e averiguados?¹⁸

A erudição, como se apresenta, é um dever do historiador. A apuração prévia é o único caminho possível para a escrita da história, sendo responsabilidade de quem a pesquisa indicar os erros, propositais ou não, de um passado remoto ou de um plágio recente. A extensa apresentação comparativa dos exemplos de plágio entre a tradução de Beauchamp a partir da obra de Southey e o *Compendio* de Abreu e Lima só viria a confirmar, no “Juízo”, o argumento de Varnhagen: “pois que melhores e mais seguros guias quer para a História, do que os próprios documentos originais e autógrafos, guardados nos arquivos de um país, que os conservou sempre no maior recato, e que são submetidos a exames paleógrafos, quando há neles a mínima suspeita?”.¹⁹

¹⁶ Cf. TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, pp. 551-568, jul./dez. 2008.

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do “Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, p. 65.

¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do “Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, p. 66.

¹⁹ *Ibidem*, 74.

A história, este projeto nacional, estava subordinada ao levantamento de fontes seguras. Varnhagen, como em outras oportunidades, reafirmou seus esforços de compulsão documental. Ainda não era o momento de uma escrita da história do Brasil adequada. O IHGB seguia seus trâmites. Abreu e Lima, no prefácio à obra de 1843, sem supor o que viria no “Juízo” do ano seguinte, tratava de comentar que a recente independência de sua nação ajudava a explicar a ausência de uma “literatura propriamente sua”.²⁰ Os percursos das nações, segundo o general, teriam este paralelo com os ditames da inteligência: “assim foi que as artes precederam as ciências, que a crônica precedeu a história, porque começou-se pela prática e acabou-se pela teoria”.²¹ Em seu sentido geral, esta inteligência produzida sob a égide do itinerário colonial, ainda que feita por “Brasileiros”, tinha as marcas da metrópole, o que, na década de 1840, fazia com que muitos a desprezassem. A autonomia daquele presente, contudo, passava a alterar tal ordem: “no entanto, sem dependência imediata, sem contato moral, as ideias começam a desligar-se, e nós começamos também a receber a impressão deste clima que exclusivamente nos pertence, e deste solo, que nos nutre e nos abriga”.²²

O argumento de que a independência política permitiria – ou mesmo estimularia – o adiantamento da crônica à história talvez diga algo sobre os acordos, ainda muito discutíveis no momento da polêmica aqui examinada, relativos aos modelos filosóficos propostos na segunda metade do século XVIII e a configuração de um moderno conceito de história. Este aspecto só pode ser levado em conta se for considerada, simultaneamente, a operação historiográfica que se deu no Brasil oitocentista em sua plenitude, aplicando a mesma atenção dedicada às práticas eruditas (e também à dinâmica dessas práticas no que toca ao movimento das “disciplinas auxiliares”) ao impacto nas formas de representação do passado.²³ O que os nacionalismos, os autores antigos, os questionamentos desta erudição (agora orientada) e a crise da

²⁰ ABREU e LIMA, José Ignacio de. *Compendio da Historia do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 1. Disponível em: <http://www.books.google.com.br> (acessado em 11 de julho de 2012).

²¹ *Ibidem.*, p. vj.

²² *Ibidem.* vij.

²³ O seguinte artigo trata da crise de representação na modernidade em sentido mais amplo do que aqui refiro, mas, de todo modo, ele apresenta elementos que merecem consideração: GALFIONE, María Victoria. Estética y política: consideraciones acerca de la crisis de la representación. *Revista de Filosofía y Teoría Política*. La Plata, n. 41, p. 67-98, 2010.

representação provocaram para, retomando o questionamento fundamental de Hannah Arendt, levar as sociedades ocidentais a um destacado interesse pela história, em detrimento da filosofia política?²⁴

Avançar da crônica à história, tendo em mente as definições repetidas pelos letrados brasileiros, corresponde a escapar do presente – por assim dizer, dirimir a política – e controlar o passado. Qualquer remissão à discussão do capítulo anterior deste trabalho não é mera coincidência, afinal, aquele avanço dos gêneros narrativos, entre os antigos, está associado a Cícero.²⁵ Vale menção que Varnhagen, no mesmo ano de impressão do *Compendio* de Abreu e Lima, em carta a Januário da Cunha Barbosa, dizia o seguinte sobre suas pesquisas na Torre do Tombo:

Lá virá tempo em que eu não tenha mais arquivos e então o organizar dos documentos, a redação histórica será meu cuidado. – Estes documentos soltos não os quero enviar por que é necessário para terem curiosidade mesmo na Revista uni-los e combina-los em doutrinas que façam tal ou qual corpo.²⁶

Enfim, seja a “teoria” de Abreu e Lima, sejam as “doutrinas” das quais fala Varnhagen, o tempo agora encontrava sua devida representação por meio e através da história, cuja ideia de nação ajudava a ordenar.²⁷ Não era apenas

²⁴ Para um exame historiográfico da formulação dos conceitos de nação pelos historiadores no século XIX, ver: PALTÍ, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la “cuestion nacional”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002. Para uma perspectiva mais geral sobre o nacionalismo: HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito, realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 111. Sobre a interessante ligação entre antigos e o exemplo da historiografia nacional, ver: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 18.

²⁵ Remeto aqui ao famoso excerto de *Do Orador*, redigido em 55 a.C., destacado por François Hartog. Cf. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 145. Para este ponto de aproximação específico entre retórica e historiografia antiga, ver: LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 95-104.

²⁶ Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Lisboa, 14 de março de 1843 in VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência Ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961, p. 103.

²⁷ A ideia de nação parece ser o elemento político que, aproximado à lógica externa formulada pelas filosofias da história dos séculos XVIII e XIX, foi capaz de afastar experiência e sentido.

neste sentido que ambos concordavam. No mesmo prefácio supracitado, o primeiro destacaria a opinião diversas vezes reproduzida pelo segundo: era preciso reunir esforços em prol da história do Brasil, “embora não tenhamos grande material por ora, porque o tempo, e só o tempo, pode reuni-lo com proveito”.²⁸ Seguindo em comum acordo com o que dizia também o IHGB, desde sua instauração, “nenhum serviço será mais apreciado do que aquele que começar por preparar-lhe os elementos, averiguando e ordenando os fatos, corrigindo e verificando as datas, e sobretudo esmerilhando documentos para salvá-los do esquecimento [...]”.²⁹ Em princípio, a proposta do sócio do Instituto em nada se diferenciava das rotinas dos demais.³⁰

O questionamento maior, como foi demonstrado a partir do parecer que deu origem à celeuma, estava orientado à base fundamental do *Compendio: Beauchamp*. Entretanto, tal sustentação não foi uma descoberta de Varnhagen. A seguir, no prefácio, Abreu e Lima esclarece:

Devo antes declarar que a obra, que dou à luz, não é lembrança minha; prestando-me ao encargo de formar - um Compêndio da História do Brasil – para uso da mocidade brasileira, eu não pretendo outro prêmio senão o do benévolo acolhimento do meu trabalho, se ele for digno desta honra.³¹

Tratava-se de uma confessada compilação, e ela tinha um fim específico, sendo esta finalidade outra face relevante da produção do saber

Cf. CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, Porto Alegre, n. 2, 2006, especialmente pp. 11-13.

²⁸ ABREU e LIMA, José Ignacio de. *Compendio da Historia do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. vij. Disponível em: <http://www.books.google.com.br> (acessado em 11 de julho de 2012).

²⁹ *Ibidem*, pp. vij-vijj.

³⁰ Na carta enviada por Abreu e Lima ao IHGB, na qual ofertava seu *Compendio*, lê-se o seguinte: “A minha obra não é perfeita, nem podia sê-lo; o Instituto sabe por quantas dificuldades tem passado para obter documentos, e até simples esclarecimentos, ainda quando ajudado pela potente cooperação do Governo e dos outros Corpos políticos do Estado; quanto mais eu, que, sem auxílio de qualidade alguma, tive de mendigar de porta em porta até a mais insignificante data, encontrando quase sempre (com bem pesar o digo) mesquinho acolhimento, com muito poucas honrosas exceções”. Carta de José Ignácio de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa. Extracto das actas das sessões dos meses de Julho, Agosto e Setembro. 112ª sessão em 14 de setembro de 1843. *Revista do IHGB*, 1843, pp. 395-397 (citação p. 395).

³¹ *Ibidem*., p. vijj.

histórico naquele momento, que será retomada posteriormente (seu caráter pedagógico). Acerca dos meios utilizados para a composição do livro, Abreu e Lima seguiria a apresentar suas justificativas à impossibilidade do levantamento de fontes, sem solicitar assim alguma originalidade. O incisivo julgamento advindo de Varnhagen não residiria aí – sua própria pretensão de elaborar uma história já transparecia –, mas retomando outra conhecida passagem de Cícero, por meio do orador Antônio, quando este pergunta a Catulo que caráter deve ter o orador e o autor de história: “o melhor, se for para escrever como os gregos, [...] mas, para escrever como os nossos, não é preciso um orador – basta não ser mentiroso”.³² Ao contrário da época de Cícero, em que a história era um conhecimento de menor importância, para o Oitocentos, seu significado era eminente – e Beauchamp, fonte assumida por Abreu e Lima, era um mentiroso, segundo Varnhagen.

Entretanto, do prefácio de Abreu e Lima ao combativo “Juízo” de seu oponente, pode-se entrever algo que o recente estudo de Bruno Franco Medeiros ajuda a compreender: as diferenças entre as concepções de história do acusado francês e de Varnhagen.³³ Importa destacar que o “Juízo” elaborado por este foi acolhido e tido como oficial pelo IHGB (com aval de Januário da Cunha Barbosa), que publicou em seu periódico, na mesma edição em que divulgou a crítica varnhageniana, a negativa quanto ao *Compendio*³⁴. A *Histoire du Brésil*, de Beauchamp, impressa em 1815, era a fonte principal de Abreu e Lima, e, não passando ela de um plágio do primeiro volume da *History of Brazil*, de Robert Southey, uma edição de 1810, o livro em processo de avaliação não seria recomendado. Chama a atenção a proporção que toma a crítica erudita de Varnhagen. O ataque, ao menos no princípio, realmente não parecia ter alvo em Abreu e Lima. Este, por sua vez, antes de parecer desonesto, aos olhos do censor, estava caracterizado como ingênuo. Recorde-se que o próprio general, prudentemente, já antecipara a possibilidade de

³² Apud. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 145.

³³ Acerca da polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen, ver, sobretudo, o terceiro capítulo do trabalho. MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Mestrado em história. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, pp. 85-106.

³⁴ Extracto das actas das sessões dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. 117ª sessão em 19 de janeiro de 1844. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 124-125.

correções em seu trabalho na carta que enviou ao Instituto: “finalmente concluirei dizendo que nesta obra não tive em vista senão traçar o plano da história pátria como ela deve ser escrita, e como eu a concebo, sendo este Compêndio apenas um ensaio para dar lugar a justas correções, quando forem feitas com critério e bom senso”.³⁵ Caso assim se desse, na leitura de Varnhagen, encampavam-se os riscos que aceitar fundamentos nada sólidos poderiam acarretar à história. O agravante moral, sem dúvida, estava assentado no plágio.

O que o trabalho de Bruno Medeiros sinaliza diz respeito à força dos modelos de autores antigos na escrita da história de Alphonse de Beauchamp. Esse aspecto colocava-o em um extremo não reconhecido por Varnhagen e outros de seus críticos.³⁶ Os historiadores liberais franceses, em especial, Augustin Thierry, na década em que se desenvolveu a polêmica ora tratada, seriam os interlocutores privilegiados dos sócios do IHGB, fazendo do estilo de Beauchamp – e, por extensão, de Abreu e Lima – algo a ser abandonado. A partir dessa análise, constituía-se uma oposição entre uma forma “tradicional” e outra “moderna” de escrita da história (neste quesito, a obra de Southey seria exemplar da segunda proposta). Em linhas mais gerais, a leitura da noção de plágio mobilizada na França da época possibilitaria não apenas a verificação de disputas entre padrões eruditos e método crítico, mas, sobremaneira, entre formas diferenciadas de representação do passado que conviviam naquele mesmo presente.³⁷ Conforme encaminha Bruno Medeiros:

³⁵ Carta de José Ignácio de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa. Extracto das actas das sessões dos meses de Julho, Agosto e Setembro. 112ª sessão em 14 de setembro de 1843. *Revista do IHGB*, 1843, p. 395-397 (citação p. 396-397). O projeto de escrita de uma grande obra dedicada à história do Brasil, como foi tratado no primeiro capítulo deste trabalho, parece ter sido algo que atravessou de fato o século XIX no interior do IHGB. O trabalho de Hugo Hruby aponta claramente como, ainda no período republicano, os esforços pelo acervo de documentos e pela devida sistematização ocupavam os letrados daquele órgão. Neste ponto, o terceiro capítulo do referido estudo é o mais importante. HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Mestrado em história. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 142-208.

³⁶ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. Mestrado em história. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 158 e ss.

³⁷ *Ibidem*, p. 91.

Além disso, quando publicou sua história em 1815, Beauchamp afirmou que se manteve fiel ao seu plano original de trazer à luz uma *histoire générale du Brésil*. Diferente do conceito que viria assumir em Varnhagen, a *história geral* de Beauchamp, dizia respeito à síntese das várias histórias (narrativas) particulares escritas sobre o Brasil até então – livro feito de livros. Entendida antes como relato do que como acontecimento, este conceito de história, que seria também mobilizado por Abreu e Lima, acentuava o caráter retórico ligado à historiografia clássica.³⁸

Considerando ponto pacífico que se atinge aqui expressão característica das mudanças e embates relacionados às formas de representação do passado, é preciso, porém, observar os relevos dos argumentos apresentados na leitura de Varnhagen. O veto à história contemporânea, aspecto importante no exame do legado de Beauchamp, na medida em que este escreveu histórias do tempo presente e era tema sensível para o Instituto e também para Varnhagen, não é trazido à baila. O fato de Abreu e Lima avançar sobre o século XIX e sobre os assuntos imperiais não é indagado no famigerado “Juízo”. Qual era a concepção de história geral para Varnhagen?

Uma coisa é a História Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as atas das suas cidades e vilas; os anais e fastos das suas províncias; as crônicas dos seus governantes; as vidas e biografias de seus cidadãos beneméritos. Aquela não impede que nestas se trabalhe, e em cada qual tem a narração proporções convenientes.³⁹

Confirma-se, tendo em conta as noções e resultados dos trabalhos contrapostos nesta polêmica, que duas perspectivas diferenciadas de representação conviviam e se confrontavam no Brasil do século XIX. O tempo presente seria diferente da história, entendida cada vez mais como saber sobre o passado. Contudo, o historiador poderia trabalhar com ambos, desde que

³⁸ *Ibidem*, p. 96.

³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro, Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1854, p. 478.

lhes atribuindo “proporções convenientes”. Os limites ao primeiro eram políticos, mas também epistemológicos⁴⁰. Chegar à verdade histórica era uma questão de tempo, tanto pelo avanço nas pesquisas e avaliações de novos documentos, quanto pela distância capaz de preservar os vivos e a imparcialidade, esta apreendida na acepção particular ao Oitocentos. A seguinte observação de Pedro Afonso Cristovão dos Santos é esclarecedora:

Efetivamente, entretanto, a crítica de Varnhagen ao *Compêndio* não chega ao século XIX. Na realidade, mal ultrapassa o século XVII. Suas críticas, se deixarmos em suspenso a questão do plágio de Beauchamp a Southey e sua utilização por Abreu e Lima (ponto principal de Varnhagen), recaem sobre o desconhecimento ou má interpretação dos textos que tomou Abreu, para a história colonial do Brasil.⁴¹

Como sugere a investigação supracitada, as questões fundamentais levantadas por Varnhagen, ainda que com possíveis panos de fundo político, tinham caráter erudito (Santos fornece um detalhado exame das tensões políticas que antecederam a fundação do IHGB e, naquele contexto, contrapuseram nomes como Januário da Cunha Barbosa e Abreu e Lima). Além disso, a própria prática erudita parecia assumir uma posição, na polêmica transcorrida na década de 1840, situada a meio caminho entre a política e a moral.⁴² Não por acaso, a noção de justiça estava presente a todo o momento, mesmo que não exclusivamente nas manifestações do crítico de Abreu e Lima. Para este, a busca da justa verdade também era importante.

⁴⁰ No caso de Varnhagen, este tema tem configurações relevantes. Ver: CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

⁴¹ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. A polêmica Abreu e Lima e Varnhagen: as disputas pela (e através da) erudição histórica no Brasil oitocentista. Texto não publicado, gentilmente cedido pelo autor. O historiador defendeu recentemente sua tese de doutorado dedicada ao exame da erudição na escrita da história no Brasil do século XIX, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

⁴² Acerca da amplitude de ação das práticas eruditas em Varnhagen, ver o trabalho de Taíse Silva. SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Mestrado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (especialmente pp. 59-130).

É interessante observar o estatuto que o conhecimento histórico passava a assumir na conjuntura em que se desenvolve o que foi abordado até aqui. A história já seria tida como algo tão relevante que, mesmo com as justificativas de Abreu e Lima sobre a simplicidade e intento de mera utilidade pedagógica, não haveria réplica plausível. Seu “methodo”, novidade elencada como um dos valores da obra, era justamente a causa de seu malogro.⁴³

De todo modo, o *Compendio da Historia do Brasil* recebeu nova edição já no ano de 1844 e foi apropriado como obra didática no Colégio Pedro II até 1862.⁴⁴ Assim, o desdobrar do tempo confirmaria a vitória do modelo de Varnhagen não apenas nos quadros do IHGB, no começo da década de 1840, à revelia de sua figura nada simpática e da verdadeira ausência de unanimidade sobre sua produção nesse lugar. Sua *Historia geral do Brazil* seria a base das lições de Joaquim Manoel de Macedo, ministradas aos alunos da referida instituição educacional.⁴⁵ Ainda, como demonstra o trabalho de Vitor Batalhone Junior, tal predominância alastrou-se por boa parte do século XX, contando com as colaborações posteriores de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.⁴⁶

Pode-se imaginar que o dado mais aterrador para Varnhagen tenha sido algo como esta fala de Abreu e Lima, na carta de apresentação de sua obra:

⁴³ Carta de José Ignácio de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa. Extracto das actas das sessões dos meses de Julho, Agosto e Setembro. 112ª sessão em 14 de setembro de 1843. *Revista do IHGB*, 1843, p. 395.

⁴⁴ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Mestrado em história. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 95.

⁴⁵ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições*: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

⁴⁶ BATALHONE JUNIOR, Vitor. *Uma história das notas de rodapés*: a anotação da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953). Mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

Neste conceito fica-me a glória de ter dado o primeiro passo na carreira escabrosa de historiador, e lisonjeio-me de haver atingido ao menos um dos primeiros alvos do Instituto. Quanto à verdade e à imparcialidade, tenho a suave consolação do que me dita a minha própria consciência, e isto me basta por ora.⁴⁷

A crítica erudita tomava uma dimensão que se pode chamar deontológica: para desenvolver a pesquisa em história, era dever de seu executor atentar a determinados recursos disponíveis de conduta. Em 1843, apesar de não se tratar ainda de regras padronizadas, mas de primeiros movimentos e debates sobre tais meios compartilhados, alguém que se quisesse historiador já não poderia contar apenas com sua “consciência”.⁴⁸ Se a opção por modelos antigos poderia servir de justificativa de inteligibilidade para composições tais como as de Beauchamp e Abreu e Lima, o que parece comprovado, é necessário que se assuma também o que segue: dizer a verdade era um princípio antigo – uma obrigação do historiador – que chegou até o século XIX, entre outros, por Cícero...

2.2 A dimensão teleológica da crítica varnhageniana

A prática da crítica demarcada nos textos de Varnhagen parecia não ter fim, embora tivesse certamente uma finalidade: a verdade histórica. Não se tratava de uma obsessão a dominar todas as partes de suas atividades. Estaria mais próxima da ideia de estabelecer bons argumentos, tão sólidos quanto fosse possível. Isto demandava tempo e dedicação. De todo modo, ele não

⁴⁷ Carta de José Ignácio de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa. Extracto das actas das sessões dos meses de Julho, Agosto e Setembro. 112ª sessão em 14 de setembro de 1843. *Revista do IHGB*, 1843, p. 396.

⁴⁸ Como explica Estevão de Rezende Martins, ao tratar das dimensões relativas à historicidade e à cientificidade do conhecimento histórico: “Veracidade corresponde à pretensão de que a investigação realizada tem pertinência empírica. O historiador considera, consciente e intencionalmente, que sua investigação lida com material credível, mesmo se sob o crivo da crítica heurística e hermenêutica, assim como no âmbito dos recursos interpretativos disponíveis. Dessa forma, a pretensão de pertinência empírica é acompanhada pela intenção de produzir entendimento, descrição, análise e explicação do objeto investigado que sejam o quão próximos da verdade”. MARTINS, Estevão de Rezende. *História: conhecimento, verdade, argumento. Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 7.

abandonava facilmente os assuntos aos quais se dedicava. Nem tudo era história para Varnhagen, ainda que boa parte de suas formulações se baseasse em conhecimentos ligados àquele saber. No “Juízo” que deu origem à polêmica com Abreu e Lima, o tema dominante de suas objeções seria, logo depois da acolhida de Beauchamp no *Compendio*, sem dúvida, as considerações daquele acerca dos índios.⁴⁹ A constatação de que o general chamara de “brasileiros” os indígenas, além de fornecer uma série de outras informações errôneas no tocante aos povos que ocupavam parte significativa do território nacional, fez do parecer um objeto privilegiado à correção varnhagueniana. Lá estava um dos pontos cruciais entre os que permearam sua carreira e interesses como pesquisador e servidor do Estado imperial.⁵⁰

Em uma de suas primeiras contribuições ao periódico do IHGB, no ano de 1841, o historiador destacava a “necessidade” de se conhecer quem eram e como viviam aqueles que aqui estavam quando da chegada dos portugueses.⁵¹ Propunha, inclusive, que se criasse uma seção de etnografia no interior daquele órgão.⁵² Contudo, foi em outra querela – iniciada na segunda metade da década de 1850 – que este enfoque de longa duração assumiu dimensões que ultrapassavam os limites da erudição. A leitura de tal debate permite que se examinem outras perspectivas da constituição do saber histórico no Brasil do século XIX e, sobretudo, das figurações assumidas pelo historiador no mesmo período, objetivo geral deste estudo. Nesse sentido, esta polêmica, mais que a anterior, por seus elementos, merece ser seguida passo a passo, até mesmo porque, agora, de certa maneira, a acusação de plágio não partiria de Varnhagen, mas a ele se dirigiria. Entretanto, este seria apenas o começo da discussão.

⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do “Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 69-72.

⁵⁰ CEZAR, Temístocles. Anciens, Modernes et Sauvages, et l’écriture de l’histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l’origine des tupis. *Anabases*, 8, pp. 43-65, 2008 (especialmente p. 50-53).

⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indigenas do Brasil. *Revista do IHGB*, 1841, pp. 53-63.

⁵² *Ibidem*, p. 62.

Como foi dito, desde o discurso de 1841, no IHGB, Varnhagen destacaria a importância que, em sua opinião, deveria ser atribuída à pesquisa das linguagens próprias aos índios que viviam no Brasil. A partir do exemplo europeu e do interesse que lá se desenvolvia por idiomas perdidos ou típicos de regiões distantes, ele ressaltava sua perspectiva: “Na verdade, Senhores, que não é fácil ao espírito pensador investigar por que motivo esta ideia tão natural não tenha sido há mais tempo suscitada e sustentada!”.⁵³ Juntamente com o estímulo pela apropriação pedagógica dos conhecimentos que poderiam advir do referido estudo, a proposta do sócio ia ao encontro de uma espécie de “salvamento” das linguagens que, diferentemente das línguas mortas estudadas na Europa, ainda não contavam com um acervo: “há porém uma razão que deve preferir por enquanto a todas as mais o estudo das línguas indígenas, e excitá-lo por meio dos possíveis estímulos e prêmios, e é que todas as mais são já línguas escritas, e por isso as mesmas mortas têm já uma alma eterna na imprensa”.⁵⁴ Ao ser encaminhada neste sentido, esta argumentação inicial de Varnhagen, como aponta Rodrigo Turin, segue a mesma orientação do que se falava no IHGB.⁵⁵

Mais tarde, em seu *Memorial orgânico*, de 1849, a matéria assumiria um tom mais aberto e mais político. A questão das formas de inclusão dos índios na organização disposta pelo poder imperial passaria a mobilizar as reflexões de Varnhagen. Suas impressões marcadamente contrárias à associação daqueles à ideia de nacionalidade seriam confirmadas pela publicação, como anexo ao segundo volume de sua *Historia geral do Brazil*, do *Discurso preliminar – Os Índios perante a nacionalidade brasileira*, em 1857. No primeiro volume da *Historia geral*, estavam grafados também argumentos na mesma direção. Como se pode notar, ao longo da década em que divulga seu trabalho

⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brasil. *Revista do IHGB*, 1841, p. 57.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 60.

⁵⁵ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Doutorado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 80.

mais importante, toda a construção etnográfica, política e histórica acerca do assunto é apresentada por Varnhagen.⁵⁶

Neste horizonte é que o confronto que aqui interessa se daria. Depois de enfrentar a crítica erudita do estrangeiro D’Avezac, que o indagaria sobre o fato de sua *Historia geral* dispor, em termos cronológicos, os povos indígenas em seções posteriores, resguardando ao colonizador português o mérito de abrir a obra, Varnhagen teria que se haver com um compatriota: João Francisco Lisboa. Polêmica de maior importância na opinião de seu biógrafo, Clado Ribeiro de Lessa, dentre as muitas nas quais Varnhagen se envolveu, a réplica argumentativa contra jornalista e político maranhense, editada em 1867, fornece relevantes noções de suas ideias, em sentido amplo, e de suas condutas como historiador, em especial.⁵⁷

O folheto de 1867, intitulado *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*, divulgado pela Imprensa Liberal de Lima, corresponde, na verdade, ao desenvolvimento posterior de um primeiro material pensado e publicado em 1859 com o nome *Diatribes contra a timonice*, naquela mesma cidade. Como explica Varnhagen na introdução do documento de 1867, parte das respostas a João Francisco Lisboa, que agora viriam à luz, já havia sido formulada entre 1859 e 1860, e seu plano era acrescentá-la como anexo à segunda edição da *Historia geral*, na qual vinha trabalhando.⁵⁸

Frente à impossibilidade de dar andamento à nova edição de sua obra, tarefa que somente poderia ser concretizada se estivesse na Europa, e, segundo o autor, para evitar os riscos de extravio de cartas de seu contendor, que lhes serviriam de fontes para resposta, ele cogitou imprimir o material naquele ano de 1862. Feita a impressão das referidas missivas, desinteressou-se pela divulgação imediata do folheto, especialmente após a morte de Lisboa, no ano seguinte:

⁵⁶ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Doutorado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 78-92.

⁵⁷ LESSA, Vida e obra de Varnhagen. *Revista do IHGB*, v. 226, jan./mar., 1955, p.

⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*. Pelo autor da *Historia geral do Brazil*. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do *Jornal do Timon*; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto *Diatribes contra a timonice*, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. III.

Porém, o interesse que acaba de adquirir a questão dos *Índios Bravos*, em presença dos insultos feitos à humanidade, aos interesses internacionais e até às ciências, com a recente assaltada (na manhã de 10 de Out. de 1866) deles, no Javary, à comissão de limites Brasilíco-Peruana, nos induz a publicar o folheto, reimprimindo o que faltava, a fim principalmente de chamar de novo a atenção do país e dos poderes do Estado a quanto expomos na 2ª parte.⁵⁹

Estava expressa a intenção do publicista: reapresentar suas ideias sobre o tema, reflexões cujas críticas em muito ultrapassavam seu opositor pontual, apesar das particularidades que se apresentavam e serão revisitadas a seguir. Era como se o diplomata, no momento removido a Lima, verificasse, nos acontecimentos citados, a pertinência de seus argumentos há muito estabelecidos. Ainda na introdução, mais duas notícias são incorporadas por Varnhagen no intento de corroborar suas propostas para o trato com os índios. A primeira remete à memória lida pelo capitão inglês Bedford Pim ante a sociedade antropológica de Londres, na qual corrobora, com a experiência dos antigos, que “uma gente decididamente inferior” merece o resgate da barbárie, amparando-se, assim, “leis divinas e humanas”.⁶⁰ A segunda baseava-se diretamente em pronunciamento do presidente dos Estados Unidos, cuja informação dava a entender que os índios daquele país haviam sido dominados à força, o que concordava com as ilações de Varnhagen.

Após aquela introdução, datada de abril de 1867, partia o autor para um preâmbulo no qual situava a polêmica:

Passarei a ocupar-me do Sr. João Francisco Lisboa, e da sua nota de 46 páginas em breviário publicada no fim do Jornal do Timon, nos. 11 e 12. Na dita nota meu antagonista, mais que a *Historia Geral* se ocupa de mim, e de certas ideias que, com respeito aos nossos índios como político e como cidadão, professava eu, como adiante mostrarei, desde 1840; antes de começar a trabalhar na dita obra; – ideias que depois defendi em 1852, num *Discurso* que li em uma sessão da *Academia da*

⁵⁹ *Ibidem*, p. IV.

⁶⁰ *Ibidem*.

Historia em Madrid, e veio a ser publicado apenso ao 2º volume da *Historia Geral*⁶¹.

Importa destacar o ponto de vista assumido por Varnhagen desde o primeiro momento no texto: ele fala como cidadão e como político. Ademais, será necessário observar posteriormente em que medida seus argumentos de alcunha política podem ser plenamente divorciados daqueles que buscam legitimidade em sua condição de letrado ou erudito. Tendo-se como um incompreendido e interessado em retomar novamente suas propostas, ele opta por deixar para a segunda parte da publicação tal investida, tendo por primeira medida replicar as acusações feitas por Lisboa em seu periódico particular. Apresenta-se, neste ponto, certa distinção entre as dimensões morais e políticas do caso ora examinado.

Aberta a parte inicial, a epígrafe escolhida corresponde a um breve excerto de Cícero. Novamente, o nome que se tornou lugar comum na escrita da história oitocentista reaparece na etapa moral da exposição. Sem demora, é à acusação de plágio feita por João Francisco Lisboa que se desloca Varnhagen. Ele explica que suas ideias, desenvolvidas desde 1840 e trazidas a público (pelo *Memorial orgânico*) em 1849, foram “sustentadas” por Lisboa, em seu *Jornal do Timon*, em junho de 1854. A falsa base deste, para legitimar que o primeiro havia tomado suas ideias, é apresentada por Varnhagen a partir de passagens de uma retratação escrita por Lisboa em 1858: “mas entretanto que esta mudança se operava no nosso espírito, o ilustre historiador do Brasil, que já no primeiro volume da *Historia Geral*, publicado em 1855, abundava em algumas de nossas ideias,..... agora no segundo reproduzindo-as e desenvolvendo-as, etc”⁶². Não passava de uma manipulação de datas: o que estava dito no *Jornal do Timon* tinha registro de 1854; a *Historia geral do Brazil* havia sido impressa, na Espanha, naquele mesmo ano. Logo, só teria condições de circular no Rio de Janeiro a partir de 1856, como informa

⁶¹ O discurso proferido na mencionada instituição espanhola corresponde ao texto do já citado *Discurso preliminar*.

⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon* 3º. Pelo autor da *Historia geral do Brazil*. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do *Jornal do Timon*; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto *Diatribes* contra a timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 4 (itálicos do original).

Varnhagen, ao apresentar sua conclusão: “leiam-se com atenção estas linhas, observe-se o empenho de fixar bem a data da distribuição do meu 1º volume, e facilmente se advertirá a injusta intenção do censor de acusar-me de seu imitador ou plagiário”⁶³.

Neste momento de sua argumentação, Varnhagen apresenta uma longa passagem do primeiro volume de sua *Historia geral* – citada em nota – em que expõe a trajetória de suas reflexões relacionadas ao tema lançado à polêmica por Lisboa. A referida nota reconstitui detalhadamente a ordem dos títulos que aquele publicou e nos quais apresentou suas ideias para o tratamento dos índios, em uma inegável conjunção, nada estranha ao século XIX, entre produção histórica e argumentação política. No mesmo excerto, o autor menciona um de seus textos menos conhecidos e estudados, chamado *Como se deve entender a nacionalidade na Historia do Brazil?*, que foi por ele apresentado ao imperador Pedro II, em 1852.⁶⁴ Além disso, é indicado um texto, em particular, publicado na *Revista do IHGB* (1850), que fornece uma série de elementos que fundamentam o pensamento de Varnhagen. Trata-se de um texto não assinado, onde Varnhagen expõe forte crítica à ideia do “bom selvagem” rousseauiano e onde são elencados e relacionados termos, tais como “guerra”, “direito romano”, “política”, “razão”, “civilização”, “barbárie”, etc. Acompanhar textos que se apresentam como decisivos, embora não identificados no periódico, é esforço que auxilia na apreensão geral da polêmica e mesmo para um exame mais amplo do assunto.⁶⁵

Para ressaltar ainda mais sua inocência, Varnhagen transcreve, na dita nota, outra passagem, na qual ele mesmo se refere a Lisboa:

E para estarmos ainda mais de acordo, encontramos o ilustre Timon apoiando, sem a nós se referir, e pensamento de uma

⁶³Varnhagen faz questão de indicar em nota: “O meu 1º tomo estava de todo impresso em setembro de 1854; porém teve de esperar a chegada de Paris das gravuras, e do papel que havia mandado vir para as capas, e que por tardar muito foi substituído por outro bastante mau”. *Ibidem*.

⁶⁴ Este texto foi examinado por Laura Nogueira Oliveira em sua tese de doutorado. Cf. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Doutorado em Letras. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Juizos preventivos. *Revista do IHGB*, 1850, p. 517.

Historia Geral do Brazil nos seguintes termos (II, 14): ‘das pequenas províncias de um Estado não é mister escrever um corpo completo de história; bastam simples e modestas memórias, que sirvam depois ao trabalho complexo que compreenda o todo⁶⁶.

Interessado em avançar sobre o tema do plágio, o historiador remete à carta em que Lisboa assume ter elaborado um texto relativo às tentativas de colonização francesa no Brasil colonial sem ter conhecimento de semelhante publicação assinada por Varnhagen, em 1842, na *Revista do IHGB*. Este então argumenta:

Ora se o censor estava tão inocente acerca deste aparente plágio, como se deduz da dita sua carta de 7 de abril de 1857, porque não foi mais justo comigo, acreditando que eu não havia seguido, quanto aos índios, as suas ideias, ainda supondo e concedendo-lhe, contra toda verdade provada, que acerca delas tinha a prioridade? Pois se acerca da colorização dos franceses, ele (o meu censor), antes de haver lido o que eu publicara, viera a sustentar as mesmas ideias por mim expostas doze anos antes, não podia também eu ter concebido em 1854, ou em 1855 (como ele quer, e não antes de 1849, como provarei), as mesmas ideias que o dito meu censor por esse mesmo tempo sem ter conhecimento das suas?⁶⁷

Pode-se observar, até aqui, que as noções de polêmica, política e justiça são fundamentais para a reflexão sobre a figura do historiador no século XIX. A dimensão retórica do discurso histórico assumia drasticamente o domínio da autoridade daquele que lidava com o passado e com o presente naquele momento. O processo de historicização da realidade tornava um caminho paralelo à ação política e à constituição do conhecimento.⁶⁸

A suposta má fé de João Francisco Lisboa era sistematizada, passo a passo, por Varnhagen. A manipulação das datas de impressão e chegada de

⁶⁶ *Ibidem*, p. 5.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 6.

⁶⁸ A partir do estudo de Valdeci Araujo, este movimento passou por uma aceleração com a experiência política da Independência, no começo da década de 1820. ARAUJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 25.

seu livro ao Rio de Janeiro, apesar do reconhecido atraso provocado, como ele explica, pela guerra da Crimeia, é desfeita pela remissão a uma correspondência, de 30 de novembro de 1856, em que se percebe “a espécie de complacência com que o meu acusador se gaba de haver sido a *terceira* pessoa que o lera no Brasil”.⁶⁹ Rapidamente, seus argumentos são revertidos por Varnhagen, e a questão da “originalidade” volta-se contra ele: a alcunha “Timon” seria plágio de um contemporâneo chamado Cormenin. Segue o autor do folheto:

Não digo bem: não foi só um triste plágio, foi um ataque feito à propriedade literária. Havendo já Cormenin ilustrado e recomendado esse pseudônimo por meio de suas lucubrações, havia tão pouco direito para adotá-lo, como há para, em qualquer país, fundar um periódico, escolhendo para ele o mesmo nome de outro jornal anteriormente fundado e já muito acreditado.⁷⁰

Em defesa da autoria, Varnhagen saía em retribuição à primeira acusação por ele escolhida para tratar. No entanto, a seguir, questionaria, a partir de mais uma remissão à carta enviada a ele por Lisboa, o mérito da produção divulgada nas páginas do periódico *Timon* 3°. Resultante de escrita apressada, conforme missiva de 18 de outubro de 1856, era “natural que quanto publicara se ressentisse da precipitação com que estudara e escrevera”.⁷¹ Eram estas palavras do próprio editor do jornal: argumento sólido e de acesso fácil para Varnhagen. As metáforas jurídicas seriam utilizadas à exaustão ao esclarecer os motivos para a divulgação das cartas que, “sou obrigado a publicar, para que por si sós elas sirvam de corpo de delito ao meu acusador, ao passo que justifiquem a minha inocência a respeito de outras de suas arguições”.⁷²

Na medida em que avança na fala, a partir das cartas de Lisboa, Varnhagen encaminha sua argumentação para um espaço mais propriamente

⁶⁹ *Ibidem*, p. 7.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*, p. 8.

moral. Aos poucos, afasta-se da entrada relativa ao suposto delito legal do qual havia sido indevidamente acusado e aproxima-se da descrição de seu contato com o acusador. De acordo com o que segue no registro do panfleto, sua comunicação por escrito com o redator do *Timon* 3º tinha caráter literário, patriótico e oficial, não privado⁷³. A “melhor vontade” em ajudar surgiu em Varnhagen por conta da informação de que Lisboa havia sido contratado pelo governo imperial para fazer parte de uma comissão e pesquisa, partindo deste o pedido de auxílio para a empreitada. Ao narrar todos os passos que ligaram, ainda que indiretamente, o jornalista do Maranhão a ele, Varnhagen não perde a oportunidade de reforçar sua imagem erudita:

Em presença dessa correspondência, o leitor poderá reconhecer que, ao começá-la o Sr. J. F. Lisboa não tinha ideia alguma das fontes da nossa historia. À exceção de alguns apontamentos que trazia consigo, tirados, creio, dos livros da Câmara do Maranhão, e dos extratos da legislação que se acham nos conhecidos repertórios de Borges Carneiro, e das leis acerca do Brasil que se encontram na recente coleção de Sr. Dr. José Justino de Andrade e Silva, a qual se publicava justamente quando Timon chegou a Lisboa – tudo o mais conseguiu o censor, sendo por mim guiado”.⁷⁴

Tratava-se de uma deficiência moral, de um engano arquitetado contra alguém que agiu corretamente e apenas tinha o interesse de ajudar. Este é o tom assumido por Varnhagen. Contudo, aí não se resume. As cartas de Lisboa são exploradas à exaustão e servem, inclusive, para que aquele enumere todos os seus méritos – “como nosso primeiro e único historiador”, como registra trecho de uma das mensagens citadas – e contribuições à pesquisa sobre o Brasil, como, por exemplo, a publicação da obra de Gabriel Soares de Sousa, do diário de Pero Lopes de Souza, dos estudos e fontes sobre a legislação e, com certeza, da *Historia geral*.⁷⁵ Assim, conclui, “depois das maiores mostras de fraternidade não vacilou em acusar-me ao público de plagiário, e de introduzir nesta e em outras acusações (de que me ocuparei)

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*. (itálico do original).

⁷⁵ *Ibidem*, p. 9.

frases que envolvem insinuações, cuja boa fé não é abonada por pessoas alheias à questão”.⁷⁶

Com o ingresso de relatos de testemunhas, como diz Varnhagen, “alheias à questão”, estabelece-se uma reflexão sobre as críticas ou observações que Lisboa teria expressado em seu jornal. A testemunha, cujo texto é citado, comprova a inocência do autor da *Historia geral* e demarca argumentos próprios da pesquisa histórica apresentada por este, contrapondo falsas leituras impressas por Lisboa no *Timon*. Há passagens em que a discussão avança para o tema geral do panfleto, a escravização dos índios. Neste ponto, o autor do testemunho – que não é nomeado por Varnhagen – formula um curioso paralelo entre tal situação e aquela conhecida pelos operários que vivenciavam a revolução industrial inglesa e o tema mais geral da liberdade.⁷⁷ No entanto, chama a atenção o fato de que a questão indígena é destacada como uma especificidade do Brasil, o que caracteriza, considerando que a discussão parte de um exame de passagens da *Historia geral*, a obra historiográfica como um espaço aberto ao debate sobre dilemas do presente oitocentista neste país. Por fim, o que o testemunho fornecido por Varnhagen sublinha é a demonstração do argumento desta, sua posição contrária ao recurso da catequização como meio de controle dos índios, concepção esta que se constituiu em um dos fóruns no interior do IHGB e que, ao mesmo tempo, opôs Varnhagen a uma parte dos sócios da instituição.

No trecho seguinte, Varnhagen ocupa-se do caráter de Lisboa, mencionando seu traço reconhecidamente “misantropo e de ódio contra tudo e contra todos os que o rodeiam”.⁷⁸ Tal temperamento é associado à escolha de seu “xará ateniense”, Timon, a cujo temperamento, a partir de Cícero – citado por Varnhagen –, em muito se assemelha. A falta de habilidades para o convívio social é exacerbada como causa para as posições de seu oponente.⁷⁹ Este mesmo comportamento será exemplificado com as repentinas mudanças

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*. Pelo autor da *Historia geral do Brazil*. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do *Jornal do Timon*; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto *Diatribes contra a timonice*, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p. 13.

⁷⁹ *Ibidem*.

de posição, quando Lisboa, conforme leitura varnhagueniana, ora fica ao lado de suas ideias, ora toma partido de Gonçalves Dias. Esta última comparação é extraída da leitura do periódico de Lisboa. Contraponto ideias deferidas ou renegadas, tanto nas cartas que publica quanto nas páginas do *Timon*, percebem-se os desencontros entre as formulações de Dias, chamado de “nobre amigo”, e as do autor do panfleto aqui analisado.⁸⁰

Segue-se, imediatamente, outro ponto da questão, que por um instante se afasta da crítica moral e explícita uma diferença quanto às concepções formais para a escrita da história:

E era nada menos que esta a obra que, “*para escrever alguma coisa que lhe desse nome*”, e tomando-me *por guia e mestre*, “*como desde já me reputava*,” me anunciava o Sr. J. F. Lisboa em sua carta de 23 de maio de 1856? E é para essa obra que ele invoca, embaixo de tantas páginas dela, a autoridade do autor da *Historia Geral*? E é publicando essa resenha por certo de *mais generalidade* que a mesma História, que o censor quis diminuir em favor do que ele inculca por *Monographia do Maranhão*, o prestígio das Histórias Gerais, com uma citação de G. Planche em favor das monografias?⁸¹

A obra à que se referia Varnhagen era justamente o *Jornal do Timon*. Naquelas páginas, sobretudo na nota C, Lisboa desenvolveu suas diferenças perante o trabalho daquele como um todo. Além disso, a própria forma da *Historia geral do Brazil* foi questionada. Este grande projeto, indissociável da carreira e mesmo da vida do diplomata brasileiro, encontrava ressalvas também no texto de Lisboa, já que no próprio IHGB seguiam as hesitações quanto às condições de possibilidade de um livro com tal dimensão, como demonstram outros trabalhos.

Ademais, a forma atribuída à história dependia do caráter do autor. É o quer ver Varnhagen na sequência da defesa de sua mais importante produção:

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*, p. 14 (itálicos do original e referentes a passagens das cartas escritas por Lisboa e divulgadas por Varnhagen).

Ora a propósito dessa espécie de *resenha escandalosa*, digamos de passagem que para o que tenha gosto e sabor de assim escrever história, sem praticar nela a virtude da caridade que prega, não haverá país no mundo, por mais moral, policiado e civilizado que seja, e de todo independente, e não no estado colonial, cujos arquivos grandes e pequenos, curiosamente rebuscados, (incluindo os das câmaras das cidades e vilas) não dê, no período de perto de três séculos, uma crônica escandalosa muito mais recheada de vícios e abusos. Porém nem todas as almas são dotadas das mesmas tendências nestes gostos..... Deus livre o Império do Brasil, de que a sua história, de menos de quarenta anos, caísse nas mãos de Timon, e que, segundo sua tendência, e agarrando-se com maior predileção ao lado desfavorável dos fatos, no-los venha apresentar em seu perigoso estilo fascinador⁸².

Com a avaliação feita por Varnhagen, a conclusão expressa era de que a série de críticas à *Historia geral* representava mais uma característica pessoal de Lisboa, sendo este incapaz de fazer jus ao trabalho avaliado. A produção historiográfica registrada no *Jornal do Timon* seria, nesse sentido, um conjunto vicioso de percepções condicionadas pelo perfil de seu autor. A própria sobreposição das monografias provinciais perante as histórias gerais caracterizariam esta tendência de observar aspectos negativos e menores em detrimento dos grandes traços narrativos. Varnhagen segue com exemplos, citando, inclusive, os destaques presentes no periódico do maranhense, ricos em “quadros” de vícios políticos, marcantes ainda mais em seus primeiros números.⁸³

Na segunda metade desta primeira parte de seu panfleto é, afinal, a *Historia geral do Brazil* que norteia as respostas de Varnhagen a João Francisco Lisboa. Eis uma característica daquele: desde a divulgação de sua principal obra – que reúne de forma considerável suas ideias políticas e históricas –, é ela que baliza suas réplicas ou quaisquer outros tipos de argumentação. A *Historia geral* converte-se em “fonte segura” à qual seu autor retorna com regularidade no intento de legitimar suas afirmações. Destacar que foram construídas anteriormente e que se sustentam em “provas autênticas” é

⁸² *Ibidem* (itálico no original).

⁸³ *Ibidem*.

sua intenção regular.⁸⁴ Por este recurso, ele cita passagens do prefácio que acompanhou o segundo volume da *Historia geral*, impresso em 1857, e define sua figura como historiador. Por comparação, diferencia-se de Sebastião da Rocha Pita, conhecido por sua *Historia da America Portuguesa*, de 1730. As passagens escolhidas para citação no panfleto dirigem-se justamente a dar a ver o modelo de história proposta por Varnhagen: nacionalista, baseada em fontes, avessa a erros. “Os votos do autor pela grandeza, integridade e prosperidade do império se encontram a cada passo: – sempre que tem ocasião oportuna para expressá-los”.⁸⁵ O recorte da *Historia geral* que se segue é, assim, uma passagem acerca da revolução pernambucana, de 1817, e o olhar crítico do seu autor ao referido evento.

Escrever a história sob uma perspectiva nacional era outra forma de evitar os “interesses” das províncias. Varnhagen ainda citava suas “tendências patrióticas” ao mencionar sua posição no que diz respeito à guerra dos mascates, à revolução mineira, entre outros acontecimentos históricos do passado distante e recente. A imparcialidade, assim, atingia a face da posição assumida pelo historiador em todas as partes de sua obra. Em certo sentido, sua capacidade de manter um testemunho durante toda uma vida. Longos trechos da *Historia geral*, citados no panfleto, evidenciavam as posições políticas carregadas ao longo de décadas: por um lado, a crítica à escravidão africana e, por outro, a relevância da igreja católica. Sobretudo no primeiro, o cariz imoral e pernicioso do tráfico era longamente explicitado por Varnhagen. O marcante atraso do Brasil encontrava explicação em tal prática. A história ajuizava em favor de sua ideia.

Depois de longas transcrições de sua grande obra, cuja crítica deu abertura para a crise com Lisboa, Varnhagen retoma: “pois apesar destas e outras provas que constam do texto, a cada página, por assim dizer, o meu antagonista não duvidou acusar-me descaradamente de *parcial* [...]”.⁸⁶ O tratamento da verdade histórica, a busca da imparcialidade – questões de difícil alinhamento em um momento em que os acordos para a produção do

⁸⁴ *Ibidem*, p. 16.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 19.

conhecimento sobre o passado ainda começavam a ser estabelecidos. Se ainda hoje as discussões sobre os métodos e atitudes diante dos vestígios, bem como sobre o peso do presente na formulação das hipóteses que são lançadas a partir das fontes, para o século XIX, tratava-se, em especial, de uma mudança de perspectiva em relação a diversas tradições e acordos letrados e políticos. A dimensão moral de qualquer escrita da história sujeitava a figura do historiador às exigências do presente, sendo a particularidade do período exatamente o destaque atribuído ao saber por ele produzido. A construção de determinada reputação passava pelo zelo à verdade e pela capacidade de seguir em tal orientação. Segue a resposta a Lisboa:

Pois diga-me, Sr. D. Timon, duvida deveras da *minha palavra* (apesar de todos os protestos contidos em suas cartas) quanto a este culto da verdade? “Pare de ler diz a *Historia Geral* (T. 1º p. 11) quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria *imparcialidade no exame da verdade*. Pela nossa parte em atingir esta, até onde a pudemos apurar... pusemos todo o desvelo; convencidos de que ela, e só ela, pode oferecer *harmonia eterna* entre os fatos, ao passo que a *falsidade*, mais dia, menos dia, é *punida pela contradição* que o tempo não tarda a manifestar”.⁸⁷

Para Varnhagen, o tempo diria quem havia dedicado maior consideração à verdade. A exposição de outra longa passagem de sua *Historia* serve para comprovar seus esforços de correção de seus próprios equívocos, exemplo de que, antes de reconhecimento individual, o que o move é a verdade. Estes constantes deslizamentos entre a defesa de sua integridade individual e do valor da verdade para a história podem ser apreendidos como relevo da operação historiográfica varnhagueniana. As polêmicas são oportunos espaços para o exame da dimensão deontológica em suas concepções, pois nelas é possível identificar a defesa tanto de sua ideia de historiador quanto de suas impressões do estatuto do discurso histórico. Defensor de uma determinada “ética do uso do texto”, Varnhagen ocupa a seguir algumas páginas para revisar as críticas de Lisboa e apontar o que ele considera como manipulações

⁸⁷ *Ibidem*, pp. 19-20.

intencionais de suas ideias. Um pertinente exemplo percebe-se em sua defesa no tocante à acusação de que costuma fugir de debates quando se trata de temas delicados:

Pelo que respeita às tendências do autor da *Historia Geral* de evitar toda discussão, creio haver padecido notável engano o jornalista de Timon. Em busca de querer evitá-la eu procurei, por meio do *Memorial Organico*, provocá-la no país sobre a questão da civilização dos índios, ponto que considero vital para o nosso progresso e desenvolvimento nacional. O que alguma vez escrevi ao Sr. J. F. Lisboa, e do que ele provavelmente conservaria lembrança, foi que eu não pensava distrair-me muito de meus estudos e perder o tempo, dando *desfrute* ao público como o Sr..... saindo (lembro-me até da frase) à rua a *jogar às pedradas* com os críticos..... e que provavelmente só responderia a todos na 2ª edição que pensava publicar antes de muito.⁸⁸

O tema central do litígio é então retomado. Varnhagen não tem dúvidas de que Lisboa e seus demais críticos, defensores de uma imagem positiva dos índios, se constituem, na verdade, em ingênuos leitores da carta de Pero Vaz de Caminha. Qual a sua proposta alternativa para um juízo imparcial do caráter selvagem daqueles e para uma defesa da colonização portuguesa? Américo Vespúcio. O historiador, um pesquisador muito interessado na vida e na obra do navegador florentino, destacava, mais uma vez, seu trabalho de pesquisa como alternativa à visão idílica dos índios.

As polêmicas estudadas falam de formas de produção, mas também de utilidade da história. As filosofias do século XVIII, em especial, desenvolveram muito o interesse pelo segundo aspecto apontado, e ele foi desenvolvido ao longo do Oitocentos, ainda que com a chancela e o destaque da história. A obra do general Abreu e Lima seria utilizada como ferramenta didática até ser

⁸⁸ *Ibidem*, p. 21.

suplantada pela obra de Varnhagen. No caso do trato com os índios, as proposições deste encontrariam maior dificuldade para serem assumidas como um indiscutível projeto de Estado. O historiador julga de uma maneira muito particular a partir do século XIX. É o julgamento da crítica que temporaliza a experiência. O hoje determina as virtudes e vícios do passado que atacaram a política, a administração do Estado, a moral e as letras, âmbitos que, naquele período, passam a interessar em sentido diferente do que antes poderia ser imaginado. A verdade – aquela da história –, como a justiça, estava entre a política e a moral.

Parte II

Poética e Ética: Herculano e Varnhagen em novos espaços

Capítulo 3: História e ficção: os princípios da representação em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen

Depois de investigar duas diferentes perspectivas no que tange ao exame das bases morais do conhecimento histórico, na busca por um inventário desta questão nas relações entre ética e epistemologia, o que agora será abordado diz respeito a outro ponto do problema geral sobre a representação do passado que advém do ofício historiográfico. Neste momento da leitura, as formas e usos do resultado dessa produção são ampliados pelas formas narrativas que conviviam no século XIX no âmbito diversificado em que se situava a figura do letrado oitocentista.

O dilema da história, conforme Paul Ricoeur, aquele de representar algo ausente, algo que já não é mais – mas um dia foi – próximo da memória, ganharia outras formas ao longo das décadas de 1830 e 1840.¹ Produto de um interesse sobressalente pelo passado e por seus recursos, a história, como um saber, encontraria diversas configurações pelas mãos dos que dela se ocupavam. À medida que se tornava vulgar a relação entre a moderna noção de história e os projetos nacionais que ganharam força, em especial, no período supracitado, os instrumentos críticos gradualmente compartilhados pelos estudiosos do passado não limitaram suas conclusões apenas à escrita de uma história em dia com a verdade factual. Aquela história que dialogava com os antigos, comprometida com finalidades políticas e pedagógicas, era também submetida, ou melhor, apropriada por meio do romance, do teatro, da poesia e de todas as demais formas ficcionais operadas à época.

As aproximações entre narrativa histórica e gêneros ficcionais remontam ao mundo antigo. Entre elas, a mais conhecida e mencionada é a diferenciação estabelecida por Aristóteles no que tange às potencialidades da poesia e do relato histórico e suas capacidades de apreensão da experiência humana. Na *Poética*, a poesia trágica era descrita como melhor recurso ao geral (ou universal), enquanto à história restava apenas o particular. Ou seja, o poder de

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pp. 27-40.

síntese do texto ficcional não poderia ser produzido por meio de uma escrita presa aos nomes e eventos que se sucedem ao longo do tempo. Dito de outra forma, a poesia permitia a criação de um “outro tempo”. Não é difícil supor que o periodismo literário, o romance histórico, o teatro e todos os demais espaços garantidos aos gêneros ficcionais desenvolvidos ao longo do século XIX tenham participado da reordenação moderna do tempo em torno da ideia de nação.

Neste sentido, o contato com algumas das experiências letradas portuguesas das três primeiras décadas posteriores às revoltas liberais permite investigar, ainda que em caráter parcial e exploratório, o que Luiz Costa Lima examinou, em sentido mais geral e teórico, a partir da noção de controle do imaginário.² Seja na posição de críticos ou produtores de ficção, Alexandre Herculano e Varnhagen construíram e participaram de importantes desdobramentos que conduzem à reflexão acerca da dimensão política demarcada pela história e da nova organização da literatura em meados do século XIX. Importa reforçar que os dois letrados conviveram na Academia das Ciências – ainda que Herculano não fosse assíduo nas reuniões da instituição – e, seguramente, frequentavam os mesmos meios letrados desde o final da década de 1840. Prova maior disso é a presença de Varnhagen nas páginas de *O Panorama*, periódico gerido por Herculano. Os nomes de ambos estão registrados em outros jornais da época, tal qual se verá ao longo deste capítulo.³ A partir da seleção de alguns textos de ficção, crítica e análise de uma importante polêmica de cariz religioso, este capítulo tem por intuito contribuir à compreensão do papel do historiador e das implicações do convívio entre as diferentes formas narrativas nas obras dos dois importantes nomes em questão.

² LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 25-225.

³ O trabalho mais completo e crítico que me serviu de guia pelas páginas dos periódicos portugueses foi, sem dúvida, o livro do historiador Sérgio Campos Matos, a quem devo agradecer, particularmente, pelas sugestões, indicações bibliográficas e críticas aos primeiros resultados da pesquisa que resultou neste capítulo. Cf. MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

3.1 O controle do imaginário

Em 1835, antes de tornar-se conhecido por seus romances distribuídos no formato de folhetim – depois vertidos em livro – e de publicar sua gigantesca obra historiográfica, o jovem Alexandre Herculano publicou um opúsculo, enquanto ainda vivia no Porto, intitulado “Imitação-Bello-Unidade”.⁴ O texto, apresentado em quatro partes, constitui uma crítica à avaliação estética antiga, além de expor certa doutrina para a organização da literatura então contemporânea, ao identificar a ausência de regras para a avaliação das possibilidades de uma poética apropriada ao caso português:

Tal é geralmente o estado da literatura: e enquanto se não estabelecer um corpo de doutrina que, afiançando a liberdade do poeta, o circunscreva nos limites da razão, a república das letras semelhará às associações políticas no meio de uma revolução espontânea onde o despotismo extremo e a extrema licença, os terrores e as esperanças, a felicidade e a desventura, se cruzam, se arruínam e se aniquilam no meio de uma confusão espantosa.⁵

Ao tratar do assunto, a visão negativa do atraso de Portugal no que dizia respeito à sistematização da literatura ficava patente. A comparação com a esfera política não é fortuita. Ainda que o texto constitua, de fato, uma síntese significativamente teórica direcionada à crítica e produção ficcional, a finalidade pública dessa atividade não está ausente:

A influência da literatura estrangeira torna necessário este acontecimento, se aqueles a quem está encarregada esta porção do ensino público não tratarem de estabelecer uma teoria segura que previna tanto o delírio de uma licença

⁴ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*. *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n. 7, pp. 53-56; n. 8, pp. 61-64; n. 9, pp. 70-71; n. 11, pp. 84-88, 1835. Acerca dos anos de Herculano no Porto ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do Liberalismo Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, pp. 44-53.

⁵ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 54.

absurda, como a submissão abjeta que exige certo bando literário.⁶

O interesse pela poesia fora marcante nos primeiros anos de produção do letrado português. Além disso, é importante lembrar que, antes de assumir o trabalho na Biblioteca Pública do Porto, a vida no estrangeiro e o serviço militar na frente de batalha contra o absolutismo em seu país engajaram Herculano – assim como outros de sua geração – em determinada preocupação política que auxilia na compreensão de seus precoces posicionamentos.⁷

Importa destacar que especialmente as experiências da emigração, na Inglaterra e na França, foram determinantes para as concepções que nortearam os primeiros anos da produção e os projetos de Herculano. É possível observar que, apesar de uma das possíveis referências para a discussão de fundo estético ter sido Chateaubriand, os avanços rumo às bases do romantismo no texto de Herculano talvez tenham sido mais significativos. Sua leitura cosmopolita e a urgência em “despertar” Portugal “no meio de uma transição de ideias” aceleravam o debate.⁸ A crítica aos padrões poéticos antigos impregnava as proposições expostas no texto enquanto Chateaubriand, conforme Costa Lima, “oscila[va] entre padrões clássicos remanescentes e ideias de cunho propriamente romântico”, no texto *Essai sur La littérature anglaise* (1836).⁹ Antonio José Saraiva chama a atenção, ainda, no que diz respeito ao opúsculo em questão, que as fontes declaradas são sobretudo germânicas, em especial Kant, o que favoreceria as características da crítica em Herculano.¹⁰

⁶ *Ibidem*, p. 54.

⁷ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 96.

⁸ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 54.

⁹ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 62.

¹⁰ SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal: os problemas morais e culturais da instauração do regime*. Lisboa: [s.n.], 1949, p. 173. A anterioridade na definição do romantismo alemão pode ser observada na primeira parte da coletânea de ensaios de Rüdiger Safranski. Cf. SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

Logo no início do estudo, já é possível observar o rechaço à visão renascentista de culto aos antigos. No que toca especialmente à poética, Aristóteles será o alvo maior:

Depois de Aristóteles a poesia foi para os antigos a imitação do belo da natureza, tendo por condições a unidade e a verdade, ou a verossimilhança. É esta em nossa opinião a maneira mais simples de exprimir a filosofia da arte entre eles, ou os elementos da sua poética, os quais o continuarão a ser até nossos dias. É pois o valor desses termos – *imitação, belo, unidade, verdade ou verossímil*, que cumpre determinar para ver se as ideias que importam estão em harmonia entre si, e se podem dar validade a uma poética nelas fundada.¹¹

O belo como imitação da natureza, seja em sentido moral ou físico, e sua prescrição de unidade são princípios básicos da *Poética* aristotélica em alguns de seus capítulos mais relevantes (I, VIII e IX).¹² Conforme lembra o crítico, no que se refere à conhecida passagem em que Aristóteles destaca a superioridade da poesia trágica em relação à história, “a primeira consiste nos atos consequentes de um caráter em geral, a segunda nos atos praticados por um indivíduo determinado. Destas expressões resulta que a distinção do verdadeiro e do verossímil físico o crítico grego não nos deixou nenhuma regra, e que no moral cessa com o verossímil a imitação: na natureza não há senão caracteres individuais – os gerais existem por ideia”.¹³

A seguir, Horácio seria alvo da análise, no sentido de buscar explicações para o que Herculano entendia como lacuna deixada por Aristóteles no que tratava da norma para julgar o verossímil. Suas considerações seguiriam negativas às concepções dos antigos. Ao passo que a repetição acerca da ideia de que somente o padrão da natureza levaria ao belo, a censura foi replicada:

¹¹ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 55.

¹² ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: EDIPRO, 2011.

¹³ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 62.

Cremos que existir na inteligência não é existir no mundo real – Se a fantasia produz estas criações, elas não foram imitadas, logo não têm modelo, logo não são belas; porque nos persuadimos que a mais duradoura crença nunca poderá fazer que uma coisa seja o que não é. – Vemos portanto que para a teoria do verossímil pouco nos aproveita a poética do ilustre adador de Mecenas e de Otaviano.¹⁴

Luiz Costa Lima lembra que a transposição direta entre o sentido da *Poética* para o contexto histórico específico de sua formulação não é plenamente adequada, apesar de ter sido feita pelos críticos modernos. “Ainda que Aristóteles considerasse a mimesis uma tendência natural ao homem, que nela encontraria prazer, seu tratado a mostra como uma *tekhné* em que, embora se vislumbrem sinais do que será chamado arte, o conceito de arte inexistente”.¹⁵ Apesar de a série de adaptações e tentativas de superposição entre as noções da poética antiga e seus supostos equivalentes modernos não encontrar correspondência em diversos momentos, o crítico literário enfatiza a pertinência da retomada de determinadas formulações antigas, como realiza em seus trabalhos dedicados à mimesis.¹⁶

Herculano então procede à crítica de textos antigos a partir de fundamentos da *Poética* aristotélica para, posteriormente, substituí-los pelo que o próprio acredita servir ao exame literário, “para estabelecer a teoria da unidade de um modo mais análogo à razão, e ao mesmo tempo mais concorde com os grandes monumentos literários”.¹⁷ No que se refere à unidade, diz o crítico: “a condição pois do belo é a concordância da variedade da ideia particular com a unidade da geral: esta condição é portanto necessária em todos os juízos acerca do belo”. Ao demarcar esta característica de sua proposta, reafirma: “dos princípios que apresentamos, e que em parte as antecedentes observações pediam, se colhe o sempre imprescritível cânon da unidade, porém esta colocada muito longe donde os antigos a colocavam”.¹⁸ Assim, os textos clássicos elencados a serem submetidos à avaliação foram: *Ilíada*, de Homero (750 a.C.), *Eneida*, de Virgílio (19 a.C.), *Orlando Furioso*, de

¹⁴ *Ibidem*, p. 62.

¹⁵ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 204.

¹⁶ *Ibidem*, p. 205.

¹⁷ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 70.

¹⁸ *Ibidem*, p. 70.

Ludovico Ariosto (1516), *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (1556) e *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso (1581).

Tal qual o exemplo das polêmicas entre acadêmicos oitocentistas, Herculano expõe seus argumentos e provas contrárias ao do filósofo antigo:

Busquemos lá, com efeito, em que a unidade consiste. – Achá-lo-emos no capítulo 8 [da *Poética*]. “Serão diz ele, as partes de uma ação de tal jeito ligadas entre si, que, tirada ou transposta uma, fique tudo destruído ou mudado”. [...] – Mas ficará, porventura incompleta a ação da *Ilíada* se lhe tirarmos o longo trecho da descrição das naus gregas e o muito mais longo do funeral de Patrocolo? Cremos que não, e que portanto se, pela poética de Aristóteles julgarmos a *Ilíada*, dela desaparecerá a unidade. Diz mais o crítico grego, no começo deste capítulo, que a identidade do herói principal nunca estabelecerá a unidade, quando as ações forem múltiplas. Ora, quem é que une a primeira metade da *Eneida* à segunda? – Apenas o herói.¹⁹

No fundamental, importa destacar as contraposições trazidas por Herculano, muito difundidas na ideia geral que se formulou sobre o romantismo europeu. Mais uma vez, é possível buscar apoio nos eixos destacados por Costa Lima, como a valorização da razão, o colapso do universal clássico e a ascensão da subjetividade.²⁰ No que concerne ao último ponto, é interessante a distinção realizada de determinada ética antiga, dominada por um ideal de ação humana necessariamente pública, em contraposição à visão contemporânea que particulariza os indivíduos:

A robustez de braço e de coração era a principal virtude, e os afetos morais estavam apenas esboçados nessas sociedades nascentes. Por isso ele [refere-se a Heitor, personagem da *Ilíada*] devia interessar, não despedindo-se de Andrômaca, porém combatendo por uma causa que considerava injusta, mas que se tinha tornado a da pátria; não por suas virtudes públicas e por seu valor quase igual ao de Aquiles.²¹

¹⁹ *Ibidem*, p. 71.

²⁰ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*, op. cit.

²¹ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, p. 85.

Ademais, seria na avaliação da épica clássica de Luís de Camões que ficaria nítida, para Herculano, a inadequação da antiga ideia de unidade. “Os Lusíadas são o poema onde mais aparece necessidade de recorrer a uma ideia independente da ação para achar a imprescritível unidade [...]. Não foi, quanto a nós, o descobrimento da Índia que produziu este poema; foi sim a glória nacional”. O deslocamento da unidade, que só poderia advir da imitação da natureza, viria senão da história encravada na ideia de nação. Não deixa de ser significativo esse deslizamento, que muito provavelmente pode auxiliar na compreensão do processo de formulação do moderno conceito de história em Portugal. “Não é um fato que ele cantou: são mil fatos, mas unidos todos por um ponto – a ideia do renome português”. A pluralidade de fatos narrados em *Os Lusíadas* garantiria a grandeza de Portugal, sem comprometer seu valor estético: “as diferentes feições morais traçadas no seu poema têm uma individualidade que não cede, em nossa opinião, à das personagens da *Ilíada* ou da *Jerusalém*, mas todos com um ideal eminente de belo e de sublime”.²²

Esta nova visão da arte da literatura evidenciava a concepção cosmopolita de Herculano, inteirado das discussões filosóficas de seu tempo nas diversas partes da Europa. Ainda que a ideia de nação tenha imposto à história determinado sentido e significado, por outro lado, como já havia indicado no início do primeiro capítulo, permitiu certa indeterminação quanto à abrangência do saber sobre o passado. Some-se a isso o valor propedêutico desse conhecimento, constantemente associado aos preceitos de verdade. Como último exemplo, seguindo esta linha, diz o crítico sobre a obra de Torquato Tasso:

Faltam a Tasso a miúdo as cores locais, a verdade dos costumes, porque sua grande ideia tinha um lado extremamente moral, e nos costumes e no histórico das Cruzadas, havia muita coisa em desarmonia com ela. O poeta substituiu tudo isso por ficções de cores muito mais belas, e a

²² *Ibidem*, p. 86.

Jerusalém ficou sendo um canto admirável elevado em honra do cristianismo e do entusiasmo dos baixos tempos.²³

Para Antonio José Saraiva, não há dúvida de que o envolvimento de Herculano com tais preocupações literárias estava relacionado com o novo momento político pós-revolução de 1832-1834, em Portugal. Foi a consciência da necessidade de uma reforma que levou o jovem bibliotecário a envolver-se com essas discussões. Saraiva tenta também esquematizar a obra de Herculano sob duas chaves: a primeira, mais voltada para a teoria política e a religião, teria enfoque tradicionalista, anti-iluminista, ainda que também sustentado por ideias da revolução francesa e da revolução portuguesa; a segunda, mais atenta à instrução pública, encontraria suas bases na ideologia da revolução francesa. O que é realmente relevante, contudo, é que, conforme o mesmo comentador, é no “problema literário” que se pode observar o conjunto de temas demarcados no trabalho de Herculano em sua plenitude.²⁴ Ainda no mesmo opúsculo visto até aqui, cuja elaboração correspondeu a uma questão lançada pela Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura (comum na prática acadêmica), Herculano define a abrangência de sua manifestação:

Diremos somente que somos românticos, queremos que os portugueses voltem a uma literatura *sua*, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e romana: – Que amem a Pátria mesmo em poesia [...] Que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, e agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmônicos com as nossas ideias morais: – Que substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral lírica”.²⁵

É Fernando Catroga quem avança nesta avaliação e ratifica a ampla abrangência política deste artigo de teoria da arte escrito por Herculano. “Ora,

²³ *Ibidem*, p. 87. Acerca da noção de “cor local” no caso do Brasil, importante para a escrita da história no Oitocentos, ver a dissertação de Eduardo Cardoso. Cf. CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Mariana, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Dissertação de mestrado.

²⁴ SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal: os problemas morais e culturais da instauração do regime*. Lisboa: [s.n.], 1949, p. 171-172.

²⁵ HERCULANO, Alexandre. *Imitação-Bello-Unidade*, pp. 87-88.

apesar deste propósito, na prática, a literatura romântica não deixou de objectivar intenções que ultrapassavam o domínio estético, pois também não lhe faltava uma pretensão ética e educativa ditada pelas expectativas das novas elites burguesas”.²⁶ Sendo assim, tendo a certeza de que foi uma indagação lançada pela referida Sociedade sediada no Porto que levou Herculano à escrita do opúsculo, é preciso seguir adiante em suas relações com as associações culturais que acabaram conduzindo o bibliotecário à imprensa e, em definitivo, ao romance. A importância de tais agremiações na vida e no ofício dos letrados oitocentistas é constantemente lembrada, não sem razão.²⁷ O percurso deve conduzir aos embates pelo controle do imaginário no Portugal oitocentista.

3.2 De que há lembrança? De quem é a memória? Ficção e imprensa literária: reduto ou acordo moral?

A fundação do jornal *O Panorama*, sob os auspícios da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, uma associação civil preocupada com os avanços da indústria e da instrução em Portugal, marcou a fama em torno de Herculano. As atividades do jornal, considerado o marco instaurador do romantismo em Portugal, iniciaram-se em 1837 e perduraram até 1844, com tentativas de retorno e extinção definitiva no ano de 1868. O reconhecimento situou o letrado como o “pai da história”, sobretudo após a publicação de sua volumosa obra *História de Portugal*, cujo primeiro tomo data de 1846. Envolvido desde muito cedo com questões políticas que o levaram à condição de emigrado, foi no meio jornalístico que o autor fez seu nome. A experiência de viver os desdobramentos daquela revolução em Paris determinou muito do que o letrado polivalente produziu.

²⁶ CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico in TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 52.

²⁷ Para o caso de Herculano, ver, por exemplo: MACHADO, Verónica Castanheira. “O dilatar da nação”: a dimensão do político na historiografia de Alexandre Herculano (1839-1850). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011, p. 30.

Embora houvesse um esforço de diferenciação entre as chamadas imprensas de “opinião” e “literária ou instrutiva”, cujos temas eram, respectivamente, matérias políticas e de variedades, é visível o envolvimento entre os assuntos. A forte censura, que só arrefeceu com a lei de imprensa de 1834, marcou a história dos periódicos em Portugal. Outros impressos que guardam as características desse momento, e dos quais participou Herculano, como a *Revista Universal Lisbonense* ou o *Arquivo Pitoresco*, apesar de também buscarem enquadrar-se dentro dos limites supostos ao periodismo de instrução, reuniram, com frequência, assuntos que diziam respeito às pautas políticas da época. Este contexto letrado que se seguiu de meados dos anos 1830 e vai, grosso modo, até 1870, constitui ambiente muito rico para a percepção das relações entre história, literatura e seus usos bastante diversificados.²⁸

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que um aspecto básico é o projeto pedagógico que envolve toda a literatura produzida em boa parte do século XIX em Portugal e em outros espaços. Fosse por meio do romance de folhetim, divulgado em profusão nas páginas de periódicos, de excertos morais ou de estudos sobre antiguidades e pautas contemporâneas, a ideia geral que norteava a reflexão dos letrados após as tentativas de implementação do liberalismo era mesmo a formação moral do “povo”, categoria que passava a fazer parte do discurso dos letrados e políticos. Um Estado cada vez mais centralizado ganhava a presença de homens interessados em intervir no novo modelo de sociedade que enfim era instituído, especialmente, com o plano de industrialização posto em marcha nesta conjuntura.²⁹

Estas indicações prévias auxiliam na compreensão do que se deve destacar: a convivência entre os produtos da pesquisa histórica e os textos de perfil ficcional que se distribuíam lado a lado nas páginas dos periódicos antes de serem editados em versão de livro. Se o romance, na forma do folhetim ou de livro, já ganhava respaldo no prisma de seu impacto sobre os leitores, com a visão pedagógica e pragmática que caracterizaria o uso dos saberes no

²⁸ SARAIVA, Antonio José. *História da Literatura Portuguesa*. Das origens a 1970. Amadora: Bertrand, 1979.

²⁹ CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo Archer de. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

Oitocentos, esse gênero alcançaria seu máximo reconhecimento em sua versão histórica. O inglês Walter Scott, conclamado “pai do romance histórico”, seria então o modelo a ser seguido neste novo compromisso didático da escrita. Conforme lembra Maria de Fátima Marinho, “a ideia de que um bom romance histórico ensinava mais do que um livro de história preside a grande parte do nosso século XIX e princípio do XX, chegando Herculano a afirmar que Walter Scott ou Alfred de Vigny ensinam mais do que os historiadores [...]”.³⁰

À medida que o Estado ampliava seus compromissos junto à população, a imprensa e seus conteúdos assumiam o compromisso ético e cívico de educá-la. Na sociedade que emergia com as concepções liberais, em que o chamamento dos cidadãos e sua realocação após os efeitos mais drásticos da revolução seriam uma constante, a preocupação com a transmissão de ideias políticas e morais era permanente. Assim, a experiência de Herculano, com seu exílio na Inglaterra e, sobretudo, na França, demarcou a exposição das concepções que o interessavam quando começou a publicar seus textos em *O Panorama*.³¹ O efeito prático das invasões francesas sobre o percurso da imprensa em Portugal encontrou reflexos no discurso por meio dos conceitos que, depois, atravessariam o século nas páginas dos periódicos. Por via da ficção ou da história, os dilemas institucionais seriam lançados aos leitores.³²

Este viés plural da ação de Herculano expandia-se por meio de seu contato diversificado com o igualmente amplo mundo das letras em meados do século XIX. Ainda que a tradição das academias garantisse algum legado ao discurso histórico propriamente dito, fato é que ele só passou a ser percebido tal como hoje o entendemos no correr daquele século e com o trabalho de homens como o autor português em questão. Neste sentido, alguns aspectos são interessantes. No âmbito do discurso político e moral, os temas caros a Herculano apareciam como que condensados em três temas aludidos por Antonio José Saraiva: o setor religioso, o ensino público e o meio literário.³³ Pela história e pela literatura, tendo como efeito motriz as mudanças

³⁰ MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 15.

³¹ CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico, op. cit., pp. 48-49.

³² TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates/Circulo de Leitores, 2013.

³³ SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal*, op. cit., p. 57.

necessárias à sociedade, ele escrevia na esteira da ideia de regeneração que aparecia com frequência quando dos paralelos entre a revolução de 1789, na França, e o movimento liberal de 1820, em Portugal. No particular, de acordo com Maria Cândida Proença, o conceito de regeneração assumiu, no país de Herculano, cariz nacionalista por conta das invasões francesas.³⁴

Assim, no setor religioso, há dois exemplos que podem ser levantados a partir de Herculano. O primeiro diz respeito às possibilidades apontadas pelo jornalista no que tange à exploração dos temas ligados à instituição religiosa. Seu romance *Eurico, o presbítero*, publicado em livro no ano de 1843 (saiu em *O Panorama* anteriormente), corresponde a um uso da ficção a serviço da crítica da tradição institucional. Tal como vivenciou na França, no começo da década de 1830, a realocação da instituição religiosa no Estado liberal seria uma das preocupações do autor de folhetins. Por outro lado, o romance produzido a partir de uma crítica de costumes, o que ultrapassa o discurso político, seria apropriado por Herculano de modo declarado. Basta observar sua explicação em uma nota de abertura anexada à versão unificada do referido romance: “a imaginação vinha aí para suprir a história. Da ideia do celibato religioso, das suas consequências forçosas e dos raros vestígios que destas achei nas tradições monásticas nasceu o presente livro”.³⁵ Como explicita na nota, na ausência de maior número de documentos que descrevessem e fundamentassem a instituição do celibato e suas consequências nefastas, foco da crítica de Herculano ao longo do romance, a imaginação criativa seria o meio pelo qual esse questionamento poderia ser apresentado. Aqui reside um caso, entre muitos passíveis de identificação no Oitocentos, em que a função atribuída ao texto ficcional é correlata, mas também complementar, ao texto historiográfico. Determinados aspectos da realidade social apenas poderiam ser expostos e compreendidos por meio do romance.

Este exemplo, entretanto, não resume as complexas relações do jornalista e historiador com a Igreja. Como parte de sua operação historiográfica, a crítica dos argumentos oriundos de mitos e tradições foi uma

³⁴ PROENÇA, Maria Cândida. *A regeneração. O conceito e a experiência nacional (1820-1823)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987, p. 6.

³⁵ HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero; O monge de cister*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900, p. X.

marca que lhe custou a tranquilidade quando da recepção de sua *História de Portugal* pelos leitores. A proximidade e interesse do pesquisador no tocante às ditas lendas era algo perceptível em seus textos distribuídos na forma do folhetim. Porém, quando elas se tornavam participantes em sua grande obra histórica, eram submetidas à crítica em seus moldes modernos. Na ausência de fontes, a tradição deveria ser desautorizada: “mas importa sobretudo sublinhar que, a partir do primeiro volume da *História de Portugal* e, sobretudo, da polêmica acerca do milagre de Ourique, o historiador adotava um discurso totalmente diverso no que respeita às tradições de Ourique e das Cortes de Lamego”.³⁶ A oposição à que se refere Sérgio Campos Matos é justamente entre os textos com intenções de divulgação de um suposto passado nacional, escritos nos primeiros anos de sua produção, e o que se seguiu à publicação de sua grande obra. Os mitos que faziam parte da cultura oral e escrita e legitimavam o passado da nação, em vias de “regeneração”, eram situados em outro plano, diferente da verdade da história.

Com a consciência da necessidade de uma reordenação generalizada da sociedade após o período revolucionário, sob a égide da história, entendida como uma noção ampla e variada, o trabalho de Herculano tentava implementar as outras faces de seu discurso político moral. Eis a metáfora do historiador para a definição de seu conceito de história:

A história pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la, em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhe a altura por palmos, polegadas e linhas.³⁷

Tratava-se de uma noção de história muito apropriada aos usos que esse saber passou a ter ao longo do século XIX. Tal como os periódicos literários, entre as décadas de 1830 e 1860, especialmente, ocuparam-se de divulgar conhecimentos os mais variados no intuito de ilustrar parte da

³⁶ MATOS, Sérgio Campos. Narrativa e divulgação da história em Alexandre Herculano. In: *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 163.

³⁷ HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a História de Portugal. *Revista Universal Lisbonense*, 1842, p. 57.

população, outra das preocupações de Herculano, a sua perspectiva geral sobre a história era também aberta. A regeneração política e moral do país só seria possível com a instrução. Desse modo, a intervenção em assuntos de foro religioso, tradicional e, evidentemente, histórico, por meio das artes, sejam elas monumentais ou escritas, e também pela pesquisa nos arquivos e bibliotecas, faria parte da agenda do letrado oitocentista.

Considerando que a própria ideia de arte era entendida dentro da lógica moderna da história, isto é, em sentido diacrônico, com um amplo espaço de experiência a partir do qual o presente do século XIX buscaria as bases de sua fundação, o romance histórico, o teatro, a poesia e, inclusive, os monumentos seriam elaborados ou descritos por Herculano como faces diversificadas do tempo histórico como ponte entre o pretérito e as exigências dos dias que corriam. É importante observar que o mundo literário se funda e se funde com as esferas políticas e econômicas, já que a participação das associações civis e industriais será de fundamental pertinência no desenvolvimento das letras e das artes.

As diferentes formas de ação efetiva por meio do discurso seriam exploradas por Herculano e outros importantes nomes do século XIX em diferentes partes do Ocidente. Como hipótese, não podemos deixar de ter em conta as suas experiências como emigrado, os contextos políticos e letrados da Inglaterra e, ainda mais, da França e seus efeitos nestas primeiras décadas da produção herculaniana. Por isso, a regeneração era um “(...) termo que envolvia uma dinâmica que encerrava o apelo à esperança salvadora de conseguir opor à crise geral do Antigo Regime um conjunto de reformas, de caráter predominantemente político/institucional, que seriam capazes de promover a regeneração da sociedade”.³⁸

Não foi por acaso que os temas relacionados ao lugar e ao poder da instituição religiosa no novo mundo liberal português interessaram a Herculano. Os mesmos assuntos ele viu serem discutidos na França, com a monarquia católica de julho na revolução de 1830. Segundo Proença: “por essa razão, e devido à permanência dos valores cristãos católicos no imaginário das populações, o apelo à regeneração e a toda a série de implicações morais e

³⁸ PROENÇA, Maria Cândida. *A regeneração*. O conceito e a experiência nacional (1820-1823), op. cit., pp. 7.

religiosas nele incorporadas foram largamente utilizados pelos políticos portugueses para perseguirem variados objetivos de acordo com as situações conjunturais”.³⁹

Portanto, vemos aqui uma rearticulação dos discursos a partir de noções que são transferidas do vocabulário religioso ao político, mas também ao novo vocabulário pedagógico civil. As instituições de ensino passam a contar com os letrados que produzem conhecimentos diversos, ao passo que o discurso da regeneração nacional, após o impasse revolucionário, ganha força. O empobrecimento e o alto índice de analfabetismo de grande parte da população serão alguns dos impasses ao projeto de aprimoramento da sociedade. Neste ponto, as noções de regeneração (de fundo religioso e moral) e decadência (cuja legitimidade ganharia outro patamar com o discurso sobre a ciência moderna) passaram a conviver. A busca pelas qualidades da nação adentraria o século XX. É importante dizer que mesmo a ditadura de Salazar, em Portugal, se apropriou do conceito de regeneração. Então, neste mundo de significados, o tema da decadência também passaria, na segunda metade do século XIX, a funcionar como um conceito articulador entre a política e as letras, a exemplo do que se passou com a regeneração.

Entrementes, em razão do contexto em que foi criado e pelo modo como congregou importantes aspectos e assuntos históricos em meados do século XIX, em Portugal, o *Arquivo Pitoresco* constitui-se em outro relevante registro oriundo da imprensa periódica daquele período. Editado semanalmente na Tipografia de Castro, Irmão e Cia, em Lisboa, e distribuído aos domingos, o semanário retomou, em alguns pontos, o projeto desenvolvido pela primeira experiência de imprensa literária e ilustrada portuguesa nos moldes do Oitocentos, *O Panorama*.⁴⁰ Sucedeu outro projeto semelhante de relevância, a

³⁹ *Ibidem*, pp. 7-8.

⁴⁰ DIAS, Eurico. *O Arquivo Pittoresco (1857-1868)*. Subsídios para sua história. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências “Arquivo Pitoresco, 150 anos depois (1857-2007)”, 1ª Conferência (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 13 de setembro 2007) [Consult. 10 de julho de

Revista Universal Lisbonense (1841-1853). Apesar de sua importância secundária, o *Archivo Pitoresco* teve uma sobrevivência regular mais duradoura que seu predecessor.⁴¹ No caso do *Archivo Pitoresco*, foram 11 anos ininterruptos de circulação, com dimensão de oito páginas por número e estabilidade de preço de estampa. Nesse sentido, com custo de 2.000 réis por assinatura anual em Lisboa, e de 2.200 réis nas demais províncias (inclusive ultramarinas e em outros países), o semanário atingiu êxito que o situava lado a lado ao jornal literário de Herculano em seus melhores tempos, com tiragens próximas a 5.000 exemplares. José de Torres foi o redator principal no primeiro ano e em parte do segundo, sucedido por Francisco Pereira de Almeida, que se ocupou da finalização do segundo volume. Francisco Augusto Nogueira da Silva, António Feliciano de Castilho, António da Silva Túlio, Inácio de Vilhena Barbosa e Pedro Wenceslau de Brito Aranha (os dois últimos a partir do nono volume) foram os responsáveis subsequentes. Em conjunto com os demais colaboradores, revezavam-se nos espaços do *Archivo Pitoresco* e reforçavam o princípio de que, entre gravuras e textos, o intuito era tornar “útil e agradável” o conhecimento divulgado pelo periódico. Outros nomes que merecem referência pela frequente participação são: Alberto Osório de Vasconcellos, António José de Figueiredo, António Lopes Mendes, António Pedro Lopes de Mendonça, Innocencio Francisco da Silva, José Felix Nogueira e Luís Augusto Rebello da Silva.⁴²

A constante comparação com o periódico surgido 20 anos antes não é fortuita. Como se pode observar, boa parte dos referidos autores marcaram presença também em *O Panorama*. Além disso, como reconhecido mérito e esforço de letrados portugueses da época, o *Archivo Pitoresco* apareceu ainda na senda das novas ideias e condições abertas pela revolução liberal, das quais aquele periódico foi expressão anterior, apesar das necessárias ressalvas quanto aos avanços e retrocessos relativos à censura sofrida pela

2013]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Dicionariojornais/Textos/Archivopitoresco.pdf>

⁴¹ Um excelente guia para o trabalho com periódicos portugueses oitocentistas é o seguinte: RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

⁴² SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo Primeiro (2ª edição, 1925) e Tomo Oitavo (Primeiro suplemento, 1867).

imprensa portuguesa. Em geral, este quadro atravessou as décadas de 1820 e 1830, com significativa mudança a partir da outorga da lei de imprensa de 1834 e do fim do absolutismo.⁴³ Ter em conta a conjuntura política que motivou o surgimento de periódicos literários permite que se aponte o caráter editorial do *Archivo Pitoresco*. Diferentemente do chamado jornalismo de opinião, projetos como os dos impressos acima mencionados enquadravam-se naquele setor mais direcionado aos conhecimentos diversos e à instrução. Não por acaso, O *Panorama* surgiu no âmbito da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Se nas primeiras décadas do século XIX foram elementos externos que determinaram o caráter da imprensa, com ênfase nas invasões francesas e nas influências dos emigrados (sobretudo de Inglaterra e de França) nas idas e vindas pós 1820 – como Herculano é conhecido exemplo, ao lado de Almeida Garrett e outros –, a partir da segunda metade da década de 1830, uma reforma significativa aproximaria o Estado, cada vez mais centralizado, dos letrados interessados em intervir no novo modelo de sociedade que enfim era instituído. Esse movimento ganharia desdobramentos diversos, e eles podem ser observados nas páginas do *Archivo Pitoresco*.

Apresentado em seu primeiro prólogo como um “jornal português e para portugueses”, a concepção editorial dos anos iniciais de *Archivo Pitoresco* resguardava perspectiva atenta às colônias na África e Ásia e, sobremaneira, ao Brasil.⁴⁴ Nesse horizonte, a integração viria por meio do idioma, mas este não seria o único recurso. A edição de número um foi imediatamente aberta com uma gravura que representava a entrada do porto do Rio de Janeiro. Com tal decisão, as propostas primordiais estavam, de imediato, colocadas. O investimento em ilustrações, tal como em *O Panorama*, seria uma marca do semanário. Embora não tenham sido esses periódicos os responsáveis pela introdução do uso de imagens neste gênero de composição gráfica, chama a atenção o lugar de destaque ocupado por elas na coleção completa do *Archivo Pitoresco*. As gravuras em madeira foram acolhidas em profusão. Em praticamente todas as principais seções, elas estiveram presentes, não como

⁴³ SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*. Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa. Tese de doutorado, volume 1. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2007.

⁴⁴ ARCHIVO PITTORESCO. *Semanario Ilustrado*. Lisboa: Castro, Irmão & Cia, 1857, p. 1.

meros adereços desligados dos textos, mas como ferramenta complementar ou mesmo motivadora ao que se seguia por escrito. Ainda no primeiro número, é possível encontrar uma notícia biográfica dedicada a Alexandre Herculano, igualmente exposta com gravura que representa o biografado. A seção intitulada “recordações de viagem”, comum nessas páginas ao longo dos anos, corriqueiramente apresentava imagens das cidades descritas pelos autores. Andrade-Ferreira, em artigo intitulado “Jornalismo literário em Portugal”, que apareceu no décimo segundo número, comentava que “é destes jornais que mais necessita Portugal, porque é assim que, sem assustar as compreensões populares, é possível e agradável encaminhar estas às fontes da nossa história, e às noções mais elementares das ciências morais, tornando-lhes fácil e apetecível o que lhes fora inacessível apresentado em difusos compêndios”⁴⁵.

Esta iniciativa pedagógica que se justificava pela forma atribuída ao semanário estava expressa conjuntamente nos artigos reunidos e nas seções que eram instituídas. O papel desse meio de comunicação, tal como sugeria o texto de Andrade-Ferreira, era discussão frequente no século XIX. Os atributos do livro e do jornal e suas respectivas abrangências eram observados com atenção. Por isso, o compromisso cívico e patriótico de educar a população nunca foi perdido de vista. Em artigo no segundo ano do *Archivo Pitoresco*, Nogueira da Silva já evidenciava que o jornal surgia como meio alternativo de educação àqueles que não conseguiam comprar livros por falta de recursos financeiros.⁴⁶ Assim posto, durante os 11 anos de sua existência e, marcadamente, na primeira metade desse intervalo, as publicações relacionadas à história e aos costumes das colônias, dos demais países europeus, da América e até mesmo de espaços distantes, como Indonésia, Austrália e Japão, tiveram significativa acolhida. Muitos artigos sobre a fauna e a flora de cada um dos continentes estavam encaminhados nos números do *Archivo Pitoresco*. Ao lado desse gênero de material, havia textos que comparavam conceitos antigos e modernos – um exemplo aparece já no

⁴⁵ FERREIRA, Andrade. O jornalismo literário em Portugal. *ARCHIVO PITTORESCO. Semanario Illustrado*. Lisboa: Castro, Irmão & Cia, 1857, p. 93.

⁴⁶ *ARCHIVO PITTORESCO. Semanario Illustrado*. Lisboa: Castro, Irmão & Cia, 1858, p. 154-155.

primeiro número, com a análise de um poema de Ovídio –, paralelos biográficos que aproximavam os antigos generais romanos (Césares) aos modernos Bonapartes franceses, bem ao modelo de Plutarco, além de excertos de obras morais desse e de outros autores antigos. Esse diálogo entre antigos e modernos, como já visto, é matiz interessante a ser observado, pois reúne alguns dos problemas mais complexos com os quais se debatiam os letrados oitocentistas.

Merece ser mencionada a necessidade percebida por estes naquilo que tangia à clareza de propósitos do semanário. Em 1858, um artigo cuja chamada era “Os filósofos antigos, a moral e os tempos modernos” não perdia a chance de demarcar a diferença entre o ensino da moral no passado, por meio da palavra falada, e, no presente do século XIX, a função atribuída à imprensa para a mesma tarefa. A eficiência do orador antigo era tida como mais evidente, sabendo-se que parcela significativa da sociedade moderna ainda não dominava a leitura.⁴⁷ É possível considerar que a permanência de uma educação de base retórica auxilie na compreensão desta qualidade de comunicação com o passado. Entretanto, é preciso avançar justamente na carga política que, entre antigos e modernos, a retórica sempre abrigou. A comprovação de que este último traço não estava resolvido pode ser verificada no constante artifício de sublinhar o programa do jornal, cujos focos, nos termos de António Feliciano de Castilho, eram “divertimento e variedade”.⁴⁸ Repetidamente, era necessário dizer que o semanário não tratava de assuntos políticos. Deve-se salientar que a matriz educativa do programa geral da revista se relacionava com o contexto de consolidação da sociedade liberal, cuja base, à época, estava na construção de uma sólida identidade nacional a partir de elementos culturais e históricos portugueses. A observação dessas diretrizes permite o exame do ambiente público da época da Regeneração e de suas relações com o passado.

Como se sabe, não há, para o século no qual se desenvolveu o *Archivo Pitoresco*, projeto de face mais política do que as grandes construções nacionais modernas. No fundamental, o prólogo divulgado no primeiro número

⁴⁷ *Idem*, 1858, pp. 180-181.

⁴⁸ *Idem*, 1859, pp. 281-283.

do ano de 1860 é bastante esclarecedor deste ponto de vista na particularidade de Portugal. Nesta nova etapa, “[...] nacionalizando cada vez mais este jornal, não só com os retratos, monumentos, edifícios, paisagens, produtos e tipos portugueses, divulgados pela gravura de madeira, e por artistas nossos, mas também pela narrativa dos feitos e ações de nossos antepassados, dos seus usos e costumes [...]”, os editores não deixavam dúvidas quanto à missão assumida⁴⁹. Espécie de segunda fase para os editores, no tocante às afirmações do mesmo prólogo, a manutenção dos conteúdos morais e religiosos estava garantida. À previsão de um amplo espectro de leitores, com faixas etárias variadas, era somada a inclusão formal do *Archivo Pitoresco* como instrumento didático nas escolas e outras instituições de ensino. O que anteriormente era intenção passava a ser finalidade principal. A instrução, daqui por diante, passaria por um envolvimento no processo de alfabetização da população e por auxílio significativo na valorização da língua portuguesa.

O importante a ser ressaltado é que neste movimento, a história, que sempre esteve mesclada em copiosas monografias, romances em formato de folhetim, excertos antigos e outros tantos escritos, assumiria, de antemão, cariz formador. No mesmo prólogo, estava dito que, mais que as matérias de atualidade, seriam os estudos do passado aqueles mais aptos a ensinar os jovens estudantes. Nessa mesma feita, são instituídas as seções dedicadas às “antiguidades nacionais” e “estudos de língua materna”. Sem que tenha havido a extinção dos modelos anteriores, artigos sobre os monumentos e prédios históricos de Lisboa e de outras cidades do país passariam a sobressair nas páginas do *Archivo Pitoresco*. A defesa do idioma, por outro lado, dar-se-ia, por exemplo, pela forte crítica à influência francesa, traço dos anos de ocupação e significativa participação no processo de modernização da imprensa por parte daquele país, o que levou a um conjunto de recensões negativas aos “galicismos”. Cabe dizer que assuntos atentos às questões de patrimônio, lendas e tradições religiosas, literatura e estudos sobre eventos pretéritos que se relacionavam com definições do caráter nacional, como a União Ibérica e a restauração de 1640, passariam a conquistar os olhares dos envolvidos na elaboração do semanário. Inclusive, o escrúpulo com a busca da verdade

⁴⁹ *Idem*, 1860, pp. 1-2.

“ignorada, sumida ou desfigurada” no interior dos arquivos passaria a ser objeto central dos colaboradores.⁵⁰ É importante salientar que historiadores de destaque, tais como Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, publicaram artigos na revista, assim como sua redação foi dirigida por homens que se dedicaram, da mesma forma, ao saber histórico, como Inácio de Vilhena Barbosa, António da Silva Túlio e Luís Augusto Rebello da Silva. Muitos eram sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ademais, mesmo entre aqueles que eram reconhecidos por seu trabalho jornalístico ou dramático, como no caso de António Pedro Lopes de Mendonça, a produção de textos de caráter histórico era algo comum. Já nos primeiros anos, houve colaborações do escritor, tais como os artigos “Curiosidades históricas: acerca dos preços em Portugal nos séculos XV e XVI” e “Filipe II e a nobreza portuguesa durante as suas pretensões ao trono de Portugal (apontamento de um livro inédito)”, algo semelhante aos casos de José de Torres, com seu texto sobre o reinado de Pedro II, no final do século XVII, e, posteriormente, de José Maria Latino Coelho, com o artigo “Ciência na Idade Média e as enciclopédias desse tempo”. São alguns exemplos entre grande variedade de casos registrados no acervo do periódico.⁵¹

Entrementes, as remissões à Sociedade Madrêpora passaram a ser frequentes nos sucessivos números do *Archivo Pitoresco*. Fundada à época por portugueses residentes no Rio de Janeiro, esta associação tornou-se a principal fonte de recursos e de apoio à distribuição aos sócios do semanário. Fenômeno similar ao ocorrido com *O Panorama*, que cresceu em grande medida durante os anos em que contou com o amparo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (patrocinadora do jornal até 1844), o apogeu do *Archivo Pitoresco* passou-se nos anos em que a Sociedade Madrêpora assumiu a responsabilidade pela compra de grande parte da

⁵⁰ *Idem*, 1861, p. 2.

⁵¹ *Idem*, 1857, p. 342; 1858, pp. 50-67-98; 1858, p. 319; 1864, p. 143.

tiragem e de sua distribuição por instituições de ensino pelo país, províncias ultramarinas e Brasil. É preciso indicar que neste momento o processo de industrialização de Portugal era posto em andamento e a cooperação dessas associações junto às novas funções do Estado tinha sua magnitude, sendo a educação uma delas.⁵² Ao mesmo tempo, as ligações com o Brasil, sinalizadas desde o primeiro número do periódico, seguiam em franca ascensão com o aporte dos magnatas ligados à Madrépora. A apreensão deste círculo que ligava o governo real (que também distribuía parte dos exemplares do *Archivo Pitoresco* em determinadas escolas do reino), as associações industriais ou literárias, as colônias e o Brasil em meados do Oitocentos é pertinente no esforço de entendimento do universo letrado e de suas ecléticas atuações.

Antes da presença da sociedade, o semanário já editava artigos destinados a divulgar as diversas formas industriais em Portugal e em outras partes do mundo. Contudo, passou a ser algo sistemático a divulgação da empresa náutica, dos caminhos de ferro, do abastecimento de água, da meteorologia e de notícias de índice científico em geral, textos distribuídos entre traduções de artigos biográficos sobre Lord Byron (de autoria do inglês M. Macaulay), Rousseau, Spinoza e Adam Smith, como havia desde os princípios, e uma profusão de documentos históricos publicados. O número de estampas também aumentou nestes anos, atingindo a marca de 140 ao longo de 1862.

Com a morte de António Emilio Machado Reis, sócio fundador da Madrépora, o campo de possibilidades para desdobramentos dessas questões foi bruscamente interrompido. Em nota ao final de uma das edições de 1868, anunciava-se o fim da publicação, justificado pela dívida da sociedade sediada no Rio de Janeiro. O dilema do contrato em divulgar os avanços do presente e, simultaneamente, endossar a supremacia do passado como fonte da Regeneração nacional pode informar muito no que diz respeito às concepções de história passíveis de serem identificadas naquele período marcado pelos jornais e por uma nova experiência do tempo.

⁵² MATOS, Ana Maria Cardoso de. "Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à atividade empresarial", *Análise Social*, vol. XXI (136-137), 1996 (2º-3º), pp. 397-412.

3.3 Para uma noção alargada de história

Em 1823, com apenas sete anos de idade, Varnhagen e família seguiram para Portugal. Como já indicado, em Lisboa, o jovem ingressou no Real Colégio da Luz, onde se formou ao longo de quase uma década. Ele estudou ainda no Colégio dos Nobres e na então chamada Academia de Fortificação.⁵³ Em 1842, é nomeado adido na Legação brasileira em Portugal, começando, assim, suas pesquisas profissionais sobre o passado do Brasil.⁵⁴

Conforme o que foi dito no primeiro capítulo, o interesse precoce de Varnhagen pela história já estava registrado desde o final da década anterior, quando, por mérito de seus trabalhos de crítica documental, foi aceito como sócio na Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1838. A carreira diplomática que se seguiu favoreceu em muito os seus levantamentos sobre o Brasil. Tais investimentos garantiram-lhe a autoria da primeira grande obra de síntese, sua mais importante e conhecida publicação, a *Historia geral do Brazil*. Marco determinante da identidade nacional, então fruto de esforço historiográfico, ao lado da produção ligada ao IHGB, a *Historia geral* reuniu e organizou quase duas décadas de pesquisas e tornou-se, à revelia de sua fria recepção, título imprescindível à história da historiografia no país.⁵⁵

Entretanto, em seus primeiros anos de escrita, o contato de Varnhagen com a elaboração ficcional foi significativa. Inserido no meio letrado português, em 1840, imprimiu em *O Panorama*, como dito anteriormente, importante periódico de caráter ilustrado e pedagógico, fundado havia três anos, um texto chamado *Chronica do descobrimento do Brazil*.⁵⁶ É verdade que alguns trabalhos de crítica e pesquisa de Varnhagen também eram editados pelo jornal, e comentários elogiosos a eles grassavam por suas páginas. Dirigido de

⁵³ A carreira militar de Varnhagen será retomada no próximo capítulo desta tese.

⁵⁴ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 169.

⁵⁵ WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro, 1999.

⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Chronica do descobrimento do Brazil*. *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, 1840, vol. 4, 18 (I), p. 21-22, 1 (II), p. 33-35, 8 (II), p. 43-45, 15 (II), p. 53-56, 29 (II) p. 68-69, 14 (III), p. 85-87, 28 (III) p. 101-104.

1837 a 1839 por Herculano, a presença varnhagueniana na revista é significativa, porém a *Chronica* destaca-se por sua datação e características. Quanto à datação, Flora Sussekind situa a precoce publicação em um contexto mais amplo de construção da figura de um “narrador de ficção” na produção literária do Brasil entre os anos 1830 e 1840, figuração atrelada à ideia de nação então emergente.⁵⁷

No que tange à caracterização do texto em questão, a proposta é, em si, representativa do uso da literatura de viagem como recurso narrativo ficcional, posto que recria a descoberta do Brasil pelos portugueses, em 1500, a partir da famosa carta de Pero Vaz de Caminha e outros testemunhos. Esta recriação inverte o tradicional relacionamento entre documento histórico e formas ficcionais, na medida em que o registro do passado fornece elementos não exatamente para comprovação da verdade, mas, ao contrário, alimenta a verossimilhança, como examinou Pedro Telles da Silveira.⁵⁸ Ainda no início do texto apresentado em formato de folhetim, distribuído em números diversos de *O Panorama*, ao ressaltar as “esperanças, curiosidade e vertigem descobridora dos portugueses daquela idade”, Varnhagen esperava contribuir para facilitar a elaboração de futuras epopeias que tivessem como tema o descobrimento do Brasil e Pedro Álvares Cabral como herói.⁵⁹

Contudo, entre muitas orientações que pretendem conduzir o leitor à imaginação do que viveram os homens do descobrimento, criando sensações que, admite Varnhagen, só seriam possíveis por meio da experiência, a voz do erudito fala mais alto e ele não se furta a remeter ao arquivo onde se encontra o documento e fazer a sua crítica, retornando depois, bruscamente, à narração que recria o episódio histórico:

Deste documento de Pero Vaz, já impresso, conserva-se o venerável original na Torre do Tombo. É o primeiro escrito de

⁵⁷ SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador. A viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 19-20.

⁵⁸ SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, setembro, 2009, p. 34-52.

⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Chronica do descobrimento do Brazil*. *O Panorama*: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, 1840, p. 21.

pena portuguesa no Novo Mundo, e nesta história o seguimos por vezes textualmente. Quanto pois à data do descobrimento dizemos afoitamente que erram os que seguindo a Marco, Gaspar Correa, Barros e Soares querem, deduzindo-a do nome dado à terra, que fosse a 3 de maio, em que a igreja soleniza a festa da Santa Cruz. Esta opinião errônea produziu um anacronismo de consequência, que até em atos públicos voga indevidamente pelo Brasil. – Porém, como íamos dizendo, chegara a noite (...).⁶⁰

Nos 11 capítulos que constituem a *Chronica*, é constante a presença de Varnhagen a conduzir quem o lê rumo a percursos sensoriais que os documentos arquivados não podem garantir, mas que apenas eles legitimam o homem de letras a imaginar e descrever. O caráter duplo do texto – baseado na verdade, mas narrado mediante verossimilhanças – institui, efetivamente, Varnhagen como o narrador autorizado, e Pero Vaz de Caminha passa a ser um protagonista a ter descritas as suas ações. Trata-se de uma constante convocação à imaginação por meio da narrativa, uma estratégia de convencimento tal qual aquela desenvolvida pelos historiadores de sua época.⁶¹

Não é tarefa fácil criar categorias extremamente fechadas para situar textos como os que aparecem em *O Panorama*. É necessária uma detalhada experiência de leitura que ajude a compreender minimamente quais as noções de ficção e verdade, entre outras. Esta concepção pragmática de história, que tanto objetiva instruir o cidadão quanto intervir em questões políticas de diversas naturezas, pode ser um dos marcos ordenadores desse discurso. A visão romanceada da descoberta serve ao contato necessário dos homens com o seu passado; a carta de Caminha é documento a ser conhecido e divulgado; o texto funciona, ainda, como caminho para a proposta de alteração do nome de uma região brasileira. Escreve Varnhagen no epílogo da *Chronica*:

E o Brasil se descobriu. Porém onde são os padrões de tão gloriosos e transcendentos acontecimentos que influíram na

⁶⁰ *Idem*, pp. 21-22.

⁶¹ COLLINGWOOD, R. G. A imaginação histórica in *A ideia de história*. 4ª edição. Lisboa: Presença, 1978, p. 287-306.

sorte dos homens? – A baía *Cabralia* vai para quatro séculos que espera por este nome, e ainda com mais razão espera um monumento que a enobreça, e a terra circunvizinha altamente o reclama.⁶²

Ou seja, a pretensão de deslocar no tempo o leitor é, a todo momento, arruinada pela necessidade de intervenção do narrador e suas demandas do presente. De qualquer maneira, o relato ficcional de um acontecimento histórico poderia ser entendido como um critério, cujo maior aspecto era mesmo a divulgação tanto da história nacional quanto de proposições políticas e morais – o documento como marca da nacionalidade e o folhetim como meio de divulgação e formação cívica. Aquela visão exótica e mítica do território americano conquistado pelos portugueses em 1500, que posteriormente será severamente dirimida na obra de Varnhagen – dada a visão negativa do chamado “patriotismo caboclo”, que elevava dos indígenas, marca do romantismo da época, no Brasil –, exemplifica as nuances existentes entre as formulações do ficcional e as exigências de projetos políticos.⁶³

Deslocar-se no tempo, mas entender o sentido atual que o passado deveria ter. Talvez este seja um dos meios de formulação do problema das trocas entre história e ficção em meados do século XIX. Nesta mesma época, Varnhagen disse que “a forma do romance era o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país”.⁶⁴ Além do romance, garantia de deslocamento no tempo, a arquitetura, registro no espaço, também foi abordada por Varnhagen em um relato pleno de detalhes e orientações ao leitor. Trata-se do texto *Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belem*, que também foi produzido por Varnhagen e publicado em *O Panorama*, em 1842 (ganhando edição avulsa em seguida), texto citado aqui de passagem, apenas como mais um exemplo dos diversos usos narrativos do historiador, pois será examinado no próximo capítulo deste trabalho.

⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Chronica do descobrimento do Brazil. O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, 1840, p. 104.

⁶³ LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 413-453.

⁶⁴ Apud. VIEIRA, Celso. *Varnhagen (o homem e a obra)*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto Editor, 1923, p. 21.

Entrementes, do *Panorama à Revista Universal Lisbonense*, Varnhagen percorria o acervo de obras relacionadas ao período das navegações e à história das colônias ultramarinas portuguesas. No segundo número da *Revista Universal*, foi publicada uma recensão crítica assinada por ele acerca do texto *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, incluído na obra *Historia de Portugal*, de autoria do alemão Heinrich Schaefer.⁶⁵ A leitura inicial do censor é aberta de maneira muito elogiosa ao autor alemão:

Os livros de História pátria, raros folheados dos nossos próprios literatos, e ricas, mas enfadonhas, páginas da *Malta Portuguesa*, os áridos documentos da *Hespanha Sagrada* e das *Dissertações Chronologicas*, as explicações a cada palavra do *Elucidario*, as antigas *Ordenações*, a *Historia Genealógica*, as *Chronicas Profanas e Monasticas*, as *Memorias* em volumes ou avulsas, da nossa Academia, tudo foi convenientemente aproveitado pelo Sr. Schaefer, que demais ajunta a isto o ser um alemão, que escreve a história como hoje não podia deixar de escrevê-la um alemão. Claro é logo que não havia o Sr. Schaefer de encarar a de Portugal à moda antiga, só pelo elemento político. Tampouco pertence ele à seita dos novos Guizots, que fabricam a história nas suas cabeças, para produzirem efeito filosófico, seja qual for a verdade. Não: o Sr. Schaefer estuda profundamente os fatos e narra-os com fidelidade, citando as fontes, e desassombrado de preocupações: não tem um historiador ofensivo para o amor próprio do leitor; não se arroga o ensinar-lhe a interpretar os sucessos.⁶⁶

Importa destacar a defesa de Varnhagen no que se refere à escrita da história no contexto alemão e, em contrapartida, sua visão negativa sobre a história filosófica, tendo por contraexemplo, Guizot. O destaque ao trabalho crítico e às fontes e suas remissões confirma algumas das concepções que, mais tarde, ele iria reforçar em suas grandes obras de síntese. O conhecimento

⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *BibliographiaPortugueza. Chronica do descobrimento e conquista de Guiné. Geschaefervon Portugal, von Dr. Heinrich Schaefer, etc. Historia de Portugal pelo Dr. Henrique Schaefer etc.* 1.º vol. Hamburgo 1836; 2.º idem 1839 – 8.º O 1.º de 487 pag., e o 2.º de 667. A mesma obra traduzida do alemão em francez por *Henri Soulange Bodin*. – 1.º vol. De 8.º max. – 571 pag. *Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios.* Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, n. 2, pp. 23-24.

⁶⁶ *Idem*, p. 23.

e o esforço em trabalhar com fontes “áridas”, mas necessárias à devida execução de uma obra historiográfica, fazem o título merecedor de elogios.

Entretanto, ao deslocar seu exame à tradução da obra do alemão para o francês, realizada por Henri Soulange Bodin, a opinião de Varnhagen inverte-se totalmente:

Porém já sentimos ir-nos transformando em desconsolo o gosto com que vínhamos escrevendo; a pesar nosso, o dever e a justiça requerem que aos encômios até aqui dados ao autor sucedam agora acres e merecidas censuras ao tradutor francês. Com efeito, se pelo dedo se conhece o gigante, avaliaremos logo a consciência com que tal versão (antes inversão) se perpetrou, lendo na capa em letras que arremetem com os olhos a cláusula de ser feita a tradução *avec des notes de M. Le Viconte de Santarem*, e logo no rosto a seguinte limitação contraditória = *avec une note sur La chronique inedite de La conquête de Guinée, donnée par M. de Viconte de Santarém* = avultando este último nome em letra maiúscula. E realmente só uma nota, ou antes espécie de anúncio, ou prospecto da nova publicação de Azurara, de que para a semana falaremos, é que aí aparece da pena do Sr. Santarem.⁶⁷

Como se pode perceber, tal qual fizera em relação ao caso de Beauchamp – visto no capítulo anterior –, Varnhagen não tardaria a denunciar as manipulações de uma tradução francesa. Henri Bodin teria alterado o título na capa da obra, a fim de destacar documento que seria atraente aos letrados da época sem, contudo, trazê-lo em seu conteúdo. Além disso, o nome de seu anotador, Visconde de Santarém, seria utilizado apenas para chamar atenção à tradução. De acordo com o que anunciava na passagem supracitada, o autor da recensão, na semana seguinte, publicou novo artigo no periódico, dedicado exclusivamente à *Chonica* escrita por Azurara e estudada por Santarém.⁶⁸

⁶⁷ *Idem*, p. 23.

⁶⁸ *Chronica do Descobrimento e conquista de Guiné*. Por Gomes Eannes d’Azurara, Paris, 1 vol. 1841, Edição nítida. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses phisicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, n. 2, pp. 34-36.

Esta interessante obra, pouco há inédita, e quase perdida, é já hoje vulgar pelas estantes dos literatos eruditos, que dentro em pouco deixarão exausta a edição: julgamos todavia que ainda para alguém virá a tempo o nosso artigo acerca da publicação de um manuscrito, que soube, por quase quatro séculos, esquivar-se da imprensa, e até, o que mais é das exatas e rigorosas pesquisas do *Bibliographo*, do *Bibliophilo*, e do *Bibliomaniaco*.⁶⁹

Varnhagen explicou, na sequência, que fora Ferdinand Denis quem havia localizado o manuscrito na Biblioteca Real de Paris, cerca de quatro anos antes. Duas cópias assim chegaram a Portugal, tornando possível o acesso ao comentador, ao que este explica: “para generalizar ainda mais a notícia, a anunciamos em um dos jornais literários da capital, num artigo complementar de outro, que acerca do *Azurara* havia antes escrito o Sr. Alexandre Herculano, e até para esse artigo de anúncio nos socorremos em boa parte, às expressões do Sr. Denis”.⁷⁰ O percurso da descoberta e divulgação é assim explicado:

Em resumo: o Snr. Denis deu com o manuscrito, e denunciou-o; alguém em Portugal fez correr a notícia; o Sr. Macedo [secretário da Academia das Ciências de Lisboa] promoveu a cópia; o Sr. Visconde de Carreira concluiu-a com a permissão do Governo Francês; o Sr. Aillaud publicou-a, em um volume de algumas quinhentas páginas; o Sr. Visconde de Santarém ornou-a de várias notas, e propôs-lhe sua introdução, na qual nem todas as circunstâncias, que deixamos escritas, se mencionaram.⁷¹

Com o referido artigo, Varnhagen esclarecia a procedência do documento que criticara a manipulação nas páginas do mesmo jornal na semana anterior, sem perder oportunidade de criticar, uma vez mais, a versão francesa: “A nós cabe recebermos-lhe as boas obras, aliás mal nos poderemos queixar, quando em vez delas, só nos mande burundangas e pobres traduções do francês”.⁷² Aproveitando o ensejo para responder à crítica de Santarém

⁶⁹ *Idem*, p. 34.

⁷⁰ *Idem*, p. 35.

⁷¹ *Idem*, p. 35.

⁷² *Idem*, p. 35.

sobre a forma como costumava anotar documentos antigos, Varnhagen encerraria o texto da seguinte maneira:

Que diremos agora do estilo do Autor [Santarém]? Nada, porque é o mesmo estilo de Gomes Eanes de Azurara no que já corria impresso, e já está por melhores juízes sentenciado. Alguma ostentação de erudições, um expressar afetado e vanglorioso, caracterizam sempre o bom de Azurara. No entanto capítulos há nesta obra, cujo estilo, prenhe de imagens e certa poesia melancólica e cheia de unção, agradam ao leitor e amenizam a leitura, por todos os motivos digna de recomendação.⁷³

Logo após a assinatura de Varnhagen, há uma pequena referência a um texto que Santarém havia escrito a partir do documento, chamado *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa d’Africa Occidental, para servir de illustração á Chronica da Conquista de Guiné por Azurara, pelo Visconde de Santarém* – Paris, 1841, 1 vol. 8º francez.⁷⁴ Há nesta nota, que não é assinada, passagem interessante sobre a pertinência de cada estilo para fins eruditos ou políticos, como sugestão à edição que seria feita para o idioma francês: “conviria porventura porém em nossa opinião que na memória em francês houvesse menos erudição, mas mais força de dialética, pois os argumentos e razões podem gravar melhor no espírito a evidência do que demasiada erudição que o chega a distrair”.⁷⁵ Ou seja, este gênero de documento e os usos que se permitiam deles parecem aludir às abrangências políticas e às possibilidades literárias forjadas pelos letrados portugueses daquele período.

No que cabia a Varnhagen, sua inserção no universo literário, neste momento, mesclava com facilidade pesquisa histórica e construções ficcionais, confirmando o que examinou Temístocles Cezar, ao dizer que “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao

⁷³ *Idem*, pp. 35-36.

⁷⁴ *Idem*, p. 36.

⁷⁵ *Idem*, p. 36.

outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”.⁷⁶ Como último exemplo, é possível encontrar uma tradução sua de uma ode intitulada *A morte de Napoleão*, escrita por Alessandro Manzoni. Não satisfeito em traduzir a referida poesia, Varnhagen arriscou-se em oferecer ao autor desta equivalente homenagem:

Ao A. d'Esta Ode
O Traductor

Foste Manzoni exímio
Do mundo obedecido;
E viverá teu cântico
Eterno, proferido
Desde a Ásia até a América,
Desde um a outro mar.

Audaz tua lira fúlgida
Votada a sacros hinos,
Entoa igual e harmônica.
E os teus salmos divinos,
E *il Conte e Adelchi*, extáticos,
Invejam tal primar.

Logo teu brado enérgico
Mil ecos clamorosos
Da confusão babélica
Resguardam pressurosos.
Levando tua memória
Da do teu herói a par

Eis sai de salsos páramos
Eco de novas zonas,
E crê soará vivífico
No Mecon e Amazonas.
Assim meu nome mínimo
Também farás durar.⁷⁷

Ademais, outro interessante registro do contato de Varnhagen com a ficção que merece um breve comentário é a peça teatral intitulada *Amador*

⁷⁶ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 74.

⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A morte de Napoleão. Ode de Manzoni (*Il 5Maggio*). Trad. Por F. A. de Varnhagen. Seguido de *Ao A. d'Esta Ode* (o Traductor). *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847, n. 2, pp. 417-418.

Bueno.⁷⁸ Um “drama épico histórico-americano”, conforme o próprio autor. Esta biografia de um personagem pouco conhecido, nascido em São Paulo, que viveu na virada do século XVI para o XVII, retrata bem outro contato do conhecido letrado com o universo da criação e da promoção de costumes e ideias. A justificativa inicial de seu interesse pela vida de Amador Bueno foi a “simpatia de ser o de um filho tão digno da província, em que nascemos”.⁷⁹ O mais interessante, todavia, são as “Considerações” anexadas ao final do texto teatral, espaço para a referência dos documentos e a comprovação da verdade em ações ocorridas na trama da peça. Os itens desta parte final do trabalho são, em geral, iniciados com expressões como “não é inventada a referência que na cena 4ª do 1º Ato se faz [...]” e “tampouco foi invenção ou parcialidade nossa a introdução no drama do caráter do Agente desconhecido [...]”.⁸⁰

Os contatos de Varnhagen com a ficção variam bem mais do que no caso que brevemente se analisou aqui, sendo, dessa maneira, tema a ser ampliado por outros estudos.⁸¹ A ficção de Varnhagen aparece em outros momentos de *O Panorama*. Ele não somente escreveu uma peça de teatro, como também fez a crítica de trabalhos alheios, como registra um relatório assinado pelo colaborador na *Revista Universal Lisbonense*.⁸² São índices isolados e breves, mas que podem ajudar na compreensão da dinâmica das noções que já foram mencionadas anteriormente. Varnhagen é conhecido pela organização de uma das mais relevantes compilações poéticas do século XIX, editada em três longos volumes entre 1850 e 1853, intitulada *Florilégio da Poesia Brasileira*.⁸³ Com o exame de outros textos menos explorados, talvez seja possível avançar na investigação dos novos usos do passado e da ficção

⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Amador Bueno*. Drama épico-historico-americano. Em 4actos e 5 mutações. Edição particular, Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

⁷⁹ *Idem*, p. 88.

⁸⁰ *Idem*, p. 85; p. 98; p. 100.

⁸¹ É pertinente destacar o contexto da crítica feita por Varnhagen ao trabalho do poeta e historiador inglês Robert Southey, que foi analisado por Cezar. CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, setembro-dezembro, 2007, pp. 306-312.

⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Relatorio e parecer apresentado ao Conservatorio Real da Arte Dramatica em Lisboa, por uma comissão especial, ácerca das peças submettidas ás provas publicas em 1841 e por elle em sessão publica aprovado unanimemente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos deles tudo precedido de um ensaio histórico sôbre as letras no Brazil*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1946.

naquele século. A própria tensão entre história e memória poderá ser repensada por meio de indagações dessa ordem. Há, ainda, textos nos quais o historiador debate o que entende por mito, tradição e fábula e pontua como, em sua concepção, esses elementos podem ou não entrar para o grande registro da história crítica.⁸⁴

A compreensão dos usos da ficção e de seus intercâmbios com a história passa pelo destaque a dois aspectos fundamentais e comuns nos trabalhos dos letrados oitocentistas, no Brasil e em Portugal. O primeiro diz respeito à função pedagógica que a imprensa deveria assumir nos espaços públicos de nações que se queriam modernas. Apesar das dúvidas quanto ao sucesso desta investida, tendo em vista os males do alto número de analfabetos e as limitadas condições financeiras da maior parte da população, e ainda à revelia de uma persistente formação de fundo retórico (presente nos dois países), de fato, a escrita era tida como o grande instrumento de transmissão de ideias e transformação da sociedade. Neste meio, como segundo aspecto, história e ficção constituíam âmbitos complementares, a resultar em questionamentos ou proposições políticas e morais. Após a leitura de textos de Varnhagen e Herculano, não há dúvidas relativas a este percurso. Além das obras desses que são os nomes mais conhecidos das historiografias oitocentistas nos seus países de origem, ao percorrer as páginas dos periódicos da mesma época, fica clara a ideia que se quer expor aqui em termos conclusivos.

A conversão de memórias com historicidades muito diversas em registros históricos absolutamente vinculados a pressupostos muito particulares

⁸⁴ Refiro-me, sobretudo, à dissertação apresentada ao IHGB, em 1848, sobre a existência do Caramurú. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramurú perante a historia. Dissertação apresentada ao Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. *Revista do IHGB*, tomo X, 1848, pp. 129-152. Ver a excelente análise da historiadora Maria da Glória de Oliveira. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 85-99.

ao século XIX é algo a ser observado com mais minúcias. As dinâmicas de transmissão e definição da geografia, dos costumes, dos monumentos, do lugar das instituições sociais, entre outros, em cada um dos países, passam pela importância dada ao passado e suas injunções com os hábitos do presente oitocentista. Um passado que ensina sobre temas do presente. Um esforço pedagógico que não se conforma com informações meramente nacionais, que se interessa pelo que ocorre em outros espaços, em outras nações, embora seja o conhecimento particular, específico, a justificativa primeira para todo o trabalho. Lembra-se, então, do dilema existente entre história e poesia desde a sempre citada contraposição registrada na *Poética* de Aristóteles. A primeira estaria limitada ao pontual enquanto que a segunda atingiria o geral, interesse maior do homem antigo. Incluir esta agenda de exame detalhado dos caminhos entre história, ficção, política e moral talvez nos ajude a repensar uma vez mais o estatuto da história e o papel do historiador nas modernas nações. Esta noção alargada de história a que se permitiam os envolvidos com o conhecimento do passado no século XIX merece ser percebida em profundidade. Escrever sobre o passado, com verdade e imaginação, envolvia responsabilidade e projeto. Eis um bom ponto de partida para reflexões posteriores.

Capítulo 4 – Fragmentos de ética: breve reconstituição de uma polêmica ético-moral e os domínios da história em Varnhagen

Uma das mais conhecidas polêmicas em que se envolveu Alexandre Herculano diz respeito às concepções apresentadas pelo historiador sobre dois mitos de base religiosa em sua *História de Portugal*, a partir de 1846. Na verdade, como é possível deduzir a partir do que foi dito no capítulo anterior sobre as concepções políticas e teóricas do letrado português, a reformulação do universo social e literário, necessidade por ele concebida, inevitavelmente entrava em confronto com determinadas definições da cultura portuguesa de sua época. A moral católica defendida por Herculano entrara em choque com sua noção de crítica histórica e frente aos seus enfrentamentos políticos com o clero português. Mesmo antes da publicação de sua grande obra histórica, havia divulgado pela imprensa indicações de suas restrições quanto aos dogmas religiosos e à atuação da instituição católica, tanto em suas *Cartas sobre a história de Portugal* quanto em panfletos avulsos.¹

Neste capítulo, alguns textos de Herculano serão trabalhados no intuito de complementar as características do debate historiográfico sobre a conduta ética na pesquisa e escrita da história no Portugal do século XIX, ampliando a perspectiva do que foi exposto nos capítulos anteriores. No terço final do capítulo, Varnhagen retorna a partir de fragmentos menos considerados pela historiografia, na passagem entre as décadas de 1830 e 1840. Trata-se de registros esparsos da época em que ainda não era o conhecido autor da *Historia geral do Brasil*, mas nos quais é possível flagrar características próprias da condição do letrado oitocentista e de seus posicionamentos quanto às responsabilidades políticas de seu tempo. Cabe salientar, novamente, a proximidade entre Herculano e Varnhagen, cujos espaços partilhados em

¹ HERCULANO, Alexandre. *O clero portuguez*. Lisboa: Typographia do Constitucional, 1841. As *Cartas sobre a história de Portugal* foram publicadas na *Revista Universal Lisbonense* a partir de 1842. Cf. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses phisicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, n. 27, pp. 316-317; n. 29, p p. 341-343; n. 33, pp. 395-396; n. 37, pp. 437-439; n. 41, pp. 485-487; n. 44, pp. 516-518; 1843, n. 1, pp. 18-20; p. 31; pp. 42-44; pp. 55-56; pp. 67-68; pp. 75-78; pp. 78-80.

instituições letradas e nos periódicos literários portugueses foram constantes. Da mesma maneira, é factível a constatação de que avançar na leitura de Herculano pode auxiliar na exploração da produção histórica e literária varnhagueniana e de outros letrados brasileiros oitocentistas. Mesmo que este último gênero de escrita seja restrito, merece mais atenção, pois se trata da oportunidade de conhecer a época formativa do historiador brasileiro, ainda distante das obras que iriam consagrá-lo, sobretudo, após sua morte.

4.1 Herculano e a instrução pública

Os textos avulsos de Herculano constituem preciosas fontes ao conhecimento de posicionamentos que estavam subsumidos em sua vasta obra. Neste sentido, o interesse de Herculano pela religião é de fundamental importância no esforço de compreensão do impacto das reformas liberais em Portugal, mas, sobretudo, da visão sobre a instituição religiosa e seu forte passado de domínio no país, em especial em função da inquisição. O exercício de historicização da Igreja demarcava quase a plenitude dos escritos historiográficos de Herculano. Um entre inúmeros exemplos é o caso do texto “Conversão dos godos ao catholicismo”.² Conhecer o passado da instituição era uma forma de realocá-la dentro do presente, no lugar devido. Esta era a concepção aparentemente expressa em Herculano. Demonstrar os conflitos que envolveram a conversão dos godos hispano-romanos ao catolicismo era uma forma de retirar o caráter místico desse decurso, eliminando “certa índole maravilhosa”.³ Conforme o historiador:

Os escritores coetâneos, que nos conservaram a memória do grande fato da substituição do catolicismo ao arianismo como religião do estado, eram católicos, e, por isso, interessados em revestir esse acontecimento de circunstâncias maravilhosas, e a espontaneidade da conversão da nobreza gótica e do clero ariano não era das menos importantes. Devem, por isso,

² HERCULANO, Alexandre. Conversão dos godos ao catholicismo *in Composições varias*. Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos e Cia Editores, s/d., pp. 3-30.

³ *Idem*, p. 3.

aproveitar-se as suas narrativas com a mais circumspecta crítica.⁴

A postura crítica de Herculano impedia qualquer leitura no sentido de considerar as disputas religiosas algo espontâneo. O domínio do discurso religioso, assim como a espontaneidade transmitida nas narrativas religiosas, não poderia ser aceite, inclusive pelos vestígios deixados nas narrativas e monumentos históricos, apesar do controle religioso.⁵ Nesse sentido, as conclusões do letrado eram as seguintes:

Nos domínios da revelação a inteligência humana abstém-se, porque ao racionalmente impossível se apoia o indubitável. Nos domínios da razão o milagre, que é o impossível, separou-se do indubitável, e a razão forçadamente o rejeita como ádvena e peregrino. Aquém das fronteiras da revelação não há milagres: há ignorância ou mentira.⁶

Havia, sem dúvida, neste gênero de crítica, o duplo propósito de reafirmar práticas da pesquisa histórica e ingressar no debate sobre o papel da Igreja na nova sociedade que se organizava. Esse emblema político das divulgações de Herculano encaminharia sua atenção, desde cedo, para o tema da educação em seu país.

Em outro artigo, intitulado justamente “Instrucção publica”, editado originalmente no *Diário do Governo*, em 1838, Herculano comentava os problemas na instituição da educação primária em Portugal. Ele dizia que a educação superior existia, mas seria complementar em uma nação, e que a educação primária, mais importante, ainda não existia. Os esforços para a instituição desta datam de 1833, conforme o autor: “a porta por onde se entra no santuário da Ciência é a boa educação primária”.⁷

⁴ *Idem*, p. 4-5.

⁵ *Idem*, p. 22;

⁶ *Idem*, p. 30.

⁷ *Idem*, p. 34.

Leitor de Guizot, Thierry e Cousin, o letrado não deixaria de esboçar os paralelos possíveis entre as diversas nações europeias:

O filósofo Cousin, mandado à Prússia pelo governo francês para examinar o estado do ensino público naquele país, à sua volta declarou, no relatório que fez, que a França estava ainda atrasadíssima neste ramo. E acaso a França é inferior à Prússia em sábios e em literatos? Não, por certo; mas sem dúvida o é nas instituições de ensino primário. Assim, entre os dois povos há uma grande diferença de instrução popular, e, por consequência, de moralidade.⁸

O peso lançado sobre a importância da educação básica e a relação desta com os avanços de qualquer sociedade são constantemente retomados em diversos momentos por Herculano. O seu conhecimento de idiomas diversos e a experiência da viagem alimentaram muitas das suas visões anteriormente formuladas quando de seus tempos em Coimbra. A partir de sua avaliação, resulta “que os povos da Alemanha são os mais bem morigerados de todos, porque a ilustração é o verdadeiro fundamento da moral”.⁹

É pertinente observar que o dilema antigo da educação moral permanece, mas os modelos retóricos do ensino devem ser abandonados aos olhos de Herculano:

É esta uma obrigação social da infância e mocidade, como na virilidade o é pagar tributos, ser soldado, jurado, ou sofrer outro qualquer dos encargos públicos. Tal é a face por onde principalmente encaramos a instrução primária, posto que dela também resultem vantagens individuais. Mas é isto o que nós temos? De que serve ao comum dos homens o latim e o grego das Seletas, os tropos de Quintiliano, a Filosofia caquética de Genovesi ou de Heineck? – E que temos por essas aulas menores em todo o Portugal senão esta ferragem, de que, dez anos depois de a ter metido na cabeça, ninguém se lembra, salvo de traduzir gaguejando algum trecho de latim ou grego, traduzido e impresso em línguas vulgares de há muito tempo?

⁸ *Idem*, p. 34-35

⁹ *Idem*, p. 35.

– Será isto instrução popular? Estamos convencidos de que não.¹⁰

A convicção de que a ausência do ensino popular básico atrasava a sociedade portuguesa e a constatação de que este retardo estava relacionado com uma visão ultrapassada da política educacional ficavam nítidas na fala do crítico:

Dividimos em um artigo antecedente, a instrução inferior em duas classes – os preparatórios para estudos superiores e o ensino popular, ou antes, social. Este não existe em nosso país; aquele existe, mas sem satisfazer aos seus fins e às necessidades do século: mais como um monumento do passado, do que como uma instituição do presente.¹¹

A nova sociedade que deveria emergir após as revoluções liberais necessariamente exigiria a reforma de métodos e matérias. Em diversos excertos da obra de Herculano, é possível verificar sua preocupação com a diversificação nos meios de transmissão dos conhecimentos. Conforme já havia indicado, por exemplo, em seu tratado de 1835, analisado no capítulo anterior, a retórica e a poética compunham área de urgência na reforma:

A Retórica e Poética ensinada nas nossas aulas têm um tal caráter escolástico, é rodeada de tal aridez, que nunca será capaz de formar nem um orador, nem um poeta, antes contribuirá para destruir toda a seiva do engenho. No século atual, em que a literatura não é tanto uma glória individual como nacional, o gênio poético deve ser desenvolvido pelo ensino; mas isto só se alcançará com a fundamentação de um curso de boas letras. Por outro lado, a eloquência nos governos representativos é necessária ao magistrado, ao advogado e a todo aquele que, pela sua situação no mundo, pode vir a ser ou par ou deputado; mas será o decorar as definições das figuras e tropos quem nos dará oradores? – Mal pode a Retórica que hoje se ensina formar um orador sagrado, cuja eloquência chamaremos (em nosso entender, com propriedade) de convenção; mas nunca o orador das câmaras ou dos tribunais, onde, quando se regeneram as leis, instituições, ideias, é necessária a impetuosidade, a concisão,

¹⁰ *Idem*, pp. 41-42.

¹¹ *Idem*, p. 43.

a lógica, mais do que os exórdios, as divisões, as perorações e mais bitolas oratórias. A eloquência deve ser *conduzida* (porque o orador nasce e não se faz) nos cursos de literatura, onde se proponham os modelos, onde se façam observar os meios que empregaram os grandes oradores para saírem com seu intento, aonde sejam mais conhecidos Cícero e Demóstenes do que Quintiliano e Barbosa.¹²

Herculano dedicou boa parte de seus estudos ao tema das reformas curriculares e manifestou-se politicamente, pela imprensa, em muitas oportunidades ao longo da segunda metade da década de 1830. De acordo com o crítico, a população jovem que tinha acesso às informações dos clássicos gregos e romanos não mais transformava tais técnicas em conhecimento útil à cidadania. A organização geral da sociedade, no que se referia à religião, à moral e aos saberes científicos, não era mais adequada ao espaço público português.¹³

4.2 A verdade histórica define o historiador

De acordo com António Sérgio, Herculano saiu do Porto e foi a Lisboa dirigir o *Panorama* em 1837. Ficou lá por sete anos. Em 1839, é nomeado pelo rei consorte D. Fernando, diretor da Biblioteca da Ajuda, cargo que ocupa até 1867, quando se retira para Vale de Lobos. Em razão de sua visão na *História de Portugal*, o questionamento da visão religiosa da batalha de Ourique foi atacado pelo clero.¹⁴ Então, escreveu opúsculos.¹⁵ Antes mesmo da publicação

¹² *Idem*, pp. 46-47.

¹³ No texto “Da educação e instrução das classes laboriosas”, de 1838, diz Herculano: “Ainda hoje, se excetuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? – Nada, absolutamente nada. Daí provém que a mudança de instituições políticas e as reformas legislativas são vãs e inúteis, e as empresas comerciais, fabris e de todo o gênero de progresso industrial desbaratam-se e morrem; daí provém que o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade, porque esta, para produzir fruto, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente derramada”. *Op. cit.*, pp. 55-56.

¹⁴ Sobre o milagre de Ourique e a polémica de Herculano, ver: CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico in TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 84-87.

completa de sua grande obra histórica, por meio de cartas ao editor, publicadas originalmente na *Revista Universal Lisbonense*, Herculano já comunicava o recebimento de críticas às suas análises e conclusões. Adiantava o autor:

A razão por que hei de abster-me de responder por enquanto aos que me combatem ou combaterem é porque, fazendo-o, satisfaria o meu amor próprio; não o fazendo cumpro o meu dever. Anunciei a publicação anual de um volume da História Portuguesa; é uma obrigação que contraí para com muitos centenares de maus cidadãos, como eu, que não se escandalizam da *falta de patriotismo* que reina no mal aventurado livro.¹⁶

Na mesma carta, ao responder diretamente às críticas direcionadas à sua negativa relacionada ao mito do Milagre de Ourique, dizia o historiador:

Quer ele que eu me ativesse às tradições, não dando inteira fé aos documentos quando estes não a merecem plenamente. [...] É preciso todavia, convirmos sobre a ideia que havemos de associar à palavra *tradição*. Se entendermos a tradição oral, que só aparece, dizendo-se muito, muito, muito antiga, três ou quatro séculos depois do fato a que se refere, sem que dela se encontre a menor sombra nos monumentos coevos ou quase coevos em que naturalmente se devia mencionar, confesso ao meu douto impugnador que o único sentimento que essa tradição produz em mim é uma grande vontade de rir; porque já, pela experiência, prevejo que há de ser absurda. [...] Peço ao meu nobre censor, que me parece pessoa que estuda a história seriamente, que deixe aos poetas o gritar a favor da tradição oral. Eu já fui do ofício, e sei que eles têm razão. Os estudos superficiais pertencem-lhes por direito divino e humano. Se fossem empalidecer sobre os feixes mofentos de pergaminhos velhos que estão por esses arquivos, deixavam de ser poetas, porque matavam a imaginação, e eu declaro sinceramente que antes quisera que nunca houvesse história, do que o inconveniente de perder o país um grande poeta. Portugal tem incomparavelmente mais glória em haver possuído Camões que em ter tido Fr. Antonio Brandão e Antonio Caetano do Amaral. No que me parece que eles não

¹⁵ HERCULANO, Alexandre. *Sobre história e historiografia* (Da “História de Portugal” e dos “Opúsculos”), por Alexandre Herculano (selecção, prefácio e notas de António Sérgio). Lisboa: Seara Nova, 1937, p. 10.

¹⁶ HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal pelo Sr. A. Herculano* (Carta do autor). *Revista Universal Lisbonense*, Tomo V. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1846, p. 509.

são justos é em pretenderem que os historiadores, gente chã e humilde, sejam por força poetas. Nisso é que anda amplificação retórica demais.¹⁷

Como se pode observar, a definição da verdade em história passou a ser discutida por Herculano imediatamente após as críticas à primeira publicação da *História de Portugal*. Especificamente sobre o caso de Ourique, chegou a discutir, ao fim da carta, suas análises e confrontos entre fontes documentais. Sua manifestação nesta primeira resposta aos comentadores de sua obra encaminhou-se, no fundamental, no sentido de reforçar o que já havia dito na advertência que abre o tomo de 1846.

Convertendo em realidade o meu pensamento, procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado. O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é o péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mal guia, ele vê os fatos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importará, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, crendo exaltá-lo! Dos que por má fé assim procedem não falo eu aqui. Esses lisonjeiros das multidões são tão abjetos como os lisonjeiros dos reis, quando os reis eram os dispensadores das reputações e das recompensas.¹⁸

Seria apenas o começo de um longo debate que marcaria a carreira de Herculano e a historiografia do país em meados do Oitocentos. Em 1850, uma nova onda de protestos contra a sua interpretação envolveria respostas à imprensa e ao clero de Lisboa. Perseguir as respostas de Herculano permite vislumbrar o estado do debate acerca do conceito de história no Portugal da época e, em grande medida, situar os diálogos que o letrado construía com as instituições de seu tempo.

A primeira entrada possível é a missiva enviada por Herculano ao redator do periódico *A Nação*, intitulada *considerações pacíficas sobre o*

¹⁷ *Idem*, p. 513.

¹⁸ HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal*. Tomo primeiro, Lisboa, em casa da viúva Bertrand e filhos, 1846, p. VIII.

opúsculo Eu e o clero, datada de 25 de julho de 1850. O comprometimento moral demarcado nos resultados apresentados na *História de Portugal* foi desde início levantado pelo autor do opúsculo, “[...] numa questão que me respeitava pessoalmente, e que até certo ponto estava comprometido, não só o meu caráter literário, mas também, o que mais é, o meu caráter moral.”¹⁹ Como um argumento a ser retomado com frequência nas polêmicas letradas oitocentistas, o historiador ressalta, desde o início, a busca por justiça, sendo esta uma das funções centrais da imprensa. Ao comentar o ataque que o jornal *A nação* fez contra ele após a resposta de parte do clero a seus escritos, escreve Herculano: “é assim que o sacerdócio da imprensa cumpre a sua grave missão, e remedeia do modo possível a decadência do sacerdócio religioso”.²⁰

Sustentado por sua vasta investigação e pelo tempo dedicado à escrita da obra e formulação de suas conclusões, o historiador reafirmava sua posição crítica à atuação do clero em Portugal:

Na minha vida literária tenho dado mais de um documento de que costumo ser sincero. Estou persuadido de que a maioria do nosso clero é tal como eu a qualifiquei, e se não fosse repugnância a despedaçar um cadáver, daria aqui as razões da minha persuasão. Em todo o caso, aceito inteira a responsabilidade dela: não tergiverso, não me arrependo. Tenho dito e escrito muitas verdades, senão mais deploráveis, por certo mais perigosas para mim, sem que o meu sono deixasse de ser profundo, como o é habitualmente.²¹

O historiador faz questão de enfatizar que o respeito à ideia de santidade dos papas e eventos tratados pela tradição oral, como o aparecimento de Ourique, compõem a crença católica. Ele lembra, inclusive, que, no que tocante aos milagres desde a época medieval, os bispos estavam proibidos de falar ou divulgar qualquer informação sem a devida comprovação institucional.

¹⁹ HERCULANO, Alexandre. *Considerações pacíficas sobre o opúsculo* Eu e o clero. Carta ao redactor do periodico – A Nação, por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

²⁰ *Idem*, p. 4.

²¹ *Idem*, p. 6.

Se não estão de acordo com os pregadores, como se esquecem de que os padres de Trento proibiram aos bispos que consentissem aos oradores sagrados *divulgar ou tratar fatos incertos, ou que tenham caracteres de falsidade*, e de que os do concílio 1.º de Colônia ordenam aos mesmos oradores que *não falem impudentemente de milagres, limitando-se aos que refere a Bíblia, ou aos que forem narrados por escritores de peso, estribados em sólidos fundamentos históricos?* Como quer pois V. S.^a que eu não increpe o maior número; que não o suponha alistado contra mim nesta vergonhosa cruzada de ignorância?²²

A partir de informações históricas ligadas à Igreja, Herculano reagia ao ataque do próprio clero da época. A valorização da informação verídica e a postura dos padres e bispos medievais são trazidas como argumento na defesa do historiador. O reconhecimento do valor da instituição religiosa não é negado; pelas formulações do autor do opúsculo, pode-se observar tanto mais um conflito acerca da construção histórica de uma tradição oral de pertinência política. As acusações de corrupção direcionadas aos papas do passado são reafirmadas pelo autor da *História de Portugal* como conclusões históricas, ao mesmo tempo em que afirma não bastar “ciência e literatura”, estando a verdade acima da prática, como virtude maior.

É verdade que V. S.^a cobre Hildebrando com a égide da canonização e Inocêncio III com o da sua ciência e literatura. Mas nem eu vejo que ciência e literatura sejam sinônimos de virtude, nem creio que uma canonização constitua dogma de fé, e obste à liberdade do historiador para avaliar como entender os caracteres históricos. V. S.^a sabe perfeitamente que, fundando-se as canonizações em provas humanas, e não em fatos revelados, as decisões pontifícias a tal respeito são falíveis, o que bem se manifesta da oração, que ainda no século XIV os papas faziam na solenidade das canonizações, pedindo a Deus permitisse que não se houvessem enganado. Esta doutrina é corrente, e V. S.^a não a ignora, não poderia ignorá-la”.²³

²² *Idem*, pp. 9-10.

²³ *Idem*, p. 10.

Herculano comenta que os escritores protestantes criticaram os pontífices em questão. A seguir, complementa dizendo que os historiadores protestantes modernos também criticaram outros papas. Faz apelo à comparação para fortalecer seu argumento. A pretensão que dominaria o papa Hildebrando poderia ser verificada nas fontes e na comparação com a grande figura contemporânea ao Oitocentos: “não há nessas ideias um orgulho, uma intolerância para com os poderes da terra, que não compreenderíamos, talvez, hoje, se não tivesse vivido no nosso século uma inteligência igualmente *vasta e enérgica*, chamada Napoleão Bonaparte?”.²⁴ A síntese produzida por Herculano consistia em converter a crítica histórica em elemento moral, ao passo que seu ponto de vista reafirmava que a condenação às más práticas deveriam satisfazer a todo e qualquer cristão. A correção do mal feito seria o caminho defendido, inclusive, pela Igreja.

Em sua resposta, Herculano diz ainda que São Tomaz de Aquino também criticou Inocêncio IV e outros. Aquino, segundo o historiador, teria sido o mais profundo filósofo do século XIII. Segue-se uma argumentação no sentido de que, se Aquino é considerado um doutor da igreja e fez as críticas devidas, ele teria o mesmo direito letrado de fazê-lo. A carta é encerrada com a reafirmação da abertura à correção da *História de Portugal*, contudo, dentro dos limites da crítica erudita e histórica: “gosto de ser advertido dos erros em que caio, quando é a ciência e o talento quem se incumbe deste mister, e certifico a V. S.^a de que facilmente me retrataria, se nas suas ulteriores observações V. S.^a me convencesse de que eu errava”.²⁵

Os enfrentamentos do historiador com o clero católico não cessaram, e houve diversos desdobramentos. Suas reflexões sobre o tema, já registradas desde os textos das décadas de 1830 e 1840, o perseguiram por toda a vida. Em sua correspondência, é possível mapear como, já retirado à região de Vale de Lobos, local que escolheu para viver depois de publicada sua obra maior, Herculano ainda respondia a indagações sobre suas concepções da instituição religiosa e seu domínio no espaço público português. A título de exemplo, é possível citar as cartas trocadas com A. B. Barros Gomes, num

²⁴ *Idem*, p. 13.

²⁵ *Idem*, p. 17.

total de quatro missivas, nas quais o historiador reforça suas opiniões sobre o catolicismo.²⁶ Em julho de 1876, respondia ao seu interlocutor: “[...] admira-me a exaltação religiosa num homem de ciência, em quem, parece, os sentimentos desta ordem deveriam ser tranquilos e desassombrados. Deus não nos deu inutilmente a razão. A revelação completa-a, não a exclui. Esta é o degrau para chegarmos àquela”.²⁷ A carta supracitada é uma resposta às críticas de Barros Gomes à obra *O pároco da aldeia*, de autoria de Herculano. Ele comenta que escreveu esse livro aos 25 ou 26 anos, e que agora, aos 66, não percebia motivos para corrigi-la.²⁸ Entretanto, é importante observar que a pecha de crítico da fé católica atribuída por seus críticos não deve conduzir ao ponto de vista de um Herculano agnóstico ou mesmo ateu. A importância da religião para a ordem da sociedade era reafirmada em diversos de seus escritos. A crítica, função dos historiadores, e a reforma da sociedade apenas impunham um novo espaço à instituição e um olhar distanciado sobre ela. Uma carta a Casal Ribeiro, de 17 de dezembro de 1876, diz algo a este respeito:

A indiferença pela dor alheia, sobretudo quando impotente e obscura, é o grande vício do século. O calor parece ir-se retirando deste músculo chamado o coração humano, à medida que o cristianismo se vai alongando das consciências. A caridade torna-se num produto que, semelhante a muitos produtos da nossa indústria, se fabrica expressa e exclusivamente para as exposições ruidosas. Varremos às vezes as grandes misérias, porque também varremos as ruas. O asco incumbe-se não raro do papel da compaixão no teatro do mundo.²⁹

Ainda acerca do posicionamento historiográfico e político de Herculano no que se refere à leitura sobre os mitos religiosos, uma carta enviada a Salustiano Rodriguez Bermejo em 9 de fevereiro de 1873 importa por reforçar

²⁶ HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. Tomo I. Lisboa: Bertrand, s/d., pp. 9-29.

²⁷ *Idem*, p. 9.

²⁸ *Idem*, p. 10.

²⁹ HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d, p. 45. Conforme lembra Maria Isabel Buescu, este retorno de Herculano ao tema da polêmica com o clero, em 1876, tem como pano de fundo a publicação de seus *Opúsculos*. Cf. BUESCU. *Historiografia e mito: o caso de Alexandre Herculano in* MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel (orgs.). *Historiografia e memórias* (séculos XIX-XXI). Lisboa: Centro de História – Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – Universidade Aberta, 2012, p. 126.

um dos desdobramentos do episódio polêmico ocorrido entre 1850 e 1851. Nessa carta, Herculano comenta duas de suas obras mais conhecidas, uma da mocidade, outra da idade em que passava a romper com o mundo das letras: *Eurico* e *Historia da Inquisição*. Bermejo propunha verter para o espanhol a obra sobre o tribunal católico. Do primeiro, limita-se a tecer comentários estéticos, dizendo que é dos trabalhos entre os quais mais percebe erros. Sobre o segundo, contudo, aferiu:

Quanto à *Historia da Inquisição*, é verdade que foi escrita com intenção política, confessada na advertência preliminar, e que a introdução até o reinado de D. Manuel é superficial, porque tudo isso era apenas o prego em que eu queria pendurar o meu quadro. Daí por diante posso afirmar a V. S.^a que tudo foi escrito com o maior escrúpulo e com a mão sobre a consciência. Aquela Ilíada de atrocidades e torpezas seria inacreditável se não existissem os documentos em que estribei a narrativa, e que, felizmente, foram em grande parte impressos, depois, no *Corpo Diplomático*, publicado debaixo da inspeção de Rebello da Silva, por ordem da Academia de Lisboa. Destes documentos poderia V. S.^a talvez ajuntar alguns mais notáveis à sua tradução, que não vejo inconveniente em ser publicada debaixo do título genérico de *Páginas de Ibéria*. Não ficará, por isso, o livro mais *ibérico* do que o autor. V. S.^a é liberal, porque só um liberal traduziria a *Historia do Estabelecimento da Inquisição*, que tão profundamente afligiu e escandalizou os reacionários daqui. Não sei se é prudente vulgarizar em Espanha esse livro, porque me parece que eles têm mais poder lá do que em Portugal. Todavia, nesse ponto V. S.^a é melhor juiz do que eu.³⁰

Contanto, uma das fontes privilegiadas ao exame historiográfico da polêmica revisitada ao longo deste capítulo é, sem dúvida, o opúsculo *Solemnia verba*, de 1850, ano da querela.³¹ O documento constitui-se de duas cartas escritas por Herculano e direcionadas a A. L. Magessi Tavares, a primeira em 20 de outubro e a segunda em 6 de novembro do referido ano. Inicialmente, o historiador apresenta sua discordância com relação à crença no mito de Ourique, sem perder oportunidade de dizer que o mito religioso de

³⁰ HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d, p. 144-145.

³¹ HERCULANO, Alexandre. *Solemnia verba*. Cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

fundação da nação portuguesa em nada comprometia sua devoção nacional. “Peço a V. S.^a e aos ânimos honestos, que pensam como V. S.^a, se persuadam de que o homem que não admite certas narrativas infundadas, nem por isso deixa de ser bom português; e que se não está excessivamente inclinado a adorar o Deus de Ourique, nem por isso deixa de crer em Deus”.³² Ademais, importa acompanhar a passagem a partir da qual Herculano avança sobre o sentido historiográfico de seu trabalho:

Na questão suscitada pelo modo como tratei na História de Portugal a lenda de Ourique, e ainda outras lendas análogas, é necessário confessar que se tem partido sempre de um ponto nebuloso e flutuante. Para se chegar a um resultado preciso era necessário ter convindo em certo número de princípios, aceitar certas fórmulas de raciocínio. Não se fez isso. E todavia, a crítica histórica tem regras para a credibilidade, regras a que todo aquele que trata de tais matérias deve sujeitar-se, porque se estribam, não só na aceitação dos homens de ciência, mas também na razão comum. Estes preceitos são no nosso século, em que os estudos históricos têm feito na Europa tantos ou mais progressos que as outras ciências, assaz severos; mas essa severidade começou a desenvolver-se desde os fins do século XVII, em que a congregação de S. Mauro, aquele brilhante seminário de homens ilustres, criou a diplomática. O estudo dos arquivos, estudo alumado pela filosofia crítica, mostrou quanto havia a desprezar nessas vastas compilações de trabalhos históricos dos séculos anteriores. É de S. Germão dos Prados, do mosteiro de S. Brás da Selva Negra, e dos outros mosteiros beneditinos da França e da Alemanha, que partiu o movimento intelectual da Europa nesta parte do saber humano. O que o século presente, amestrado por maior experiência, tem feito, é apertar mais as condições da credibilidade, evitando ao mesmo tempo todo gênero de preocupação, que possa proceder dos interesses de partido político ou da incredulidade em matérias de religião; é também o ter dirigido as indagações históricas mais para o estudo da índole das sociedades, do que para os atos dos indivíduos. Não nega as tradições da antiga ciência; completa-as, aperfeiçoa-as. No exame dos monumentos, na sua confrontação tem dado exemplos de imparcialidade e de paciência, que mereceriam os aplausos dos grandes reformadores beneditinos, se pudessem contemplar os resultados da escola que eles criaram, embora a ciência moderna, como era natural, os tenha deixado bem longe de si. Os doutos que têm comparado os *Monumenta Germaniae Historica* de Pertz, os *Monumenta Historia Patria*, publicados em Turin, a Colleção dos Archivos d’Inglaterra, a continuação

³² *Idem*, p. 5.

dos *Scriptores Rerum Francicarum*, e enfim as demais publicações desta ordem com o que os maurienses nos deixaram nesse gênero, sabem que passos gigantes tem dado a crítica das fontes históricas. O uso dessas fontes, a aplicação dos preceitos a elas, tem produzido historiadores como Ranke, Guizot, Eichhorn, Savigny, Amári, e tantos outros que a Europa inteira conhece e admira. É a estes tipos que hoje forçosamente há de tentar aproximar-se quem escreve história, se não quiser desonrar a literatura do seu país. Foi essa aproximação que eu tentei, persuadido de que bem merecia por isso da terra em que nasci. Se é assim ou não, pertence decidi-lo aqueles que vierem após nós. No meio de uma revolução literária não há desafogo de ânimo bastante para se fazer inteira justiça, nem aos meus esforços, nem à candura das minhas intenções. Conheço a dificuldade de se abandonarem antigas preocupações, e seria louco se me irritasse com isso.³³

Como se pode observar, o autor do opúsculo encaminha sua argumentação a partir da descrição de um conjunto de regras da pesquisa historiográfica que estaria, já àquele tempo, acordado entre alguns países da Europa. Ele condiciona, inclusive, a aceitação de seu ponto de vista acerca dos mitos religiosos de fundação de Portugal ao conhecimento das referidas regras e dos resultados obtidos a partir delas. Na sequência, Herculano diz não precisar da ciência no seu estado atual para dar suas explicações. Considerando que a polêmica que emergiu a partir da publicação da *História de Portugal* se tornou significativa o suficiente para ultrapassar os envolvidos e ocupar páginas de jornais durante um longo período, a relevância da divulgação do fazer historiográfico no ponto de vista de Herculano foi certamente significativa. Uma longa citação de Mabillion seguia a passagem supracitada, no intento de avançar no sentido das definições que regem o trabalho com documentos históricos, sua crítica e a verdade que deles é possível extrair. O impacto público da disputa entre a versão histórica de Herculano e a opinião do clero tem registro, por exemplo, na própria fala daquele:

Eu disse que as autoridades, que estabeleceram as regras históricas aceitas por mim, serão irrecusáveis para aqueles

³³ *Idem*, pp. 6-8.

mesmos que mais ferrenhos se mostram em conservar quanto os tempos passados nos transmitiram. Essas regras, pois, ao menos as principais, permita-me V. S.^a que as transcreva aqui. Pasmem Portugal de ver uma parte do clero insultar-me nos púlpitos e na imprensa, caluniar-me nas praças e corrilhos, porque segui como historiador as doutrinas estabelecidas, *para se estudar e escrever a história da igreja*, por homens que são a glória e a honra da classe sacerdotal. Se diante dos olhos de todos, na consciência de todos não estivesse quanto eu escrevi acerca da decadência intelectual da maioria do nosso clero, parece-me que o que vou transcrever seria medida sobeja para por ela se aferir essa verdade.³⁴

Na sequência, as citações do historiador religioso Fleury, autor da *História eclesiástica*, confirmam as impressões de Herculano acerca do lugar dos milagres na narrativa da história. Após o excerto transcrito, complementa Herculano:

Não peço a V. S.^a tão cavalheiro e tão indulgente para comigo; peço ao homem que mais me odia, mas que conserve um resto de pudor, que seja juiz entre mim e os desgraçados que não se envergonham, cristãos e sacerdotes, de invocar contra a História de Portugal tais princípios e tais máximas, e que insultam, não a mim, nem o meu livro, mas os apóstolos, mas a Bíblia, mas os escritores mais sábios, mais respeitados do catolicismo.³⁵

Herculano diz que escolheu dois homens “de incontestável ciência e catolicismo insuspeito”, mas que poderia citar outros não menos autoridades.³⁶ Concomitantemente, Cícero é quem ingressa no concurso de referências do historiador ao ataque do clero: “poderia invocar a bela sentença de Cícero: *Quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer a menor falsidade, e a segunda não nos faltar jamais valor para dizermos a verdade?*”. É certo que uma parte do clero português do século XIX se ergueria para responder-lhe: – *Ignoramo-lo nós.*³⁷ O protestante João Leclerc, com posição próxima à de Cícero no que tange à verdade da história, também seria citado, com o

³⁴ *Idem*, p. 9.

³⁵ *Idem*, p. 15.

³⁶ *Idem*, pp. 16-17.

³⁷ *Idem*, p. 17.

seguinte arremate: “não me quis aproveitar dessas autoridades sumas, porque um não era cristão, outro não era católico. Parece-me que é levar longe o escrúpulo”.³⁸ Como se pode observar na leitura desse opúsculo, segue-se efetivamente uma longa doutrina em nome da verdade que pode ser considerada como propriamente histórica. Mais que apenas uma resposta ao clero português, Herculano fornece elementos à compreensão do estado da reflexão historiográfica em meados do Oitocentos em Portugal. A totalidade de textos que compõem a polêmica que foi brevemente examinada até aqui, sem dúvida, estabelece oportunos recursos à leitura historiográfica, podendo, inclusive, ultrapassar o caso particular dos envolvidos na querela. Enfim, a segunda carta encerraria, por ora, a discussão: “cessou por isso nossa correspondência. Restam mil outros meios de falar com o geral dos homens de bem e sinceros, e de dizer ao meu país as verdades, em que a guerra da maioria do clero me obriga, por própria defesa, a fazê-lo pensar”.³⁹

4.3 Convergências de uma *ética historiográfica*

O historiador no tempo, situado, localizado. A partir do fenômeno da globalização, que vivemos nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais comum a simultaneidade de tudo. Entretanto, à revelia do presentismo, hipótese formulada por François Hartog, a diferenciação entre princípios e condutas de épocas diferentes passou a ter relevância. Pelo mesmo fenômeno, encontrar variações no espaço passou a ser tarefa mais delicada. Fica claro, entretanto, que, se o intuito for investigar as diferenças entre culturas e sociedades, esforço da história, as diversas temporalidades presentes em espaços variados solicitam a comparação.⁴⁰

Situar Varnhagen, uma vez mais, em seu tempo e espaços corresponde, na verdade, a esforçar-se em libertá-lo das definições que hoje lhes são atribuídas mediante, justamente, temas e problemas que importam à

³⁸ *Idem*, p. 17.

³⁹ *Idem*, p. 68.

⁴⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

historiografia presente, atual. Como busquei deixar evidente desde o início, meu esforço de leitura é significativamente mais modesto que o objetivo de dar conta da abrangência de categorias tão amplas como cultura e sociedade, ainda que elas apareçam por vezes ao longo do texto. Ainda no início, mencionei a preocupação de Lucien Febvre, que citava Péguy para expressar o temor de um descaso dos historiadores com relação aos resultados de seu trabalho. “A história sentia-se à vontade na corrente destes pensamentos fáceis; aliás, muitas vezes o disse para comigo, os historiadores não têm necessidades filosóficas muito grandes”, dizia Febvre. “Nada de definição prévia: a história era a história...”.⁴¹ Essa avaliação do historiador francês referia-se à história da virada do século XIX para o século XX.

Na virada do século XXI, a história da historiografia, enquanto campo, área ou disciplina, situada e localizada ao lado das demais especialidades, tornou premente a atenção às diferentes definições do que vem a ser história. Neste sentido, compreender a formação e o papel dos historiadores em diferentes períodos não deixa de ser o caminho mais óbvio, mas nem por isso menos rico. Trata-se, afinal, de apreender categorias mais amplas – como cultura e sociedade – a partir de um olhar mais atento às ações daqueles que se ocuparam, no passado, do trabalho com o tempo. Com Varnhagen como uma espécie de condutor em uma viagem a diferentes épocas e lugares, sem torná-lo exótico ao seu tempo nem submisso a ele, procurei explorar um tema eminentemente político por meio de um olhar teórico ou, simplesmente, historiográfico.

Considerando, assim, o tema da ética na escrita da história um assunto, em si, de caráter político, importa dizer que uma abordagem atenta às diferenças entre os muitos recortes temporais é mais que necessária. Neste jogo entre o presente atual, interessado pelo tema ético, as possibilidades e a agenda da história da historiografia, minha intenção foi deslocar uma pauta política, presentista, para um passado relativamente próximo. O século XIX, passado de consequências, mas principalmente de dissidências com relação ao período que lhe era imediatamente anterior, garantiu, ao longo dessa

⁴¹ FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1985, p. 16.

experiência de leitura, a percepção de determinadas escolhas que justificaram o papel atribuído à história desde então (mas principalmente lá).

É significativo que Varnhagen, com pouco mais de 20 anos de idade, em 1839, já frequentasse as sessões da Academia das Ciências de Lisboa, cujas atas que registram as assinaturas dos presentes evidenciam independência em relação ao pai, Guilherme Varnhagen, também sócio e colaborador da agremiação desde 1835. A assinatura do jovem normalmente aparecia grafada a certa distância do nome do engenheiro alemão.⁴² Nas sessões de junho, julho e agosto, sua presença estava confirmada.⁴³ A esta altura, Varnhagen já era conhecido, pois em março sua contribuição à Academia, as *Reflexões Críticas*, já havia sido aceita para publicação, com algum reconhecimento. Enquanto o pai, por marca do ofício, oferecia à Academia títulos como “Esboço sobre a necessidade que há de organizar um sistema de matas em Portugal” e “Memória sobre a sementeira dos pinheiros”, o filho já inaugurava sua participação com um trabalho de base histórica.⁴⁴ O ecletismo temático da Academia das Ciências, aspecto destacado por todos que se dedicam ao exame de suas memórias e demais registros, em nada anula a importância da história como propedêutica, conhecimento de valor científico e de utilidade administrativa. “Deve-se, com efeito, dizer-se que a história não existia ainda como uma configuração definida e, desta forma, muitas das reflexões e atividades que englobamos no âmbito da história pertenciam a outras áreas, embora se difundissem também pela já então chamada área da história”.⁴⁵

Todavia, se a trajetória da história, como carreira profissional ou disciplina, ainda não estava definida no final da década de 1830, tampouco a vida de Varnhagen. A documentação reunida no processo arquivado junto ao Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, fornece informações dos desencontros que

⁴² ACADEMIA das Ciências de Lisboa. Arquivo Histórico. Livro de secretaria 39B, 1834-1844. Manuscrito.

⁴³ *Idem*, pp. 166 e ss.

⁴⁴ BAIÃO, António. *Comunicações académicas*: Fernandes Costa, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Braacamp Freire, os Távoras de Viana, o historiador brasileiro Varnhagen, Alexandre Herculano e a Academia (1844-1857). Lisboa: Separata de Memórias da Academia, 1951, pp. 67-68.

⁴⁵ TORGAL, Luís Reis. Antes de Herculano in TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 33.

se passavam.⁴⁶ Entre cartas do então militar, avisos, ofícios, avaliações técnicas e físicas, é possível acompanhar os movimentos que levaram à frustração de Varnhagen com a carreira no Exército e seu paulatino interesse pelos estudos acadêmicos. Ele concluiu, em agosto de 1832, o curso no Real Colégio Militar. Em 9 de agosto do ano seguinte, apresentou-se ao Comando Geral da Artilharia, com seus documentos comprobatórios, a fim de servir ao Exército português, “com as mesmas vantagens e considerações concedidas aos demais alunos que saíram do dito Colégio”.⁴⁷ Em 1836, após dois anos e quatro meses, Varnhagen passou por exame para progressão na hierarquia.⁴⁸ Até 1838, ainda é comum ver o já 1º Tenente do Estado Maior da Artilharia em busca de reconhecimento no âmbito da carreira militar. Envolvido em combate na defesa dos restauradores liberais, a favor do Duque de Bragança e de Dona Maria da Glória e contra a restauração absolutista de D. Miguel, o reconhecimento viria, sobretudo, a partir de 1839. Com registro no Livro 24, “manda a Rainha pela Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra que o primeiro Tenente do Estado Maior da Artilharia, Francisco Adolfo de Varnhagen, passe a servir de Membro da Comissão da respectiva arma. Passo das Necessidades, 22 de outubro de 1839”.⁴⁹

Contudo, naquele mesmo ano, Varnhagen, por intermédio de seu superior, encaminhava pedido à rainha para que passasse da Artilharia à Arma de Engenharia, “para a qual tem vocação, e cujo curso completou com tal destino desde o 1º ano até ao último na Escola do Exército”. No início de 1840, o superior encaminhou o pedido de transferência, destacando os méritos do oficial.⁵⁰ Figura encontrada com facilidade nos registros da Academia das Ciências, a vida do oficial do Exército passa por uma mudança abrupta a partir de 1841. Ao ingressar com pedido de avanço à patente de capitão, em julho do referido ano, as justificativas de Varnhagen, além daquelas relacionadas ao

⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Processo nº 61. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção. Manuscritos. Expresso minha gratidão ao professor Eduardo Duarte, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, pelas preciosas indicações sobre a atuação militar de Varnhagen, além de sua participação em periódicos literários dedicados à história da arte e do patrimônio em Portugal.

⁴⁷ *Idem*, Processo nº 61/1. Manuscrito.

⁴⁸ *Idem*, Processo nº 61/7. Manuscrito.

⁴⁹ *Idem*, Processo nº 61. Avulso. Manuscrito. Ver também, no mesmo processo, documento 12.

⁵⁰ *Idem*, Processo nº 61/13. Manuscrito. Ver também, no mesmo processo, documentos 15 e 16.

tempo de aperfeiçoamento no Colégio Militar, estavam relacionadas com sua “fidelidade” para com sua majestade, “expondo-se aos insultos de miguelistas, que alguns colegas seus, alistando-se espontaneamente nesse tempo no Exército usurpador, no qual só deixaram de servir quando a Capital foi restaurada”.⁵¹ O solicitante chega a narrar o seguinte, no intuito de fortalecer seu argumento: “pois que um de seus camaradas foi promovido a esse posto por haver procedido por uma maneira oposta”.⁵²

Ele explica que perdeu a última oportunidade de promoção por estar fora do país, em viagem ao Brasil, “que efetuou a sua custa para aumentar a sua instrução, pelo que se julga habilitado a fazer serviços à Nação nas colônias da África, ao que se propõe; porém que ciente de seus direitos ao posto de Capitão em Portugal, não pode resolver-se a obtê-lo por sua passagem para ultramar”. Como se pode observar, a prova máxima de Varnhagen, no longo documento que pretendia arrazoar sua promoção a capitão, era baseada em lealdade militar e adequação política, ou, dito de outra forma, comprovação de caráter e dever cívico. Repete mais uma vez, antes de encerrar, “que o seu procedimento evitando o serviço do usurpador [D. Miguel] é digno de consideração e o faz de alguma maneira distinto”.⁵³ O despacho com a negativa ao pedido chega pouco tempo depois.⁵⁴ Cerca de três meses depois do resultado, Varnhagen pede demissão do corpo militar português. No requerimento, ficara o registro do recente pedido de promoção que lhe fora negado e, ainda, conforme o redator do documento, sua “justiça e razão” na apresentação dos “diversos princípios” expostos com vistas ao cumprimento da promoção.⁵⁵ Em 14 de fevereiro de 1842, o militar letrado enviou mais uma correspondência à rainha, na qual suplicava a demissão do cargo que ocupava, “declarando ser-lhe impossível continuar no posto de 1º Tenente da

⁵¹ *Idem*, Processo nº 61/20. Manuscrito.

⁵² *Idem*. Além do documento oficial do Exército, ver a carta escrita por Varnhagen e também anexada ao seu processo militar, missiva datada de 22 de junho de 1841 e endereçada diretamente à Dona Maria. Processo nº 61/19.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ *Idem*, Processo nº 61/21. Manuscrito.

⁵⁵ *Idem*, Processo nº 61/23. Manuscrito.

Artilharia”.⁵⁶ Pouco tempo depois, Varnhagen estaria livre de seus compromissos militares.

Ao recuperar as investigações de caráter biográfico de Claro Lessa, Temístocles Cezar recorda o impacto, na leitura do primeiro, que tal fracasso havia representado para Varnhagen. O pedido de demissão teria vindo em função da negação ao pedido de promoção. Ainda é Cezar que, em sentido mais amplo, sugere a indagação do ponto de vista de Varnhagen, considerando-se esta e outras derrotas que enfrentou ao longo de sua existência. “Podemos nos perguntar então se Varnhagen não teria escrito do ponto de vista de um vencido?”.⁵⁷ Importa observar que a análise de Cezar é encaminhada a partir de uma premissa bem clara que considera a importância dos deslocamentos, físicos e intelectuais, de Varnhagen nos resultados de seus trabalhos. Na carta enviada à rainha – citada anteriormente –, Varnhagen destaca a importância de sua recente viagem ao Brasil como colaboração à sua “instrução científica”.⁵⁸ É preciso ter claro o fato de que sua simultânea circulação na Academia das Ciências faz desse argumento utilizado a seu próprio favor algo absolutamente compreensível. De qualquer maneira, este nível de troca entre espaços diversos, pelo evidente fato de que os mesmos que pertenciam aos ambientes letrados também exerciam outras atividades não pode ser desconsiderado. É provável que este nível de análise não permita avançar no problema que se refere ao avanço da história por sobre as demais áreas e saberes disciplinares entre o final do século XVIII e início do século XIX, no mundo ocidental, porém, sem dúvida pode fornecer algumas indicações daquilo que se tornou efetivamente a história naquele período. Se é pertinente a reflexão sobre determinado *ethos* do historiador no Oitocentos, exame que pode auxiliar na compreensão da historiografia daquele tempo, as interpretações apresentadas até aqui podem servir, neste caso específico, e serão retomadas mais adiante.

⁵⁶ *Idem*, Processo nº 61/25 e 26. Manuscrito.

⁵⁷ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 193.

⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Processo nº 61/19. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção. Manuscritos.

Varnhagen, entre 1833 e 1843, poderia ser encontrado na frente de batalha ou nas dependências do Exército português, nas sessões da Academia das Ciências de Lisboa e, ainda, no mundo dos periódicos e folhetins instrutivos. Desde 1840, como já foi dito no primeiro capítulo deste trabalho, também estava no IHGB. Sua marca em *O Panorama* e na *Revista Universal Lisbonense* também já foi comentada. Predominava o fundamento histórico em quase tudo o que escrevia, inclusive quando enveredava para a ficção. Porém, na lógica dos conhecimentos úteis e no incentivo científico à indústria, é possível ver Varnhagen ceder títulos à publicação como o seguinte: “Conselho de amigo a quem tiver olivae”.⁵⁹ Há ainda outro exemplo, uma tradução: “Agricultura, tradução de Baspail”.⁶⁰ Apesar de envolvido em polêmicas eruditas, como as que foram analisadas no segundo capítulo, ele seguia suas atividades em todas as frentes que estivessem ao alcance.

As diversificadas possibilidades do saber histórico poderiam não estar em todos os estudos técnicos de Varnhagen, mas certamente estavam em suas funções letradas e em sua vida, de modo geral. Seu interesse pela arquitetura é outro exemplo disso. A *Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belem* constitui outro exemplo. Editado em 1842, o texto é aberto com as seguintes palavras: “A paixão – que paixão lhe podemos chamar – com que nos temos inclinado à arquitetura – à não clássica principalmente – e o desejo de dar a conhecer um *estilo* original português não definido até agora, com seus principais caracteres, fizeram ocorrer a ideia de o apresentar no seu verdadeiro e mais qualificado tipo – Belém”.⁶¹ Escrito para publicação fascicular em *O Panorama*, Varnhagen achou por bem preparar uma edição em folheto revista e com notas que considerava importantes. Segundo ele, a arquitetura portuguesa, no que tangia à linguagem técnica, era ainda pouco conhecida e estudada. “Procuramos reunir à exatidão o método e necessária clareza, fugindo não só de fazer diversões e de romancear os assuntos, como de nos

⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Conselho de amigo a quem tiver olivae. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, n° 6, 1841, p. 62.

⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Agricultura, tradução de Baspail. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, n° 33, 1842, p. 395-396.

⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Noticia Historica e Descritiva do Mosteiro de Belém*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842, nota de abertura sem página.

excedermos no jornal – se é que não o chegamos a fazer já com ideia nesta edição à parte”.⁶² O autor do panfleto demonstrava assim total clareza acerca dos propósitos de um semanário como *O Panorama* e os objetivos de seu trabalho.

Munido de diversos documentos escritos, Varnhagen inicia sua análise a partir de uma leitura eminentemente histórica, reconstituindo o contexto no qual o projeto de construção do conhecido mosteiro dos Jerônimos às margens do Tejo e próximo à zona de importantes portos foi desenvolvido, além de suas idas e vindas ao longo das décadas de obras. A segunda parte foi resguardada à caracterização propriamente arquitetônica, no que diz respeito à história da arquitetura. É neste ponto que o pesquisador e crítico expõe os quadros do renascimento e seu impacto no início do século XVI, quando o Mosteiro de Belém passou a ser trabalhado. De um lado, a vulgarização dos clássicos: Aristóteles, Horácio, Virgílio, Xenofonte e Tito Lívio; de outro, uma mescla pouco harmoniosa entre os legados arquitetônicos antigos e o estilo medieval. “Era tudo um caos, tudo anarquia, tudo insubordinação e desobediência aos princípios seguidos antes, e ignorância muitas vezes dos que se passavam a seguir, quando Belém veio ao mundo”.⁶³

Na leitura do pesquisador, o rei D. Manoel, que havia reformado o reino em diversas esferas – legislativa, monetária, etc. –, não deixaria de marcar também a arte arquitetônica de sua época. “E com efeito as esferas armilares e as cruces de Cristo são os mais comuns ornatos de toda essa arquitetura, pertencente sim, em geral, à época anárquica do renascimento, mas constituindo em Portugal um estilo particular *sui generis*, que ainda se há de caracterizar com o nome talvez de *manuelino*, quando por cá se der importância à arquitetura, que de certo está muito longe de consistir nas regras materiais de Vignola e seus numerosos comentários seguidos nas escolas”.⁶⁴ Varnhagen sugeria, na sequência, a observação de uma série de registros de reformas na arquitetura em cidades como Coimbra, Batalha, Tomar, Évora, Alcobaça e outras obras também em Lisboa. “Só um tal estudo, feito depois de

⁶² *Idem*, nota de abertura sem página.

⁶³ *Idem*, p. 9.

⁶⁴ *Idem*, p. 9, itálico no original.

muita observação, nos poderá conduzir a estabelecer com firmeza os caracteres desse estilo manuelino, cujo tipo é Belém”.⁶⁵ O historiador chega a fornecer dez dos caracteres que definiriam o dito estilo. As próximas nove partes do texto exploram justamente a investigação descritiva do Mosteiro de Belém, e, enfim, o último capítulo aborda a Casa Pia, instituição responsável por acolher e educar órfãos. Convertidos em alunos, os jovens necessitados tinham acesso à alfabetização e artes em geral. Nesta passagem, o autor aproveita e esboça suas preocupações com a instrução pública, bem ao modo da ilustração portuguesa da época, bastante presente em *O Panorama*, espaço para o qual o estudo sobre o mosteiro havia sido produzido e escrito.

Um ano depois da publicação do texto sobre o estilo arquitetônico do mosteiro de Belém, um artigo de mesmo teor fora editado em um periódico intitulado *Jornal das Bellas-Artes*, que circulou a partir de outubro de 1843, também assinado por Varnhagen. Publicação controlada pelos mesmos nomes que geriam *O Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense* e o *Archivo Pitoresco*, o mencionado texto foi divulgado já no primeiro número da revista. Tendo Almeida Garret como presidente, a redação contava ainda com Antonio da Silva Tulio, Alexandre Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, Antonio Maria de Sousa Lobo, Luiz Augusto Rebello da Silva e outros nomes que se revezavam neste tipo de publicação. Almeida Garret esclarecia na introdução alguns dos objetivos do jornal:

Difundir os bons princípios, vulgarizar o conhecimento dos bons exemplos, vir em auxílio da sublime e patriótica ideia que organizou a Academia das Bellas-Artes de Lisboa e os outros Institutos conexos, ilustrar as nossas glórias artísticas, esclarecer a opinião em todos estes pontos tão importantes, foi pois o pensamento que reuniu a Associação de Artistas e homens de letras que empreendeu a presente publicação.⁶⁶

O enfoque nas belas artes portuguesas, entretanto, apesar de exigir um exame particular, dentro de um âmbito de reflexão teórica conhecida por

⁶⁵ *Idem*, p. 10.

⁶⁶ GARRET, João Baptista de Almeida. Introdução. *Jornal das Bellas-Artes*. Tomo I, n. I, outubro, 1843, p. 1.

Herculano, Garret e outros, não menosprezava os fundamentos da crítica histórica. Na mesma introdução, pode-se ler:

Não se permitirá de modo algum que o empenho em agradar, e de *fazer efeito*, altere o rigor histórico com que os enfeites do romance ou da poesia, que a natureza de tais assuntos tão naturalmente parece estar provocando. Resistir-se-á ao exemplo tão comum, e à sedução tão tentadora das belezas poéticas que desses desvios têm resultado. – Será história só o que se der por história.⁶⁷

A repetição de posições como a supracitada evidencia a concepção de história da época e sua abrangência. Não é sem razão que os modos como o conhecimento histórico seria incorporado à ficção, à política, à crítica de arte, em sentido geral e, inclusive, à vida privada dos indivíduos (com no caso dos argumentos biográficos de Varnhagen em sua solicitação de progressão profissional), conformariam a prática da pesquisa e o resultado final, o texto dos letrados daquele período e sua imagem pública. A colaboração varnhagueniana tinha por título “Porta lateral da Igreja de S. Julião, em Setubal”. Em duas páginas, a análise reforça o interesse do autor do texto pela arquitetura, inclusive ao precisar os estilos religiosos que mais lhe agradavam: o egípcio, o mourisco da Espanha meridional e o cristão-romântico.⁶⁸ A análise da porta de uma igreja na cidade de Setúbal, Portugal, é possibilidade para Varnhagen reconstituir, ainda que sinteticamente, detalhes da história da arquitetura religiosa desde o período medieval. Ao tratar da mudança ocorrida no século XII, com o surgimento das ordens dos mendicantes, entre a visão de um Deus adorado por seu poder e outro que pregava a humildade, segundo o autor, “aparecera assim a chave de toda a civilização moderna, a doçura dos costumes”. Além disso, importa mencionar que em 1843, novamente, o estilo arquitetônico do mosteiro de Belém, que seria seu objeto de investigação anos depois, estava registrado neste pequeno texto do *Jornal das Bellas-Artes*. Ao comparar duas das portas da Igreja de Setúbal, Varnhagen comenta:

⁶⁷ *Ibidem*, p. 2. Itálico no original.

⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Porta lateral da Igreja de S. Julião, em Setubal. *Jornal das Bellas-Artes*. Tomo I, n. I, outubro, 1843, p. 43.

(...) quando a da nossa estampa, se apresenta menos graça, provém de ser demasiado carregada, e superabundante de ornatos, sem harmonia, pois se a tivesse podia até apresentar nichos e imagens e todavia ficar esbelta, como vemos em Belém, tipo do estilo manuelino, em que este fragmento ainda vem a compreender-se, apesar de que pareça ter recebido o seu traçado alguma inspiração profética do gênio de Borromini.⁶⁹

No fundamental, ao utilizar o termo “manuelino” para definir supostos padrões arquitetônicos portugueses do período dos descobrimentos, Varnhagen inseriu, à época, o uso da expressão entre os letrados e suas definições e forneceu, posteriormente, recurso para debates e críticas à sua leitura e aos limites do conceito por ele cunhado na história da arte portuguesa. Na importante obra organizada pelo historiador de arte português Paulo Pereira, pode-se acompanhar a polêmica em torno do termo e uma interpretação da leitura que levou à conclusão presente no estudo sobre Belém:

De facto, coube a Francisco Adolfo de Varnhagen defini-lo enquanto *estilo* na obra que se ocupava do estudo dos Jerónimos, intitulada *Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém*, de 1842. Ao comparar os Jerónimos com outras obras do reinado de D. Manuel e ao encontrar elementos comuns em muitas delas irá classificá-las sob a categoria de *architettura manuelina* ou *architettura emmanuelina*, adiantando mesmo seus “dez caracteres definidores”. (...) A expressão “architettura manuelina” depressa entrou no jargão intelectual da época sendo rapidamente adoptada, quer pelos meios mais informados arqueologicamente, representados por Luís Mourinho de Albuquerque que na altura desenvolvia importantes trabalhos de restauro na Batalha, que pelos meios intelectuais em grande medida representados por Almeida Garret e Alexandre Herculano, que se encarregariam de lhe dar circulação e audiência nacional.⁷⁰

⁶⁹ *Ibidem*, p. 44.

⁷⁰ PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da arte portuguesa*. Quarto volume. Do “modo” Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI). Autores: Maria José Goulão, Ana Cristina Leite, Paulo Pereira e Nuno Vassallo da Silva. Rio do Mouro: Círculo de Leitores e autores. Reimpressão da 1ª edição, em 3 volumes, 1995-1997, impressa e encadernada em julho de 2007. Printer Portuguesa. Casais de Meni Martins, p. 51. Agradeço sinceramente a Ricardo Mendonça,

No meio em que circulava e com todas as limitações técnicas, o ponto de vista histórico e sua “notável intuição”, como comenta Pereira, possibilitaram a Varnhagen participar do processo de historicização patrimonial em Portugal, mediante o diálogo entre a análise descritiva e os documentos escritos. No auge da restauração portuguesa, o novo sentido lançado aos prédios históricos garantia, conforme Manoel Salgado Guimarães, “uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado”.⁷¹

Varnhagen foi este nome que percorreu os diversos espaços, geográficos ou do papel. Frequentou instituições as mais diversas, as páginas mais variadas. Autor de grandes obras, algumas já exploradas nas diversas áreas das humanidades, como, evidentemente, sua *Historia geral do Brasil*, a coletânea poética *Florilégio da Poesia Brasileira*, a *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil*, entre tantos outros trabalhos dos mais diversos teores. Um nome que, quando do lançamento de sua grande obra histórica, preferiu omitir-se, no intuito de preservar no anonimato seu sobrenome alemão. O mesmo nome que, mais tarde, nos últimos anos da vida, se resguardou por detrás do título de Visconde de Porto Seguro.⁷² Entre as folhas periódicas e publicações avulsas, desde a juventude, a assinatura, entretanto, dominava. Até onde tive oportunidade de observar, são raros os trabalhos apócrifos de Varnhagen.

Entre um Portugal às voltas com reformas liberais e o governo quase absolutista de Pedro II, no Brasil, Varnhagen circulou e circunscreveu a formulação de tempos históricos revistos tanto lá quanto cá. Ao longo da vida,

doutorando na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, pelas informações sobre a participação de Varnhagen na história da arte portuguesa oitocentista.

⁷¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Vendo o passado: representação e escrita da história. Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2007, p. 15.

⁷² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*. Coimbra: Editora Limitada, 1943, p. 16.

Varnhagen não parece caminhar rumo ao afastamento das lições dos antigos e dos valores do regime que se alterava rumo ao liberalismo, ainda que a convocação de Cícero e outros clássicos seja algo raro, até mesmo em função de seu precoce ingresso em um mundo das letras significativamente pragmático e crítico. Entre polêmicas no seio do IHGB e colaborações diversas em periódicos portugueses que, sem dúvida, o ligavam a Herculano e demais nomes relevantes da imprensa de Lisboa, o militar, investigador de arquivos, poeta, crítico de arte e diplomata forjou, à revelia da falta de identidade desse personagem público do século XIX, uma determinada *ética historiográfica* para os historiadores que, seguramente, não foi criação individual nem tampouco restrita ao recorte espaço-temporal determinado para este estudo. As injunções temporais que confirmam, em uma perspectiva histórica, o marco da década de 1830 para as histórias do Brasil e de Portugal, assim como, por motivos diversos, deflagram a centralidade da década de 1850 para as obras de Herculano e de Varnhagen, merecem ser observadas com apuro.

É importante, enfim, lembrar que o mesmo Varnhagen que, em meados da década de 1870, já com idade avançada, ainda se regozijava com títulos de nobreza – lembre-se que antes de ser Visconde foi ele Barão – em 1842, recém atingida sua maioridade, já estava habituado às regras da passagem do tempo. No elogio histórico escrito por ele em honra ao falecido Ignacio da Costa Quintella, resumiria: “honrado em toda a vida, de caráter firme e enérgico, justo e integérrimo nos empregos, intrépido nos perigos, simples na grandeza, grande na adversidade, aplicado nas horas de ócio, religioso sem fanatismo, e quase ascético desprezador das honras do mundo [...]”.⁷³ As complementaridades entre o universo letrado do século XIX e os seus acordos com o passado lançam, mais de um século depois, caras indagações aos nossos dilemas quanto ao espaço público e às responsabilidades do historiador.

Acerca dos compromissos dos historiadores, para além do debate contemporâneo, é pertinente o retorno a outros períodos da história para que se possa verificar como determinadas práticas que faziam parte da agenda

⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Elogio Histórico do sócio Ignacio da Costa Quintella. *Memórias do Conservatório de Lisboa*. Lisboa: S.I, s.n., 1842, p. 8.

daqueles que investigavam o passado conformaram acordos e opiniões que foram muitas vezes naturalizados posteriormente, esquecidos ou encampados por outras especialidades do conhecimento. A exposição de Herculano no ambiente de imprensa português e suas proposições no que tangia à participação das diversas esferas políticas e institucionais, como percebido ao longo dos dois últimos capítulos, lançam algumas indagações que podem alimentar a discussão que pretende esclarecer o que se convencionou chamar “usos do passado”. Em sentido semelhante, as práticas investigativas e as formas de relacionamento com o tempo que Varnhagen e outros homens de letras de sua época desenvolveram conduzem à iniciativa de repensar os modos como especificamente historiadores produzem e divulgam seu trabalho. Ainda há muito a avançar nestes pontos, e retornar ao presente após esta inserção no cotidiano dos dois historiadores do século XIX reforça esta necessidade, este salutar compromisso. Longa vida à tarefa do historiador.

Considerações finais

É também muito importante que saibamos *aprender* no domínio da ética.

Karl R. Popper, *Sociedade aberta, universo aberto*

Longa vida à tarefa do historiador. O fecho do último capítulo desta tese foi inspirado na conclusão do texto de uma conferência da intelectual norte-americana Susan Sontag (1933-2004), proferida em março de 2004 na Cidade do Cabo.¹ Em meio às dúvidas quanto à permanência do romance como gênero narrativo, Sontag reforçava sua crença na sobrevivência do interesse e da necessidade humana de contar histórias e no valor do ofício do romancista. Entre outras leituras e sugestões de desdobramentos para a análise que apresentei em minha dissertação de mestrado, este texto estimulou à investida que resultou na preocupação maior deste trabalho: desenvolver o argumento sobre a presença de preceitos éticos na escrita da história no século XIX, verificados para os âmbitos letrados brasileiro e português. Ainda que este termo filosófico não estivesse presente no campo discursivo que circunscreve as fontes utilizadas, a inquirição, em regime de descontinuidade, buscou problematizar alguns aspectos deontológicos do ofício do historiador que, em geral, ficavam subsumidos em análises historiográficas correlatas realizadas anteriormente.

Os estudos historiográficos dedicados à análise das diversas operações historiográficas oitocentistas, em diferentes contextos, associados à atenção à problemática das temporalidades e, em especial, às concepções de história advindas das variantes nas experiências temporais de cada sociedade, conduziram ao olhar atento à figura do historiador. No percurso entre presente e passado, cruzamento frequente e consciente desde o início deste relato, foi possível contrapor os meios pelos quais historiadores de hoje lutam na justiça pelo direito ao reconhecimento de sua categoria profissional aos modos como,

¹ SONTAG, Susan. Ao mesmo tempo: o romancista e a discussão moral. Conferência Nadine Gordimer *in Ao mesmo tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

no não tão distante século XIX, os homens de letras passavam a lidar de maneira diversa com suas responsabilidades públicas. Refiro-me aqui, no que diz respeito ao primeiro ponto, ao Projeto de Lei 4699/2012.² No dia 28 de maio deste ano, o parecer final foi aprovado por unanimidade junto à Câmara dos Deputados. Esta conquista, que não deixa de ser uma intervenção do historiador no espaço público, ainda que em causa própria, chama atenção ao fato de que, passado pouco mais de 150 anos dos inícios da historiografia disciplinar no Brasil, o historiador é um profissional que sente necessidade em legitimar-se.

Conforme tentei demonstrar, o reconhecimento daqueles que se ocupavam com o estudo do passado no Oitocentos partiu, no contexto que foi aqui verificado, de ações e investimentos do poder monárquico. No Brasil ou nos países europeus nos quais interagiam letrados de formação muito diversa, a necessidade em relação ao conhecimento e conformação do pretérito fez do historiador – ainda não profissional – figura pertinente. O interesse por períodos remotos das nações indicava à figura conhecedora dos arquivos, mas ainda não ao especialista. Hoje, com um tempo presente alargado, a oportunidade para instauração da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, na Casa Civil da Presidência da República, a partir do Projeto de Lei 7.376-A/2010, demanda aos historiadores que sejam, sobretudo, especialistas em memórias. Estas operações que envolvem o passado com finalidade de justiça têm sua própria história, e não há dúvida de que elas envolvem questões éticas, mas também epistemológicas – assim era no século XIX.³

A singularidade do interesse pelo passado pode ser percebida nas manifestações em torno das utilidades da história, vista como um esforço coletivo que resultaria tanto na elaboração das grandes histórias nacionais quanto em sínteses com fins didáticos e materiais de divulgação em termos mais gerais. Tanto no projeto de historiografia nacional levado a cabo pelo IHGB quanto no investimento de sociedades de particulares, como a

² Cf. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>. Na verdade, este projeto tem origem em outro anterior, nº 368/2009, do mesmo autor.

³ TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012. Ver também: BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History and Theory*, 47 (May 2008), pp. 149-167; TOZZI, Verónica. The epistemic and moral role of testimony. *History and Theory*, 51 (February 2012), pp. 1-17.

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (Lisboa), patrocinadora de *O Panorama*, ou a *Madrépora* (Rio de Janeiro), que financiava o *Arquivo Pitoresco*, os homens de letras, em suas diversas especialidades profissionais, eram convocados a colaborar com a reunião de saberes que serviriam à instrução pública. Este compromisso cívico de promoção de conhecimentos e de educação do povo vai garantir a sobrevivência de excertos antigos de Cícero, Plutarco e tantos outros nas páginas de semanários e jornais. Por outro lado, as remissões de autores antigos não deixariam de aparecer também nas páginas dos periódicos institucionais, como a *Revista do IHGB* ou nas polémicas eruditas de Herculano, como se pode observar. Este relacionamento particular com o saber histórico, pleno de ação, muito próprio da política, é o que fundamenta parte de uma explicação possível para este diálogo processado pelos modernos ainda no século XIX. Neste sentido, política e moral andam em conjunção no impulso ao saber histórico.⁴ Como alerta Jörn Rüsen, talvez neste ambiente no qual “o saber histórico se torna verdadeiramente vivo” resida uma série de indagações ainda por serem exploradas pela historiografia, pois, ainda de acordo com o historiador alemão, o debate sobre os usos práticos da história não se esgota na reflexão dita de objetividade.⁵

No que se refere à divulgação, não há dúvida de que o romance desenvolvido por Alexandre Herculano e outros, no período, possuía um caráter didático, cuja aprovação fora confirmada pela tiragem dos periódicos literários analisados. A pretensão da verossimilhança fazia com que os letrados buscassem nos documentos históricos elementos para a construção de suas tramas e personagens, cujas lacunas seriam preenchidas pela imaginação. Essa complementação do factual pela imaginação, e vice-versa, fazia parte da rotina dos escritores. As informações sobre o passado prestavam-se aos mais diferentes discursos, o que permite e estimula uma reflexão que conecta, no século XIX, elementos poéticos e pressupostos éticos. A ficção produzida a partir de documentos e as investigações de arquitetura e monumentos em

⁴ TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Apartado 8: Publicações Europa-América, 1992, pp. 7-21.

⁵ RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p. 10.

geral, realizadas por letrados, além disso, influenciaram práticas de investigação e estratégias de comprovação e validação histórica, além da própria narrativa dos historiadores.⁶

Desse modo, pode-se argumentar que, a partir do deslocamento do tema ético a períodos diversos de nossa historiografia, se abre a possibilidade de inventariar práticas e preceitos que nos auxiliem a observar determinados recortes e contextos a partir de novas perspectivas e, por conseguinte, fornecer elementos ao debate atual sobre o assunto. Como última observação, neste prisma, ocorreu, no último dia 29 de outubro, uma jornada promovida pela Associação Nacional de História (Anpuh), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, chamada “História e Ética”. Entre os resultados mais práticos dos debates, conforme nota divulgada pela Anpuh, houve a exposição do Grupo de Trabalho Ciências Humanas e Sociais da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (Conep), cuja atuação respaldou adaptações importantes na regulamentação do órgão no que tange ao reconhecimento das particularidades das humanidades no conjunto maior das ciências.⁷ Contudo, o que importa destacar, por fim, ainda conforme a nota informativa sobre o evento, os temas predominantes nas discussões da jornada foram: as relações entre ética e compromisso com a busca da verdade, o papel público do historiador, os cuidados éticos nos trabalhos da História Oral, o problema do plágio e os desafios implicados no ensino de história. Qualquer relação com assuntos que emergem dos documentos do século XIX não terá sido mera coincidência.

⁶ HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013.

⁷ Cf. http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=5177.

Referências bibliográficas

Fontes primárias:

ABREU e LIMA, José Ignacio de. *Compendio da Historia do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 1. Disponível em: <http://www.books.google.com.br>.

ACADEMIA das Ciências de Lisboa. Arquivo Histórico. Livro de secretaria 39B, 1834-1844. Manuscrito.

ARCHIVO PITTORESCO. *Semanario Illustrado*. Lisboa: Castro, Irmão & Cia, 1857-1868.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 9-18, 1839.

BREVE NOTÍCIA sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839.

CHRONICA do Descobrimento e conquista de Guiné. Por Gomes Eannes d'Azurara, Paris, 1vol. 1841, Edição nítida. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, n. 2, pp. 34-36.

ESTATUTOS da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Aprovados por Sua Magestade Fidelissima em 15 de Outubro de 1834. Lisboa: na Typpographia da mesma Academia, 1834. Com Licença de Sua Magestade.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Algumas cartas copiadas no arquivo de Ferdinand Denis*. Coimbra: Editora Limitada, 1943.

GARRET, João Baptista de Almeida. Introdução. *Jornal das Bellas-Artes*. Tomo I, n. I, outubro, 1843, pp. 1-2.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história e a literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a história de Portugal. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, n. 27, pp. 316-317; n. 29, p p. 341-343; n. 33, pp. 395-396; n. 37, pp. 437-439; n. 41, pp. 485-487; n. 44, pp. 516-518; 1843, n. 1, pp. 18-20; p. 31; pp. 42-44; pp. 55-56; pp. 67-68; pp. 75-78; pp. 78-80.

HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. Tomo I. Lisboa: Bertrand, s/d.

HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. Tomo II. Lisboa: Bertrand, s/d.

HERCULANO, Alexandre. *Considerações pacificas sobre o opúsculo Eu e o clero*. Carta ao redactor do periodico – A Nação, por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

HERCULANO, Alexandre. Conversão dos godos ao catholicismo *in Composições varias*. Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos e Cia Editores, s/d., pp. 3-30.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero; O monge de cister*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

HERCULANO, Alexandre. Historia de Portugal pelo Sr. A. Herculano (Carta do autor). *Revista Universal Lisbonense*, Tomo V. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1846, p. 509.

HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal*. Tomo primeiro, Lisboa, em casa da viúva Bertrand e filhos, 1846.

HERCULANO, Alexandre. Imitação-Bello-Unidade. *Repositório Literário da Sociedade das Sciencias Médicas e de Literatura do Porto*, n. 7, pp. 53-56; n. 8, pp. 61-64; n. 9, pp. 70-71; n. 11, pp. 84-88, 1835.

HERCULANO, Alexandre. *O clero portuguez*. Lisboa: Typographia do Constitucional, 1841.

HERCULANO, Alexandre. *Sôbre história e historiografia* (Da “História de Portugal” e dos “Opúsculos”), por Alexandre Herculano (selecção, prefácio e notas de António Sérgio). Lisboa: Seara Nova, 1937.

HERCULANO, Alexandre. *Solemnia verba*. Cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero por Alexandre Herculano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1860.

MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 381-403.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil”. *Revista do IHGB*, 1863, pp. 121-143.

MONGLAVE, Eugène de. *Statuts Constitutifs de L’Institut Historique*. Lata 137, doc. 50, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fontes da história da Igreja católica no Brasil*. Separata da *Revista do IHGB* (jul./set., 1953), Rio de Janeiro, 1954.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França e accresentada de alguns commentarios por Francisco Adolfo de Varnhagen. Terceira edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A morte de Napoleão. Ode de Manzoni (*Il 5 Maggio*). Trad. Por F. A. de Varnhagen. Seguido de *Ao A. d’Esta Ode* (o Traductor). *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses phisicos,

moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847, n. 2, pp. 417-418.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?*, Vienna d'Austria. Imp. do Filho de Carlos Gerold, Edição por conta do Autor, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Agricultura, tradução de Baspail. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, n° 33, 1842, p. 395-396.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Amador Bueno*. Drama épico-historico-americano. Em 4 actos e 5 mutações. Edição particular, Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. BibliographiaPortuguesa. Chronica do descobrimento e conquista de Guiné. Geschaefervon Portugal, von Dr. Heinrich Schaefer, etc. Historia de Portugal pelo Dr. Henrique Schaefer etc. 1.° vol. Hamburgo 1836; 2.° idem 1839 – 8.° O 1.° de 487 pag., e o 2.° de 667. A mesma obra traduzida do allemão em francez por *Henri Soulange Bodin*. – 1.° vol. De 8.° max. – 571 pag. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, n. 2, pp. 23-24.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Biographia dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de D. Antonio Filippe Camarão. *Revista do IHGB*, 1867, p. 501-508 (Parte primeira); p. 419-428 (Parte segunda) (citação, p. 428).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Chronica do descobrimento do Brazil. O *Panorama*: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, 1840, vol. 4, 18 (I), p. 21-22, 1 (II), p. 33-35, 8 (II), p. 43-45, 15 (II), p. 53-56, 29 (II) p. 68-69, 14 (III), p. 85-87, 28 (III) p. 101-104.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Conselho de amigo a quem tiver olivae. *Revista Universal Lisbonense*. Jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios. Por uma Sociedade Estudiosa. Lisboa: Imprensa Nacional, n° 6, 1841, p. 62.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Elogio Historico do sócio Ignacio da Costa Quintella. *Memorias do Conservatorio de Lisboa*. Lisboa: S.I, s.n., 1842.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos deles tudo precedido de um ensaio histórico sôbre as letras no Brazil*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1946.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Cidade do Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955 [1871].

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro, Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil. Isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a sua magestade imperial o senhor D. Pedro II*. No Rio de Janeiro, em caza de E. e H. Laemmert, Madrid: Imprensa de J. del Rio, Tomo segundo, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Juizos preventivos. *Revista do IHGB*, 1850.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brasil. *Revista do IHGB*, 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial organico, que a consideraçam das assembleias geral e provinciaes do imperio*. Apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil, 1849.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Noticia Historica e Descriptiva do Mosteiro de Belém*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramurú perante a historia. Dissertação apresentada ao Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. *Revista do IHGB*, tomo X, 1848, pp. 129-152.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os Índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*. Pelo autor da Historia geral do Brazil. Apostilla e nota G aos nº 11 e 12 do Jornal do Timon; timonice, etc. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Porta lateral da Igreja de S. Julião, em Setubal. *Jornal das Bellas-Artes*. Tomo I, n. I, outubro, 1843, p. 43.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submettido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do "Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*, 1844, pp. 60-83.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Processo nº 61. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção. Manuscritos.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Relatorio e parecer apresentado ao Conservatorio Real da Arte Dramatica em Lisboa, por uma commissão especial, ácerca das peças submettidas ás provas publicas em 1841 e por elle*

em sessão pública aprovado unanimemente. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

WALLENSTEIN, Julio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil *Revista do IHGB*, 1882, pp. 159-160.

Bibliografia geral:

ARAUJO, Valdei Lopes de et. al. (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: argumentvm, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro *in* NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (Orgs.). *Aprender com a história? : o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 131-147.

ARAUJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008, pp. 47-55.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno, *in* *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003, pp. 69-126.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3ª edição. Bauru: Edipro, 2009.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BAIÃO, António. *Comunicações académicas: Fernandes Costa, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Braacamp Freire, os Távoras de Viana, o historiador brasileiro Varnhagen, Alexandre Herculano e a Academia (1844-1857)*. Lisboa: Separata de Memórias da Academia, 1951.

BATALHONE JUNIOR, Vitor. *Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza *in* *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 114-119.

BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History and Theory*, 47 (May 2008), pp. 149-167.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-*

historiográfico no Brasil imperial. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, pp. 59-83, 2001.

CALLARI, Cláudia. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, pp. 59-83.

CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Mariana, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Dissertação de mestrado.

CARRARO, Eliane Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Mestrado em sociologia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa: Seara Nova, 1971.

CARVALHO, Rómulo. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Academia das Ciências, 1981.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, Porto Alegre, n. 2, p. 7-34, 2006.

CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico *in* TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 45-98.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Lisboa: Quarteto, 2003.

CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo Archer de. *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, Temístocles. Anciens, modernes et sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis. *Anabases* 8, 2008, pp. 43-65.

CEZAR, Temístocles. Como devia ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual *in* PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.) et al. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 173-208.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem, *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, maio, 2010, pp. 26-33.

CEZAR, Temístocles. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur l'utilisation des modeles anciens et modernes de l'historiographie. *Historiografias*, 2 (Julio-Diciembre), 2011, pp. 45-65.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, pp. 73-94.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, setembro-dezembro, 2007, pp. 306-312.

CEZAR, Temístocles. Tempo e escrita da história. Ensaio sobre apropriação historiográfica do presente in FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 71-89.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, 8, n. 15, 2007, pp. 159-207.

COLLINGWOOD, R. G. A imaginação histórica in *A ideia de história*. 4ª edição. Lisboa: Presença, 1978.

DIAS, Eurico. *O Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Subsídios para sua história. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências "Arquivo Pitoresco, 150 anos depois (1857-2007)", 1ª Conferência (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 13 de setembro 2007) [Consult. 10 de julho de 2013]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Dicionariojornais/Textos/Archivopitoresco.pdf>

DIOGENE, Oct.-Déc. 168, La responsabilité sociale de l'historien, 1994.

DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ENDERS, Armelle, *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2014.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1985.

FERRÃO, António. *Os estudos históricos na Academia das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

FIGUEIREDO, Fidelino de. *O que é a Academia das Ciências de Lisboa (1779-1915)*. Separata do nº 16 da Revista de História, vol. IV, 1915. Porto: Typographia da Empresa Literaria e Typographica, 1915.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013.

GALFIONE, María Victoria. Estética y política: consideraciones acerca de la crisis de la representación. *Revista de Filosofía y Teoría Política*. La Plata, n. 41, p. 67-98, 2010.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre as notas de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie*: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières. Paris: Presses universitaires de France, 1993.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set., 1995, p. 459-506.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar, *in* PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.

GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido, *História em Revista*, vol. 6, dezembro, 2000, pp. 21-36.

GUIMARÃES, Manoel Luiz L. S.. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina, *Revista Catarinense de História*, número 5, 1998, pp. 5-20.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista *in* *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 68-85.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topói*, Rio de Janeiro, dez. 2002, pp. 184-200.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2007, pp. 11-30.

GUMARÃES, Manoel Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história *in* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 15-25.

HEGEL, Geog W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2001.

HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

HISTORY AND THEORY, Dec. 24, vol. 43, Issue 4, 2004.

HOBSBAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito, realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Mestrado em história. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

IRIA, Alberto. A fundação da Academia das Ciências de Lisboa. *História e desenvolvimento das ciências em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, v. 2, 1986, pp. 1282-1299.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), *in* MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 129-175.

JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do império do Brasil como uma nação compacta*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. Dissertação de Mestrado.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Discurso Editorial : Barcarolla, 2009.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral, *História Unisinos*, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008, pp. 140-147.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e obra de Varnhagen, Revista do IHGB*, vol. 226, janeiro-março, 1955, p. 3-168.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo in NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 57-70.

LORENZ, Chris. Explorations between philosophy and history. *Historein*, vol. 14, n. 1, 2014, pp. 59-70. Consultado em 27/09/2014. Disponível em: <http://www.historeinonline.org/index.php/historein/issue/current/showToc>

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO, Veronica Castanheira. *“O dilatar da nação”*: a dimensão do político na historiografia de Alexandre Herculano (1839-1850). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende. História: conhecimento, verdade, argumento. *Dimensões*, Vitória, v. 24, pp. 5-32, 2010.

MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico in NICOLAZZI, Fernando (et al.). *Aprender com a história? : o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 59-76.

MATOS, Ana Maria Cardoso de. “Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à atividade empresarial”, *Análise Social*, vol. XXI (136-137), 1996 (2º-3º), pp. 397-412.

MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MATOS, Sérgio Campos. Narrativa e divulgação da história em Alexandre Herculano. In: *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 159-170.

MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel (orgs.). *Historiografia e memórias (séculos XIX-XXI)*. Lisboa: Centro de História – Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais – Universidade Aberta, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Dissertação de mestrado.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (et. al.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NIETZSCHE, F. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Nietzsche. Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 58-70.

NOIRIEL, Gérard. *Sobre la crisis de la historia*. Madrid: Cátedra, 1997.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux in *Leslieux de mémoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1984, pp. 23-43.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PALTI, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la “cuestion nacional”. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, pp. 103-122.

PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da arte portuguesa*. Quarto volume. Do “modo” Gótico ao Manuelino (séculos XV-XVI). Autores: Maria José Goulão, Ana Cristina Leite, Paulo Pereira e Nuno Vassallo da Silva. Rio do Mouro: Círculo de Leitores e autores. Reimpressão da 1ª edição, em 3 volumes, 1995-1997, impressa e encadernada em julho de 2007. Printer Portuguesa. Casais de Meni Martins.

POPPER, Karl Raimund. Textos escolhidos David Miller (org.). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida. *A regeneração*. O conceito e a experiência nacional (1820-1823). Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987.

RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. Ética. Da moral à ética e às éticas, *in Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo, Ed. da Unisinos, 2003, pp. 591-595.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira (1816-1878). *História combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, pp. 191-225.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Mestrado em teoria e história literária. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*. Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa. Tese de doutorado, volume 1. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2007.

SANTOS, Evandro. *Tempos da pesquisa, tempos da escrita*. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação de mestrado.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. A polêmica Abreu e Lima e Varnhagen: as disputas pela (e através da) erudição histórica no Brasil oitocentista. Texto não publicado, gentilmente cedido pelo autor, 2012.

SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal: os problemas morais e culturais da instauração do regime*. Lisboa: [s.n.], 1949.

SARAIVA, Antonio José. *História da Literatura Portuguesa*. Das origens a 1970. Amadora: Bertrand, 1979.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set. 1992/ago. 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. "Biografia e regimes de historicidade". *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.3, jan.-jun. 2003, pp. 57-72.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. Francisco Adolfo de Varnhagen: diplomat, patriot, historian. *The Hispanic American Historical Review*, vol. XLVII, nº 2, may, 1967, pp. 185-202.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do Liberalismo Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo Primeiro (2ª edição, 1925) e Tomo Oitavo (Primeiro suplemento, 1867).

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1877) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica in GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 114-136.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A operação historiográfica na classe de literatura portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814) in HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 33-56.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de*

Varnhagen (1854-1857). Mestrado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da; SANTOS, Evandro. Regeneração e decadência: história, literatura e os usos do passado e do presente no Portugal oitocentista. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v. 3, n. 1, 2014, p. 90-104.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, setembro, 2009, p. 34-52.

SILVEIRA, Pedro Telles. *O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasília dos Esquecidos (1724-1725)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Dissertação de mestrado.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador. A viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, pp. 551-568, jul./dez. 2008.

TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Apartado 8: Publicações Europa-América, 1992.

TORGAL, Luís Reis. Antes de Herculano in TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 23-42.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

TOZZI, Verónica. The epistemic and moral role of testimony. *History and Theory*, 51 (February 2012), pp. 1-17.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Doutorado em história. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 02, março, p. 12-28, 2009.

URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial. A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VALÉRY, Paul. Discurso sobre a história. In: *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1991, pp. 115-121.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VIEIRA, Celso. *Varnhagen (o homem e a obra)*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto Editor, 1923.

WEBER, Max. *Ciência e Política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico *in A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WEHLING, Arno. Varnhagen, história e diplomacia, *in* SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, pp. 40-55.